

# DIGITALIZAÇÃO DA VIDA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES

**ORGANIZAÇÃO**

LUTIANE DE LARA

LILIAN RODRIGUES DA CRUZ

PATRÍCIA DOS PASSOS



ABRAPSO EDITORA

# DIGITALIZAÇÃO DA VIDA E PRODUÇÃO DE SUBJETIVIDADES

## ORGANIZAÇÃO

Lutiane de Lara

Lilian Rodrigues da Cruz

Patrícia dos Passos



ABRAPSO EDITORA

Florianópolis - 2023



A Associação Brasileira de Psicologia Social (ABRAPSO) é uma entidade civil, autônoma e sem fins econômicos que reúne e organiza pessoas dedicadas ao estudo, ensino, investigação e aplicação da Psicologia a partir de um ponto de vista social no Brasil. Desde a sua criação, no ano de 1980, a ABRAPSO busca ensinar a integração da Psicologia Social com outros campos, incentivar e apoiar o desenvolvimento de ações no campo sociocomunitário, bem como garantir o compromisso ético-político de profissionais, investigadores, especialistas e estudantes da área com as populações submetidas a desigualdades e explorações sociais e econômicas, em condição de opressão ou violência de qualquer ordem, contribuindo para a transformação da sociedade brasileira no sentido da justiça e da igualdade.

Todos os anos a ABRAPSO realiza encontros regionais ou nacionais dedicados a mobilizar e estimular a diálogo acerca da Psicologia Social. O seu compromisso com a sistematização e difusão de saberes se expressam por intermédio da publicação de literatura especializada pela ABRAPSO Editora e pela Revista Psicologia & Sociedade.

Site: <http://www.abrapso.org.br/>

### **Diretoria Nacional da Abrapso – Biênio 2022-2023**

Presidente: Hildeberto Vieira Martins

Primeira Secretária: Lia Vainer Schucman

Segundo Secretário: Samir Perez Mortada

Primeira Tesoureira: Adriana Eiko Matsumoto

Segundo Tesoureiro: Alexandre Bárbara Soares

Diretora de Comunicação: Lílian Caroline Urnau

Diretora de Relações Externas: Céu Silva Cavalcanti



**ABRAPSO EDITORA**

**Editora Geral**

Emerson Rasera

**Editora Executiva**

Ana Lúcia Brizola

**Conselho Editorial**

Ana Maria Jacó-Vilela – UERJ

Andrea Vieira Zanella - UFSC

Benedito Medrado-Dantas - UFPE

Conceição Nogueira – Universidade do Minho - Portugal

Francisco Portugal – UFRJ

Lupicínio Íñiguez-Rueda – UAB - Espanha

Maria Lúcia do Nascimento - UFF

Pedrinho Guareschi – UFRGS

Peter Spink – FGV



Este livro adota a licença da Creative Commons CC BY:

**Atribuição - CC BY:** Esta licença permite a distribuição, remixagem e adaptação do seu conteúdo, mesmo para fins comerciais, desde que sejam atribuídos os devidos créditos pela criação original. Acesse as licenças: <http://creativecommons.org/licenses/>

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Digitalização da vida e produção de subjetividades  
[livro eletrônico] / organização Lutiane de  
Lara, Lilian Rodrigues da Cruz, Patrícia dos  
Passos. -- 1. ed. -- Florianópolis, SC :  
ABRAPSO Editora, 2023.

PDF

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-65-88473-28-3

1. Hiperconectividade 2. Psicologia 3.  
Subjetividade I. Lara, Lutiane de. II. Cruz,  
Lilian Rodrigues da. III. Passos, Patrícia dos.

23-177999

CDD-150

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Psicologia 150

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

# SUMÁRIO

## **PREFÁCIO - QUE SUBJETIVIDADE É ESSA EM TEMPOS DE COLONIALISMO DIGITAL? .....6**

*Deivison Mendes Faustino*

## **I. COLONIALISMO DE DADOS E OS AVANÇOS DA EXTREMA DIREITA .....12**

*Lutiane de Lara • Patrícia dos Passos • Lillian Rodrigues da Cruz*

## **II. MECANISMOS DE SEGURANÇA, INTERNET E SUBJETIVIDADES CONTEMPORÂNEAS EM SOCIEDADES NEOLIBERAIS .....30**

*Flávia Cristina Silveira Lemos • Leandro Passarinho Reis Júnior • Felipe Sampaio de Freitas • Fernanda Cristine dos Santos Bengio • Daniele Vasco Santos*

## **III. DO GOVERNO ALGORÍTMICO À VIDA MODULARIZADA: COMO OS ALGORITMOS REGULAM NOSSA EXISTÊNCIA..... 43**

*Lucio Flávio de Santana Gimenes • Domenico Uhng Hur*

## **IV. A CULTURA DO NARCISISMO, A VIRTUALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE SI E O CRESCENTE MAL-ESTAR NA SOCIEDADE HIPERCONECTADA ..... 55**

*Fabio Caprio Leite de Castro • Guilherme Primo*

## **V. TENSIONAMENTOS ÉTICOS DO FAZER PROFISSIONAL MEDIADO PELAS TECNOLOGIAS: A PRÁTICA EMERGENTE DE PSICÓLOGAS(OS) INFLUENCIADORES/CRIADORES DE CONTEÚDO DIGITAL... 77**

*Deivison Warlla Miranda • Monalisa Pontes Xavier • Liridy Bruna Rodrigues da Silva • Thayz Costa Mesquita*

## **VI. EDUCAÇÃO, SAÚDE E TECNOLOGIAS: REFLEXÕES SOBRE APLICATIVOS DIGITAIS E CONTROLE DE RISCOS ..... 95**

*Camilo Darsie • Vera Eleni da Costa Somavilla • Cristiane Pimentel Hernandez • Willian Fernandes Araújo • Rita de Cassia Quadros da Rosa*

## **SOBRE OS(A) AUTORES(A) ..... 105**

# QUE SUBJETIVIDADE É ESSA EM TEMPOS DE COLONIALISMO DIGITAL?

*Deivison Mendes Faustino*

Quais os impactos da hiperconectividade, das redes sociais, digitalização da vida e a dataficação da vida para a produção de subjetividade e a saúde mental? Qual deve ser o papel da Psicologia diante dessas transformações que alteram não apenas a percepção e as relações humanas bem como os seus processos de subjetivação quanto as formas de produção e circulação de ideias e oferta de saúde mental?

Em um capítulo intitulado *O deserto pós-humano*, escrito no contexto de lançamento do *ChatGPT 3.0*, o filósofo e psicanalista Slavoj **Žižek** (2023) chamou a atenção para um estranho paradoxo contemporâneo: se o que caracterizou a emergência da modernidade foi crença no desenvolvimento e domínio da técnica como caminho para um desejado controle humano sobre as coisas naturais e sociais, o que estamos vivendo neste momento de algoritmização da vida é caminho inverso. Assistimos à uma transferência, cada vez maior, das escolhas humanas para processos automatizados e opacos de decisão e recomendação. Do cardápio de filmes, ou pessoas oferecidos pelas plataformas de streaming e *app* de relacionamento, aos cálculos realizados por um algoritmo de priorização nas filas de doação de órgãos, ou mesmo na definição do enigmático *score* de crédito das instituições bancárias, encontramos-nos, cada vez menos senhores das próprias escolhas.

No entanto, a mencionada opacidade algorítmica não deixa de ser, também, paradoxalmente, marcada pelo imperativo da transparência, tão bem problematizada pelo filósofo Byung-Chul Han (2017). As decisões automatizadas são possíveis porque capturam ativamente os dados de acesso de seres humanos e de suas coisas, cada vez mais conectadas. Estamos todos nus em um broxante *reality* desertotizado onde quase nada escapa aos sensores e *trackers* do vigilantismo digital. Transparência, portanto, para o ser humano e a sua intimidade, mas, opacidade para os processos de captura, processamento e análise de dados empreendido por grandes corporações que concentram mais poder político, econômico e subjetivo que a maioria dos países do planeta, fazendo com que toda essa engenharia sociotécnica apareça diante de nós como se tivesse vida própria e autoconsciente.

Assim, à primeira vista, essas máquinas fantásticas parecem estar falando conosco ou criando obras audiovisuais e poesias - como também, decidindo quem vive e quem morre (Robinson, 2022) – enquanto aqueles seres humanos têm o privilégio de ser explorados, trabalham cada vez mais até o colapso físico ou psicológico por LER ou Burnout. Enquanto isso, decisões matemáticas de implicações físicas ou lógicas são incorporadas as tecnologias digitais de forma a otimizar o seu desempenho no tempo e no espaço, como se elas fossem isentas de contradições, vieses econômicos, sociais e culturais. Há alguns problemas, no entanto, quando ignoramos a dimensão sociotécnica dos algoritmos. Em primeiro lugar, eles são entidades matemáticas automatizadas que objetivam escolhas humanas (conscientes ou não) e relações de poder que atravessam os seus processos de criação (Almeida & Figueiras, 2020). Não existe tecnologia neutra e, sobretudo, automático não é o mesmo que autoconsciente. Muito pelo contrário. As tecnologias digitais nos abrem novas possibilidades de realização, mas grande problema da algoritmização da vida é, justamente, a redução e submissão da criatividade, oscilação, afeto e liberdade humana à processos automatizados e mensuráveis. Não apenas a técnica é também, incontornavelmente, social como as decisões sociais incorporadas em sua objetivação têm, por sua vez, grandes impactos sociais. Seja no *input* ou no *output*, a técnica é sempre sociotécnica.

A ignorância quanto às dimensões sociais das tecnologias resulta, frequentemente, na sua mistificação fetichizada (Novaes & Dagnino, 2004). Todo produto do trabalho é, por definição, uma objetivação possível daquilo que o ser humano idealizou previamente em sua consciência. Ao transformar as coisas tangíveis ou intangíveis segundo nossas intensões, objetivamos nelas escolhas previstas por nossa subjetividade. Celulares, programas, *apps* e técnicas - das mais simples à IA. Generativa – são, portanto, trabalho humano objetivado (Iasi, 2023). No entanto, fetiche da tecnologia “humaniza” a coisa na exata medida em que coisifica o humano, impossibilitando-o identificar quais as contradições e relações (sociais) de poder que estruturam as coisas que se lhe apresentam como senhoras autônomas de si. Automação - que é a capacidade entrópica de determinado ente de estabelecer determinados movimentos mais ou menos variados a partir dos recursos que lhe foram disponibilizados e da configuração que lhe foi imposta - é confundida com autonomia, algo que demanda uma complexidade telenômica e neguentrópica (Dantas et al., 2023) ainda não observada na máquina mais avançada de processamento de dados. Técnicas chamadas de *Machine Learning* são programadas para identificar padrões matemáticos em uma quantidade de dados que o cérebro humano não seria capaz. A *deep learning* permite processar esses dados usando equações complexas compostas por milhares de parâmetros matemáticos, oferecendo resultados até então inimagináveis ao mais habilidoso matemático. A opacidade implícita às essas técnicas matemáticas não indica



autoconsciência e nem a singularidade daquilo que se chama marketeiramente de Inteligência Artificial, mas apenas que a multiplicidade absurda das camadas de cálculo usadas em seu processamento dos dados torna mais difícil a tarefa de auditoria de qual valores matemáticos foram considerados na equação.

Assim, o fetiche da tecnologia, se converte em fetichização das relações sociais e da própria subjetividade, atrofiando a nossa capacidade de interferir socialmente tanto nas decisões e relações de poder que são incorporadas a esses processos automáticos de processamento de dados quando nas decisões a respeito dos seus impactos sociais. Oculta-se, inclusive, que uma coisa está intrinsecamente relacionada à outra e se anula o debate sobre os efeitos subjetivos do curso que o atual estágio de acumulação capitalista imprime ao desenvolvimento tecnológico. Se há uma ameaça, ela é muito mais social do que técnica, ainda que a técnica não seja isenta às contradições sociais. De todo modo, o curso atual do desenvolvimento tecnológico digital tem aberto novas possibilidades humanas de autorrealização, mas, ao mesmo tempo, exercido grande influência sobre as formas sociais de exploração, opressão e dominação. É fundamental colocar em discussão quais são os efeitos subjetivos desse processo. Aqui reside a contribuição da presente publicação.

A chamada digitalização da saúde avança a passos largos, graças às novas possibilidades de conectividade, interoperabilidade e, sobretudo, captura e processamento de dados associados à saúde das pessoas. Ao mesmo tempo, as alterações sociais impostas pelas novas tecnologias digitais exercem efeito tanto sobre a qualidade de vida, em seus aspectos orgânicos, subjetivos e sociais, quanto sobre as novas formas de oferta de cuidado desafiando as antigas convenções, tratados éticos e, sobretudo o modelo de cuidado que se adota. É sobre esse conjunto de questões que se debruça a presente coletânea, intitulada *Digitalização da vida e produção de subjetividades*. As produções de pesquisadoras e pesquisadores de Programas de Pós-graduação em Psicologia, áreas afins e de pessoas atravessadas pela digitalização, distribuídas nas diferentes regiões do Brasil discutem os efeitos da expansão da *internet* na produção de subjetividade, analisando os cenários de transformações tecnológicas digitais e a sua rápida e contínua necessidade de produção de conhecimento, de forma a problematizar criticamente o cenário contemporâneo, marcado pela hiperconectividade, redes sociais, digitalização da vida, dataficação da vida, *fake news* e acelerada degradação da biosfera.

Em *Colonialismo de dados e os avanços da extrema direita*, escrito por Lutiane de Lara, Patrícia dos Passos e Lilian Rodrigues da Cruz, os conceitos de “colonialismo de dados” de Mejias e Coudry, e brutalismo de Mbembe são mobilizados para problematizar as novas tendências de vigilância, governo e reificação da experiência e senso de realidade humana postos pelo capitalismo. Palco fértil para

todo tipo de manipulação autoritária, como foi observado pelos usos tecnológicos empreendidos pela nova direita mundial.

Já o capítulo *Mecanismos de segurança, internet e subjetividades contemporâneas em sociedades neoliberais*, escrito por Flávia Cristina Silveira Lemos Leandro Passarinho Reis, Felipe Sampaio de Freitas, Fernanda Cristine dos Santos Bengio e Daniele Vasco Santos, podemos encontrar uma análise vigorosa da subjetivação na *internet* por meio dos mecanismos de segurança, de biovigilância bem como dos dispositivos de controle em meio aberto. Autores como Deleuze, Byung-Chul Han, Foucault, Castells e Morozov são mobilizados para pensar as novas tendências de controle onde o antigo panóptico é ampliado para um regime tecno político onde todos vigiam a todos.

Este também é o caminho de Lucio Flávio de Santana Gimenes e Domenico Uhng Hur no capítulo, *Do governo algorítmico à vida modularizada: como os algoritmos regulam nossa existência*. O estudo que se inicia com a pergunta “Podemos afirmar que uma vida mediada por modulações algorítmicas é uma vida modularizada?” discute os limites reificadores da algoritmização da percepção da realidade. Os autores lembram que algoritmos são sequencias lógicas de passos criada para resolver um problema estabelecido de maneira sistematizada. Mas essa dimensão quantificável é de longe muito pequena para dar conta da complexidade da experiencia humana, suas contradições e mediações objetivas e subjetivas.

Já o capítulo intitulado *A cultura do narcisismo, a virtualização da experiência de si e o crescente mal-estar na sociedade hiperconectada* de Fabio Caprio Leite de Castro e Guilherme Primo abordam os elos entre hiperconexão e mal-estar subjetivo a partir da noção de virtualização da experiencia de si. Para os autores, em diálogo com Adorno e Horkheimer, Christopher Lasch, Eric Fromm, Jean Baudrillard, entre outros, a disponibilidade de meios de mercadificação da própria imagem intensificam uma cultura do narcisismo, levando a um reposicionamento da questão do sujeito ético diante das novas modalidades de subjetivação impostas pelo emergir dos dispositivos algorítmicos.

Deivison Warlla Miranda, Monalisa Pontes Xavier, Liridy Bruna Rodrigues da Silva e Thayz Costa Mesquita, em seus estudos intitulado *Tensionamentos éticos do fazer profissional mediado pelas tecnologias: a prática emergente de psicólogos(os) influenciadores/criadores de conteúdo digital*, não apenas as modalidades de subjetivação se alteram, mas também os dilemas éticos do fazer profissional em psicologia. Esse é o mote de uma análise que toma por objeto o perfil público de alguns psicólogos *influencers* durante a pandemia, contrastando sua prática com as prerrogativas dos órgãos reguladores como o Conselho Federal de Psicologia.

Não menos instigante é o capítulo *Educação, Saúde e Tecnologias: reflexões sobre aplicativos digitais e controle de riscos* de Camilo Darsie, Vera Elenei da Costa Somavilla Cristiane Hernandez Pimentel, Willian Fernandes Araújo e Rita de

Cassia Quadros da Rosa. Ao analisar alguns aplicativos de controle de risco, os autores reconhecem que a crescente oferta dessas tecnologias também novas ferramentas de educação em saúde *em* que permitem a produção e a difusão de informações que atravessam populações, educando com foco na promoção da saúde e na prevenção de riscos a partir de informações relacionadas aos cuidados de si e à autogestão. Para além disso, como argumentam, a intensificação do uso de tecnologias digitais, como os aplicativos, especialmente durante o período de controle espacial, capacitou muitos usuários e profissionais no que diz respeito ao uso de tecnologias.

Desde que o ser humano é humano, se é que há um marco zero deste estágio ontológico, o desenvolvimento tecnológico representa a oferta de novas possibilidades de satisfação de necessidades e, ao mesmo tempo, a ameaça às relações sociais já consolidadas. De todo modo, nenhum modo de produção impulsionou tanto e a uma tamanha velocidade o desenvolvimento técnico quanto o capitalismo. Temos hoje a disponibilidade de tecnologias que sequer poderiam ser sonhadas pelas gerações anteriores. No entanto, no capitalismo, esse desenvolvimento não mira a satisfação das necessidades, mas o acúmulo de capitais e, para piorar, essa tende a ocultar essa tendência econômica incontornável com ideologias fetichizantes que nublam as possibilidades de interferência humana ao ocultar as relações sociais de poder que lhes são implícitas. O desafio de compreensão e luta contra os efeitos deletérios da digitalização da vida e da subjetividade não podem renunciar à tarefa de articular a análise das dimensões subjetivas com as questões de classe, raça, cultura, gênero, território, entre outras, sob o risco de se resumir aos seus efeitos.

No entanto, a análise mais geral do atual estágio de acumulação capitalista passa, necessariamente, por investigar a fundo a dimensão subjetiva do colonialismo digital, da acumulação primitiva de dados e da racialização codificada (Faustino & Lippold). É por isso que essa coletânea é tão importante e apresenta uma agenda muito importante de estudos de estudos, incontornável não apenas à Psicologia, mas à toda a sociedade. Boa leitura.

## REFERÊNCIAS

**Almeida, V. & Figueiras, F.** (2020). *Governance for the Digital World: Neither More State nor More Market*. Springer.

**Dantas, M., Ormay, L., Moura, D., & Raulino, G.** (2022). *O valor da informação. de como o capital, se apropria do trabalho social na era do espetáculo e da internet*. Boitempo.

**Robinson, David. G.** (2022). *Voices in the code: a Story about people, their values, and the algorithm they made*. Springer.

**Faustino, D. & Lippold, V.** (2023). *O colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana*. Boitempo.

**Iasi, M** (2023). *IAgora: inteligência artificial e alienação*. Boitempo. <https://blogdaboitempo.com.br/2023/05/12/iagora-inteligencia-artificial-e-alienacao/>

**Han, B. C.** (2017). *Sociedade da transparência*. Vozes.

**Novaes, H. T. & Dagnino, R.** (2004). O Fetiche da Tecnologia. *Revista Organizações & Democracia*, Marília, 5(2),189-210.

**Žižek. S.** (2023). *O deserto pós-humano*. LavraPalavra. <https://www.lavrapalavra.com/?s=O+O+deserto+p%C3%B3s+humano>

# COLONIALISMO DE DADOS E OS AVANÇOS DA EXTREMA DIREITA

Lutiane de Lara

Patrícia dos Passos

Lilian Rodrigues da Cruz

Nos últimos 10 anos as mudanças tecnológicas afetaram os mais diversos campos do viver, a própria percepção e a relação com o mundo. Sua grande influência em nossas vidas ganha cada vez mais espaço e o campo digital não é algo distante da realidade, ele a compõe e afeta diretamente o mundo concreto. Os meios digitais têm atravessado diretamente o sistema democrático e seus processos eleitorais. Além disso, a abertura das redes sociais para informação em massa e de extrema velocidade tem sido útil para os avanços da extrema direita, dos discursos dominantes e conservadores.

Apesar disso, não pretendemos desqualificar a internet e todos os ganhos em diversas pautas e causas, há muitas produções que só são possíveis pelo alcance da internet/mídias digitais e muita criação pelas conexões que elas possibilitam. Ao mesmo tempo, sua abertura também coloca em jogo a criação de conteúdos sem qualquer verificação, algo que pode ser interessante, mas que tem sido usado como aliado para ideais hegemônicos, conservadores, racistas e fascistas. Ao invés de cairmos em campos duais sobre o mundo tecnológico, nos interessa aqui entender que funcionamento e mercado digital estão conectados aos regimes de verdade e relações de poder, não sendo esse campo tecnológico aleatório ao funcionamento socioeconômico do mundo e à realidade dominante, mas produzido como sua expansão. Há indícios de que as próximas décadas terão constante atravessamento das redes sociais na manutenção do sistema colonial-capitalista como única possibilidade de sistema-mundo. Os últimos anos já trazem alguns alertas sobre o uso das redes como interferência nos processos eleitorais ao redor do mundo e como a produção das *fake news* se torna grande aliada aos discursos de ódio e ao avanço da extrema direita pelo seu grande lucro para as *Big Techs* através do funcionamento algorítmico. As últimas eleições ocorridas no Brasil foram diretamente atravessadas pelas *fake news*, criando um cenário de medo através das distorções que circulavam nas páginas da direita, sem possibilidades de verificação e ampliação dos fatos. No que diz respeito às pessoas que controlam os dados e as *Big Techs*, o engajamento

das mídias está interessado naquilo que mais produz lucro, sendo o conteúdo da extrema direita um dos seus grandes produtores através da incitação do ódio. Dessa forma, a digitalização da vida é um processo contemporâneo que afeta nossas subjetividades, desejos e realidade, sendo de extrema importância olharmos para suas problemáticas e encontrarmos brechas para o seu enfrentamento e também sobre o que há de interessante no mesmo.

Neste capítulo nos interessa discutir o levante conservador brasileiro da última década, procurando compreender como os meios digitais e as redes sociais têm tornado possível, com suas *fake news* e com o discurso bolsonarista, o colonialismo de dados. Questionamos possíveis caminhos para pensarmos em enfrentamentos aos prejuízos das realidades criadas que propagam ideias conservadoras e fascistas para o avanço da extrema direita, as quais se utilizam de narrativas de constante ataque a diferença como afirmação de uma realidade. Assim, num primeiro momento colocaremos em análise a atualização das estratégias do colonialismo ao encontrar o capitalismo digital e, por sua vez, como o discurso da extrema direita beneficia, e é beneficiado, por essa nova lógica de expropriação. Num segundo momento, colocamos em discussão as condições de resistência ao colonialismo de dados, em especial, analisando condições para a descolonização dos dados como formas de limitar o poder das *Big Techs* na modelização operada pelos algoritmos.

## **COLONIALISMO DE DADOS E A APROPRIAÇÃO DO FLUXO DE NOSSAS VIDAS**

O processo de funcionamento algorítmico tem proporcionado a atualização das lógicas coloniais de dominação através do uso de dados pelas *Big Techs* — grandes corporações do campo da tecnologia digital — e nessa medida, tem se constituído como uma das novas ferramentas do sistema capitalista-colonial. Com esse domínio de dados, elas conseguem ampliar a apropriação do trabalho, do tempo, das subjetividades, do controle das eleições do Norte ao Sul global, mas com maior intensidade e livre manejo no Sul. É a atualização da exploração colonial territorial, porém que não se limita a um território ou grupo social em específico, mesmo os afetando de modos distintos. Tal domínio atravessa os diversos grupos e expande a exploração global através do processo de colonização digital promovido pelas *Big Techs*, e, portanto, representa um elo fundamental desse estágio de acumulação capitalista ao promover o controle de amplos setores econômicos (Faustino & Lippold, 2022).

A colonização contemporânea não se dá de forma explícita através dos domínios de territórios, sua atualização se utiliza dos dados coletados a partir das interações digitais, para que esse domínio digital se espalhe de maneira intensa e veloz, mas ainda com o foco no Sul global e na manutenção da nova jornada capitalista que é atravessada pela exploração extrema dos recursos naturais. O foco

desse novo modelo de colonização está direcionado para as projeções de controle de forma ampla, direcionando e afetando inclusive a continuidade da exploração dos recursos naturais, o que também faz parte do engajamento das mídias digitais.

Elon Musk continua sua senda de apoiar golpes e regimes autoritários de extrema-direita, que perseguem, torturam e exterminam povos indígenas, militantes, ativistas ambientais, como no caso brasileiro, onde recebeu a Medalha de Honra ao Mérito da Defesa. Musk reuniu-se como Presidente da República - governo bolsonaro, friso nosso - para tratar da proteção da Amazônia e de proporcionar conexões e acessos via seu sistema de *starlink* de satélites, já usado em prol do regime ucraniano. (Faustino & Lippold, 2022, p. 61)

A realidade virtual já não é algo desconectada da realidade concreta, ela afeta diretamente o que vivemos e tem servido para o direcionamento de escolhas que produzem políticas. A colonialidade, como forma de vivenciar o mundo, se adere ao neoliberalismo e à extrema direita nesse projeto de manutenção, inclusive com focos nos países do Norte global, sendo a dominação primitiva de dados algo que ultrapassa as bordas territoriais, mas visa o avanço do que irá manter esse sistema-mundo<sup>1</sup>.

Mejías e Couldry (2019), chamam “colonialismo de dados”, esse novo sistema de dependência que se engendra com o capitalismo da era digital. Para os autores vivemos uma nova fase do colonialismo histórico, iniciado no século XVI, com a divisão do mundo entre pessoas colonizadoras e pessoas colonizadas. Por colonialidade, os autores compreendem, conforme pensado por Quijano (2007), um dos principais elementos da divisão do mundo entre *expropriadoris* e *expropriadis*, o que daria sustentação ao padrão mundial do capitalismo. O colonialismo de dados combina métodos abstratos de quantificação de acessos digitais a práticas extractivas depredadoras já existentes no colonialismo histórico.

A dinâmica da colonialidade, qual seja de despossuir e apropriar-se dos recursos de um grupo em função do bem de uma parcela mínima e dominante, é constante nesses dois formatos de colonialidade. O colonialismo antigo se apropriou da terra, dos minerais e dos produtos agrícolas dos territórios feitos colônias. Já no contemporâneo, corporações e governos se apropriam de dados gerados pelos acessos à rede de internet, de tal modo que podemos dizer que “se apropria de nós, seres humanos, do fluxo de nossa vida cotidiana” (Couldry, 2021, p. 4).

1 O conceito de “sistema-mundo” é uma alternativa ao conceito de “sociedade”. Ele é utilizado para romper com a ideia moderna que reduz “sociedade” às fronteiras geográficas e jurídico-políticas de um “Estado-nação”. Em um sentido comum eurocêntrico moderno, o conceito de “sociedade” é utilizado como equivalente a “Estado-nação” e, por conseguinte, existem tantas sociedades quanto Estados-nações no mundo. Esse olhar eurocêntrico moderno não somente reduz a noção de Estado a “Estado-nação”, como também reduz sociedade a essa forma de autoridade política muito particular do mundo moderno/colonial” (Grosfoguel, 2020, p. 55).

No colonialismo de dados se constitui um novo modelo de relações que permite a extração de dados para a mercantilização — as relações de dados. Com esse sistema de relações de dados a vida social se converte em recurso disponível para a extração do capital. Ou de forma mais explícita, as plataformas digitais produzem “o social” para que o capitalismo digital se aproprie, e exproprie, dos dados ali coletados (Mejías & Couldry, 2019).

Colonialismo de dados é uma ordem emergente, social e econômica para a apropriação da vida humana de forma que possam extrair dados dela visando o lucro. Portanto, é um modo de configurar o mundo inteiro, de tal forma que um recurso novo possa ser extraído — e esse recurso é a vida humana a partir da qual se pode extrair um valor econômico. (Couldry, 2021, p. 4)

A apropriação do fluxo da vida acelera o devir-artificial da humanidade e, nos leva a “grande substituição” do humano pela máquina, promovida por um processo que culmina na experiência de combustão do mundo, como efeito das devastações provocadas no antropoceno, conforme nos alerta Achille Mbembe (2021). Mbembe denomina como brutalismo o poder sem limites que desencadeia um metabolismo social, o qual deseja aniquilar ou incapacitar classes distintas da população por meio da gestão de resíduos de todos os tipos. O brutalismo se baseia na indistinção entre seres vivos e máquinas. “A matéria em última instância é a máquina, isto é, nos dias de hoje, o computador em seu sentido mais amplo, tanto nervo, cérebro, quanto realidade numinosa” (Mbembe, 2021, p. 29). E segue:

para muitos de nossos contemporâneos, a tecnologia é hoje uma realidade ao mesmo tempo material e imaterial, psíquica, pessoal e interior. Ela já não pertence apenas ao mundo exterior, membrana que define a fronteira entre um interior (a humanidade) e um exterior (a natureza). É nossa clínica, o lugar em que se manifestam, em sua sombria clareza, as três realidades constituintes do mundo vivo, a saber, a realidade psíquica dos afetos e a realidade social das trocas, da linguagem e das interações. (Mbembe, 2021, p. 43)

De tal forma que, a reprodução do capitalismo, no colonialismo de dados, não está somente centrada na condição vendermos nossa mão de obra, como no capitalismo que prepondera até o início do século XXI, no colonialismo de dados, a reprodução do capitalismo agrega as relações de dados (*data relations*). Conforme Couldry (2021), essas relações envolvem todos os dados gerados em nossas interações nos acessos à internet. Os dados gerados nas relações virtuais são extraídos para a geração de lucro. Mas para que isso tenha se tornado uma realidade possível, foi primeiro necessário que, no século XIX, todas as transações se tornassem transações financeiras. E, mais recentemente, no início do século



XXI, todas as transações se tornassem transações de dados. Sérgio Silveira (2021) faz coro ao afirmar que o capitalismo digital promoveu a digitalização de toda a produção simbólica e ampliou esse processo no mundo inteiro. No século XXI, surge um mercado de dados pessoais que tem, na dataficação, um espaço de destaque e de lucro (Silveira, 2021).

É através da vida social ordinária, tudo na vida social, incluindo aqueles momentos em que sabemos que não estamos trabalhando, pode se tornar um fato direto, um insumo para a produção capitalista. O que significa que a vida humana está sendo anexada ao capitalismo via processos de monitoramento e influência contínuos de marqueteiros de nosso comportamento, com implicações profundas à liberdade — ou, aquilo que chamamos no livro, ao núcleo da liberdade: o eu do espaço (Couldry, 2021, p. 13)

A vida social, do Norte ao Sul global, tornou-se recurso que pode ser extraído e utilizado pelo capitalismo. Não há um recorte específico, não importa a posição política, classe social, idade ou religião, toda a interação digital gera dados capturáveis que podem ser armazenados e são passíveis de serem utilizados para a formatação de perfis. É curioso como passamos a considerar a captura desses dados como algo natural e algo do qual não podemos escapar. Além disso, tampouco sabemos quais dados, e em que momentos, serão coletados, e para quais fins serão usados (Cassino, 2021).

O novo *eu-colonizado* vê as práticas das empresas de dados invadirem seus espaços mais íntimos, tornando o rastreamento uma característica permanente da vida, delimitando inclusive o que cada ser humano pode explorar em relação aos seus semelhantes. Adicionalmente, o processo de alteração comportamental é majoritariamente conduzido por meio de sistemas de inteligência artificial, que utilizam da coleta e do processamento de dados junto a sistemas algorítmicos para modular tomadas de decisão. Trata-se de uma modulação baseada na coleta das informações que nós mesmos fornecemos espontaneamente às grandes empresas de tecnologia. (Cassino, 2021, p. 29)

O colonialismo de dados cria uma nova ordem social e econômica em que estamos constantemente sujeitos à vigilância personalizada para que sejamos levados à conveniência e à customização. Shoshana Zuboff (2020) nos ajuda a avançar nessa compreensão ao oferecer a noção de capitalismo de vigilância. Nessa modalidade contemporânea de capitalismo há a apropriação da experiência humana como matéria-prima gratuita que é traduzida em dados comportamentais. Esses dados são manufaturados em produtos de predição que antecipam o desejo das pessoas usuárias e que compõem mercados de comportamentos futuros. No capitalismo

de vigilância os meios de produção constituem meios de “modificação comportamental” que atuam a partir de uma nova espécie de poder: o instrumentalismo.

O poder instrumentalário conhece e molda o comportamento humano em prol das finalidades de terceiros. Em vez de armamentos e exércitos, ele faz valer sua vontade através do meio automatizado de uma arquitetura computacional cada vez mais ubíqua composta de dispositivos, coisas e espaços “inteligentes” conectados em rede. (Zuboff, 2020, p. 19)

O colonialismo de dados compõe o capitalismo de vigilância e, também, um grande avanço, em direção à reificação da nossa experiência e senso de realidade, que nos leva para objetificação e mercantilização das relações. Segundo Faustino e Lippold (2022, p. 58), “refere-se, em primeiro lugar, a uma nova partilha do mundo que atualiza o imperialismo e o sub imperialismo, ao reduzir o chamado Sul Global a mero território de mineração extrativista de dados informacionais ou a consumidores retardatários de tecnologias”.

O colonialismo de dados, a partir da acumulação primitiva dos dados, opera uma atualização das formas de exploração, opressão e controle político, ideológico e subjetivo, e, portanto, atualiza o racismo colonial a partir de uma racialização dos acessos e de uma exclusão dessas tecnologias. No colonialismo de dados as diferentes manifestações das pessoas são subsumidas às lógicas extrativistas, automatizadas e panópticas da digitalização (Faustino & Lippold, 2022).

Não se trata, aqui, de uma simples alteração dos ritmos de vida ou mesmo da percepção humana pela introdução de novas tecnologias, como poderia se presumir, mas, sim, da manipulação intencional da cognição humana por grandes corporações empresariais a partir dessas tecnologias com vistas à ampliação da acumulação de capitais. (Faustino & Lippold, 2022, p. 58)

Cabe destacar, como salientam Faustino e Lippold, que o colonialismo de dados, ainda que universalize a condição negra, encontra no racismo um elemento que diferencia o “preço de cada mercadoria e, sobretudo, os critérios que definem e autorizam quais delas podem ser descartadas e quais, mesmo quando supérfluas, não são passíveis de tais redução” (Faustino & Lippold, 2022, p. 70).

Se as *Big Techs* entram no processo de exploração global e, de intervenção a partir do uso dos dados, os processos eleitorais estão atravessados pelo domínio destes e do direcionamento da produção de conteúdo. Nesse sentido, quem domina as *Big Techs* tem grande interesse no conteúdo gerado pela extrema direita, não apenas pelo lucro advindo, mas também porque seus ideais são aliados à manutenção do sistema colonial-capitalista e ao avanço de poder dessas empresas/pessoas.

Inovações como o metaverso, anunciado pelo *Facebook* (atual *Meta*), mas também estudado pela *Microsoft*, *Google*, *Amazon* e *Tesla*, não são pensadas para serem simples produto a disputarem o mercado de entretenimento virtual, mas o resultado de uma corrida cujo *podium* é o direcionamento, canalização e controle dos fluxos financeiros. Uma corrida que pressupõe assim, como no velho imperialismo, uma disputa pelo controle de determinados nichos de mercado, mas, sobretudo, pelo controle político, econômico e ideológico de determinados territórios e insumos estratégicos. (Faustino & Lippold, 2022, pp. 62-63)

Max Fischer (2023), repórter do *New York Times*, em seu livro *A máquina do caos: como as redes sociais reprogramam nossa mente e nosso mundo*, explora o modo como ocorrências estranhas e excessivas ao redor do mundo estão conectadas às mídias sociais e digitais. A partir da reportagem investigativa o autor mostra a influência das redes sociais na sociedade, na política e na saúde das pessoas. Em especial, ele nos apresenta como as postagens com matizes de ódio, conspiração e extremismo têm efeito incendiário ao promover maior engajamento nas plataformas e impactar diretamente em movimentações, muitas vezes violentas, na vida social.

Como recorte da vasta pesquisa feita pelo repórter, elegemos trazer a influência do *Youtube* na ascensão de Jair Bolsonaro, que até 2012, não passava de um “deputado, por muitos considerado uma esquisitice às margens da política” (Fischer, 2023, p. 351), Fischer ainda considera que a rápida ascensão e alta credibilidade que passou a gozar Bolsonaro está associada ao funcionamento do *Youtube* e, a uma ferramenta em específico, o algoritmo do engajamento e ao seu “efeito toca do coelho”. O fato destacado pelo repórter tem sua lógica de funcionamento aparente na dinâmica adotada por Bolsonaro, em 2012, ao expor a psicóloga Tatiana Lionço, professora da Universidade de Brasília. O então deputado de extrema direita editou uma fala gravada da professora, na qual mencionava que era comum crianças expressarem curiosidade pelo corpo ou pela roupa de outras crianças. Na edição, o deputado reordenou a fala da professora de forma a sugerir que ela estaria incentivando a homossexualidade e o sexo entre crianças. O vídeo foi repostado pelas poucas pessoas *youtubers* de extrema direita que passaram a associá-la à “conspiração global comunista e homossexual” (Fischer, 2023, p. 351), à pedofilia, além de passarem a acusá-la de ter distribuído “*kits gay*” para escolas, incentivando a homossexualidade entre crianças. “As declarações desses *youtubers* chegaram ao *Twitter* e ao *Facebook*. Os comentários nos vídeos exigiam a morte de Lionço” (Fischer, 2023, p. 351). A professora passou a ser perseguida nas redes, no trabalho, a receber ameaças de morte etc., e, como efeito, aumentou significativamente o engajamento de Bolsonaro nas redes sociais.

Poucos anos depois, em 2019, Bolsonaro seria eleito Presidente do Brasil, a partir de um discurso anticorrupção, anticomunismo e à incitação de ódio à

velha política, seguindo esse uso do alto engajamento digital experimentado pelo discurso de ódio nas redes sociais. A plataforma impulsiona cada vez mais as pessoas usuárias a assistir a conspirações e discursos políticos, porém, como porta de entrada inicia com vídeos mais moderados e, gradativamente, vai recomendando vídeos extremistas, e, assim, a pessoa usuária é levada à “toca do coelho”. O algoritmo de recomendação vai direcionando as pessoas usuárias a fazerem parte de bolhas informacionais que passam a tomar *fake news* por fatos políticos (Dourado, 2021; Fischer, 2023).

Para as *Big Techs*, essa política de engajamento digital, que tanto tem favorecido a potencialização dos discursos conservadores, extremistas e de ódio, é uma estratégia para atrair tráfego e obter lucro. De acordo com Dourado (2021, p. 41), “o método de coleta e processamento de dados é pulverizado em centenas de serviços oferecidos para entreter e dar mais praticidade à vida do usuário final, ao mesmo tempo em que alimenta o modelo de negócios das empresas de tecnologia”. E o autor segue:

[d]iante de quantidade incontável de dados, a curadoria do *feed* de notícias dos usuários de mídias sociais é feita pelos algoritmos, que não são *softwares* ou entes, mas cálculos matemáticos, ou ações executáveis, com vistas a propósitos específicos, como identificar *Trending Topics* no *Twitter* e dar visibilidade a *posts* mais aderentes ao interesse de cada usuário. (Dourado, 2021, p. 42)

Tatiana Dourado (2021) distingue *fake news* dos demais conteúdos que podem distorcer a realidade. Ela define *fake news* como aquela informação falsa que simula ser uma notícia para narrar e distorcer fatos políticos e, que disputam o sentido de notícia, para conquistar maior visibilidade na *web* e nas plataformas de mídias sociais (Dourado, 2021).

A acumulação de dados é matéria-prima do capitalismo tardio, é a nova forma de geração de lucro e um processo de dominação, que se espalha de maneira intensa e não apenas territorial, mas a partir das nossas subjetividades e desejos para a visão dessa mesma lógica de mundo. Dessa forma, precisamos começar a pensar em alternativas que possibilitem que o uso da internet e dos meios digitais não sejam mais uma forma de dominação dos ideais capitalistas-coloniais. Pensar que a algoritmização não se produz aleatoriamente, mas para a manutenção e o poder de quem a detém, sendo a nova forma de poder vigente, nos abre possibilidades de direcionamento para o enfrentamento dessas problemáticas.

## POSSIBILIDADES DE RESISTÊNCIA AO COLONIALISMO DE DADOS

Resistir ao colonialismo de dados implica na descolonização dos dados. Para isso, podemos começar por questionar a naturalização que temos vivenciado em relação à recompilação contínua de nossos dados e, dos resultados do processamento deles, como uma forma atual e natural de produção de conhecimento social. Como vimos acima, é preciso ter clareza em relação aos interesses econômicos e políticos particulares que circulam nessa extração motivada de nossos dados (Mejías & Couldry, 2019). Assim como os valores preconizados pelo colonialismo histórico, também o colonialismo de dados justifica a extração de dados a partir de narrativas universalizantes e totalizadoras. As *Big Techs* e os governos afirmam que a expropriação de nossas vidas a partir dos dados coletados representa progresso, conexão humana, avanço na produção do conhecimento e distribuição de riquezas. No entanto, precisamos questionar esses universalismos e devemos rejeitar as novas narrativas que buscam justificar essa nova forma de expropriação de nossas vidas (Mejías, 2019).

O colonialismo de dados é orientado por regimes de produção de conhecimento que privilegiam o padrão imposto pelo Norte global. A descolonização, portanto, implica na produção de uma nova ontologia e epistemologia que rejeite a racionalidade e os dualismos ocidentais e, que dialogue com lutas multidimensionais, permitindo a análise decolonial interseccional e feminista (Ricaurte, 2019). Faustino e Lippold (2023), a partir de uma crítica *hacker-fanoniana*, na mesma linha de Ricaurte, nos advertem que não é possível reduzir nossa crítica à rejeição ou adesão completa à tecnologia. A partir de Franz Fanon, os autores propõem colocar a tecnologia a serviço da emancipação numa apropriação anticolonial das tecnologias utilizadas pelas *Big Techs* e pelos governantes para nos governar. Trata-se, portanto, de descolonizar a linguagem, a tecnologia e a técnica buscando incorporar as pessoas colonizadas à totalidade humano-genérica (Faustino & Lippold, 2023).

Paola Ricaurte (2019) mostra como iniciativas cidadãs de produção e de veiculação de dados são importantes para subverter a desigualdade de dados promovida pelas intencionadas omissões governamentais e das *Big Techs*. Exemplos trabalhados pela autora dizem respeito a iniciativas cidadãs que compilam e divulgam dados subnotificados pelo governo mexicano, como por exemplo, de casos de violência doméstica.

Descolonizar os dados implica, portanto, numa resistência coletiva organizada, a partir de um ativismo digital, para divulgar amplamente o funcionamento do algoritmo e promover o debate público sobre as consequências de seus usos visando à democratização dos saberes e dos poderes dos algoritmos (Ruiz, 2021). Nesse caminho, a regulamentação que vem sendo pensada, a partir do Projeto

de Lei nº 2630/2020<sup>2</sup>, de relatoria de Orlando Silva (PcdoB/SP), conhecido como PL das *Fake News*, passa por comprometer as *Big Techs* na verificação de conteúdos que estejam com grande engajamento, algo extremamente útil para os processos eleitorais. O PL propõe aumentar a responsabilidade das plataformas por conteúdos postados por pessoas usuárias quando o conteúdo viola a lei. A grande rejeição e os ataques advindos de empresas como o Telegram e Google ao PL das *Fake News*, nos alertam para os interesses destas e como elas se alinham aos projetos conservadores.

É necessário alertar para certa colonização da vida pelas máquinas e pelos algoritmos, mas a pergunta que as pessoas nem sempre se fazem é: quem domina quem? Se a máquina domina o humano, ainda que por meio de uma servidão voluntária, quem domina a máquina? Em outras palavras, se algoritmos macabros colonizam nosso cotidiano para captar dados e induzir nosso comportamento e nossa subjetividade, com que razão o fazem? Será correto atribuir razão e, portanto, *status* de sujeito ao algoritmo quando ele próprio é programado por alguém com vistas à obtenção de determinados resultados? (Faustino & Lippold, 2023, pp. 40-41)

Muitas vezes os discursos e as ideias sobre as problemáticas da tecnologia e algoritmização se colocam em um lugar isolado dos mecanismos de poder, como se o mundo digital operasse de modo desconectado da lógica de sistema-mundo que nos atravessa. Analisar os processos de digitalização da vida a partir da implicação de quem controla as *Big Techs* e das lógicas que as conduzem a operar do modo vigente, é uma das formas de começarmos a pensar em maneiras de lidarmos com o grande engajamento dessas empresas, no avanço da extrema direita; e ampliarmos a discussão para usos mais interessantes dessas mídias. Nesse momento, fica evidente que o engajamento algorítmico não é observado e monitorado de maneira a respeitar o processo democrático e nem os direitos dos grupos minoritários, ele não visa o impedimento dos crimes racistas e lgbtfóbicos que circulam pelas redes, sendo o aumento de lucros a maior importância para as *Big Techs*. Esse interesse fortalece sua aliança com a extrema direita e com a produção das *fake news*. Quando há tentativa de implicação no monitoramento de conteúdos para que não ocorra a circulação intensa de *fake news* nem dos crimes cibernéticos e discursos de ódio, as *Big Techs* se apoiam no discurso da extrema direita sobre a tentativa de censura e de perda da liberdade de expressão.

2 Explicação da Ementa: “Estabelece normas relativas à transparência de redes sociais e de serviços de mensagens privadas, sobretudo no tocante à responsabilidade dos provedores pelo combate à desinformação e pelo aumento da transparência na internet, à transparência em relação a conteúdos patrocinados e à atuação do poder público, bem como estabelece sanções para o descumprimento da lei” (PL nº 2630/2020).

A regulamentação, como uma das formas de implicação e responsabilização das *Big Techs* para o enfrentamento das *fake news* e como elas têm afetado a realidade, atravessando processo democrático, processo de vacinação, criminalização de certos movimentos de luta e, até mesmo, da realidade sobre as mudanças climáticas, começa a localizar o interesse de quem as controla e como isso afeta o modo como as mídias funcionam atualmente. Quem as controla tem retido boa parte do capital mundial, de forma que seus interesses se alinham facilmente ao uso do algoritmo para o intenso aumento de lucro através dos dados e da possibilidade de manutenção da regulação constante do mercado, de modo que seja favorável para seu funcionamento e lucro. Com esse interesse central, não importa se o algoritmo engaja publicações racistas, discursos de ódio ou *fake news*, esse tipo de conteúdo segue favorecendo não apenas o lucro dessas empresas, mas também a manutenção de uma mesma lógica colonial que modela nossas subjetividades e coloca os padrões hegemônicos de vida e de corpos em naturalização e desejo. Dessa forma, o consumo através dos anúncios que circulam nas redes segue em seus níveis máximos e o campo digital é a nova ferramenta para imposição da lógica colonial-capitalista.

As plataformas estão usando todos os recursos possíveis para impedir a aprovação do PL 2630 porque o que está em jogo são os bilhões arrecadados com publicidade digital que atualmente não possuem nenhuma regra, restrição ou obrigação de transparência, deixando anunciantes e consumidores vulneráveis aos seus interesses econômicos. Se o PL 2630 não for aprovado, as *Big Techs* conseguem manter a assimetria regulatória que existe no mercado e, portanto, manter suas vantagens competitivas frente aos outros meios de comunicação que também vivem de publicidade. (*Netlab*, 2023, paginação irregular).

Do modo que as redes sociais e outros meios digitais funcionam hoje não há implicação na regulação de conteúdos que ferem direitos humanos ou que produzem notícias falsas, pois o engajamento algorítmico pode conter crimes de ódio contra as minorias e ainda estar gerando lucro. Nesse sentido, a PL 2630 responsabilizaria as *Big Techs* pela manutenção ativa do cuidado em relação a esse tipo de conteúdo, possibilitando que o ambiente digital comece a tentativa de preservação do espaço democrático e do diálogo. A proposta de regulamentação não está atravessada pela censura da liberdade de expressão como as *Big Techs* têm apontado, mas atua como enfrentamento às *fake news* e ao grande movimento de produção de ódio pelos conteúdos da extrema direita que tem servido como ferramenta de lucro para as mesmas. Romper com essa lógica é colocar esse monopólio em questão, sem desqualificar os ganhos advindos dos processos tecnológicos, mas pensar em novos usos que não reproduzam o avanço e a manutenção do sistema

colonial-capitalista a partir do emprego de dados como nova forma de poder, de reafirmação dos modos hegemônicos de vida, da lógica racista, lgbtfóbica e da retenção de capital.

O lucro grandioso das *Big Techs* nos mostra que não devemos colocar o funcionamento algorítmico como foco central nessa problemática, mas conectá-lo às pessoas que controlam seu funcionamento. Dessa forma, começaremos a criar a possibilidade de enfrentamentos concretos para essas questões que passam pela implicação dessas pessoas e de como seus interesses direcionam o mundo *tech*, sem que desqualifiquemos as potencialidades do processo digital e sua utilidade. Para isso, precisamos buscar maior transparência no uso dos dados e como as mídias se utilizam destes para a produção de desejos e formas de consumo, algo diretamente conectado ao lucro gerado pelos anúncios pagos.

Não há respostas simples para os enfrentamentos desse processo, mas um dos pontos iniciais passa pela regulamentação e implicação das *Big Techs*. Quicá essa estratégia possibilite que processos interessantes como o ativismo que ocorre nas redes sociais sobre a ampliação da problemáticas racistas, das questões de gênero e de outras pautas de luta tenham de fato alcance e maior circulação, sendo a internet a ferramenta que esperamos para o maior acesso à informação. Nesse momento, precisamos nos deslocar da ingenuidade de que chegaremos no ponto ideal no qual ela seja apenas uma ferramenta interessante, ela estará constantemente atravessada pelos mecanismos de poder, sendo o enfrentamento algo contínuo para que seu uso também possibilite brechas e rupturas com as lógicas dominantes através dos movimentos de ciberativismo. Ainda assim, a pergunta sobre o que esses espaços de fato possibilitam precisa nos acompanhar de forma constante para que os tensionamentos e as análises possam abrir novas formas de enfrentamentos para diferentes usos desses meios.

Ainda que os processos de algoritmização e as *Big Techs* se utilizem de dados de forma global, a potência das tecnologias digitais ainda está em países centrais para o capitalismo, sendo esse ponto um dos que favorecem ganhos na venda dessas ferramentas e tecnologias para países em desenvolvimento. Esse processo de ganho de poder é o que atravessa a influência nos processos democráticos e de precarização das minorias. Pensar que o neoliberalismo cada vez mais captura e reatualiza o uso dessas tecnologias para seu avanço e para a permanência dos velhos ideais do capitalismo abre um campo de análise mais conectado às problemáticas desse campo. Sendo assim, além de algumas políticas que passam pelo Estado e pela esfera pública, é preciso que pensemos em processos coletivos da apropriação desses meios para rupturas dessa lógica.

Se o colonialismo digital abre novas formas de opressão e dominação, as tecnologias também podem abrir, a partir das alianças de grupos, brechas que possibilitem criação e resistência a esses avanços (Faustino & Lippold, 2023).



Apesar das *Big Techs* estarem alinhadas ao avanço do conservadorismo, há constante movimento através das redes sociais que constroem possibilidades de informação e enfrentamentos a isso, inclusive pela mobilização que, através do seu alcance, consegue participação em votações de governantes, visibilidade de pautas importantes, desde as questões raciais às questões de gênero, capacitismo e lógica classista. Nos últimos anos de constante ataque aos povos indígenas e ao avanço do processo de desmatamento e exploração ilegal da Amazônia, a internet tem sido espaço útil de denúncia e visibilidade desses problemas. Esses movimentos ciberativistas e de produção de conhecimento, que também circulam nesses meios, são pontos que abrem caminhos para pensar no que o processo coletivo pode causar de rupturas e resistências.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos de digitalização da vida atravessam cada vez mais os diferentes pontos do cotidiano, tendo efeitos nos nossos desejos, consumo, subjetividades e até mesmo em processos eleitorais. Analisar seus efeitos a partir do colonialismo de dados e como ele se utiliza da algoritmização como ferramenta de seu processo de domínio é ampliar o modo como olhamos para a tecnologia, escapando de sua desqualificação e anulação. Trata-se de entrar em um novo campo que permita a implicação e a responsabilização de quem controla as *Big Techs* para novos e diferentes usos das ferramentas tecnológicas. Repensar o uso do algoritmo, e sua conexão direta com os interesses de avanço do mercado e do lucro, nos permite ampliar as possibilidades de enfrentamento em relação aos jogos de poder envolvidos no uso de dados como novo capital. Nessa reatualização do processo colonial-capitalista, é preciso que comecemos a pensar em estratégias que passem por micro e macropolíticas, problematizando o uso dos meios digitais para que esses sejam mais saudáveis de maneira individual, mas com constante implicação e mudança em seus processos de interesses coletivos, de modo que essas ferramentas comecem a ser disponibilizadas como meio de comunicação de maior acesso à produção e à veiculação de informação, sem que elas estejam completamente vinculada à monopolização de capital e ao avanço da exploração. Seriam esses pontos possíveis?

Não há únicas respostas e alternativas para questão tão complexa quanto o campo digital, mas a investigação e a problematização dessas ferramentas como aliadas do processo colonial-neoliberal nos colocam a pensar como seus efeitos atravessam, de maneira concreta, nosso cotidiano e quais são as possibilidades para novos usos mais interessantes das mesmas. É preciso constante questionamento e informação sobre essas afetações na modulação dos nossos desejos, pois, além de políticas que envolvam a macrosfera, é preciso que a informação sobre os usos

individuais sejam mais acessíveis e que cada vez mais cada pessoa entenda como o algoritmo atravessa sua vida.

A era digital, a era das novas formas midiáticas, é estruturada pela ideia que existem folhas em branco no inconsciente, de que não existe opacidade nem segredo. Até certo ponto, as novas formas midiáticas são as novas infraestruturas do inconsciente. (Mbembe, 2021, p. 103)

Nesse sentido, é preciso que comecemos a questionar nosso mundo digital, o que ele nos mostra e o que acompanhamos dele. Para esse processo de enfrentamento, é preciso implicação direta das pessoas governantes com estratégias coletivas de informação e políticas que comecem a repensar a responsabilização das *Big Techs* para outros modos de uso desses meios. A educação sobre o processo digital precisa começar a estar em pauta como aparato social como algo que tem e terá peso concreto nas diversas áreas de nossas vidas.

As bolhas comportamentais, antigamente, eram de caráter geográfico (cada um se relacionava com seus vizinhos mais próximos); agora as bolhas são des-territorializadas, nos dá a impressão de que estamos num ambiente global, quando na verdade cada vez mais, devido à intensificação da indução algorítmica, somos conduzidos a nos relacionar com grupos fechados nos quais se têm as mesmas preferências, gostos, ideologias etc. (Ruiz, 2021, p. 12)

Para lidar com a visão modulada criada em nossas bolhas digitais, é preciso que estejamos, cada vez mais, em atenção ao funcionamento dessas ferramentas e como a preservação dos nossos dados é importante para que tenhamos mais segurança nesse processo. Passamos grande parte do dia navegando pela internet e, mesmo quando não estamos diretamente utilizando nossos aparelhos eletrônicos, eles estão captando nossos dados. De forma satírica e bizarra, o episódio da série *Black Mirror* lançado em junho de 2023, chamado “A Joan é péssima”, nos leva para o absurdo causado pelo uso de dados da personagem principal através do aceite dos termos de uso ao acessar uma plataforma de séries e filmes. Através da captura dos seus dados a empresa de audiovisual cria uma série baseada na história da personagem e a coloca em extrema exposição e desconforto em sua vida. Ao tentar impedir os prejuízos causados pelo programa, Joan se vê completamente desamparada pela lei e pela desinformação dos termos que passam pelo campo digital a cada clique e acesso. De forma distópica a série nos propõe questionamentos sobre um processo que parece distante, mas que já atravessa diretamente nosso cotidiano. Quais são os pontos que nos distanciam de Joan? Temos alguma proteção sobre nossos dados? Estamos cientes dos riscos que nos atravessam nesse

uso? Quais são e serão as consequências mais intensas disso? Elas já não existem? Por esse caminho complexo, é preciso que haja uma aposta nas potencialidades coletivas que acontecem para além do virtual, não pretendemos negar o que esse campo possibilita de relações e trocas, mas é preciso que ele se equilibre com a realidade presencial, sem que se perca de vista essa realidade em relação ao processo de avatarização da vida.

Nessas possibilidades de enfrentamento, como sair de uma lógica que novamente coloque a ideia de mercado e de que tudo é rentável? Como escapar de soluções individuais e novamente neoliberais? Pensar em estratégias para lidar com o colonialismo de dados passa pelo âmbito coletivo, a fim de que não adentremos novamente na lógica que está operando para que o uso dos dados seja a forma central de exploração contemporânea. Nesse sentido, é preciso analisar como o uso de dados e os algoritmos operam em uma mesma lógica colonial, produzindo efeitos diretos em corpos através da constante quebra de direitos, em conteúdos que reforçam vivências hegemônicas e negam as diferenças. Quando Elon Musk, em junho de 2023, anuncia em seu *twitter*, que a palavra *cis* não poderá mais ser usada pois seria um xingamento, ele ataca a possibilidade de existências *trans* e recoloca a cisgeneridade como central e universal. Recentemente blogueiras brasileiras foram denunciadas por crimes racistas e de exposição de crianças para criação de conteúdo e engajamento em suas redes pessoais. Esse tipo de conteúdo tem grande passabilidade nessas plataformas pois redireciona uma mesma lógica de mundo que é racista e coloca em centralidade a branquitude, por isso o conteúdo das blogueiras só foi penalizado após grande reivindicação popular. Isso nos mostra o quanto o algoritmo gera engajamento a partir de discursos de ódio e de lógicas conservadoras.

Ricaurte (2019) nos dá pistas de como pensar em formas de resistência ao processo do colonialismo de dados a partir da possibilidade de entendermos o engendramento complexo com as diversas áreas da realidade que ele atravessa e das quais se utiliza para seu avanço e exploração. Além disso, a autora sinaliza a importância de compreender que cada região opera de jeitos diferentes e tem que criar enfrentamentos de formas distintas para lidar com o modo que esses recursos operam. Há uma similaridade no uso das ferramentas de dados pelos governos que vão desde segurança à saúde e, cada vez mais, ao acesso aos dados das populações para a criação de políticas públicas. Nesse sentido, pensar estratégias para lidarmos com essa problemática precisa passar pelo debate público e, que esse seja localizado com as diferentes demandas de cada população, pois há diferenças em como a digitalização atinge os diferentes corpos e o peso que o campo digital tem, de forma concreta, nos direitos e na realidade. Para atravessarmos as consequências negativas advindas do processo de digitalização é preciso que o conectemos às diversas realidades e como elas operam em conjunto com esse processo. Considerar

as formas de opressão que atravessam esse campo, e como ele opera com o nosso sistema-mundo colonial-capitalista, nos parece abrir maiores possibilidades de enfrentamentos do que análises individualizadas sobre a tecnologia que a colocam em um local distante da realidade.

## REFERÊNCIAS

- A Joan é péssima** (2023). Dir.: Ally Pankiw. *Netflix*. <https://www.netflix.com/br/title/70264888>
- A Guerra das Plataformas contra o PL 2630**. (2023). *Netlab*. <https://www.netlab.eco.ufjf.br/blog/a-guerra-das-plataformas-contr-a-pl-2630>
- Black Mirror** (2023). A Joan é péssima (Série/episódio) Dir.: Ally Pankiw. *Netflix*. <https://www.netflix.com/br/title/70264888>
- Cassino, J. F.** (2021). O Sul global e os desafios pós-coloniais na era digital. In S. Silveira, J. Souza, & J. F. Cassino (Orgs.), *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal* (pp. 13-31). Autonomia Literária.
- Couldry, N.** (2021). Colonialismo de dados e esvaziamento da vida social antes e após pandemia da COVID-19. In *Anais do XIX Simpósio Internacional do IHU - Homo digitalis. A escalada da algoritmização da vida em tempos de pandemia*. [https://www.ihu.unisinos.br/images/ihu/2020/eventos/simposio\\_homo\\_digitalis/conferencias\\_pdf/Nick\\_Couldry.pdf](https://www.ihu.unisinos.br/images/ihu/2020/eventos/simposio_homo_digitalis/conferencias_pdf/Nick_Couldry.pdf)
- Dourado, Tatiana** (2021). *Fake news: quando mentiras viram fatos políticos*. Zouk.
- Faustino, D. & Lippold, W.** (2022). Colonialismo digital, racismo e acumulação primitiva de dados. *Germinal: marxismo e educação em debate*, 14(2), 56-78. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49760>
- Faustino, D. & Lippold, W.** (2023). *Colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana*. Boitempo.
- Fischer, M.** (2023). *A Máquina do Caos: como as redes sociais reprogramam nossa mente e nosso mundo*. Todavía.
- Grosfoguel, Ramón** (2020). Para uma visão decolonial da crise civilizatória e dos paradigmas da esquerda ocidentalizada. In J. Bernardino-Costa, N. Maldonado-Torres, & R. Grosfoguel (Orgs.), *Decolonialidade e Pensamento Afrodiaspórico* (pp. 55-79). Autêntica.
- Mbembe, A.** (2021). *Brutalismo*. N-1 edições.
- Mejías, U.** (2019). Questionando o universalismo por trás dos dados: Entrevista com Ulisses Mejías. *digilabour laboratório de pesquisa*. <https://digilabour.com.br/questionando-o-universalismo-por-tras-dos-dados-entrevista-com-ulises-mejias/>
- Mejías, U. & Couldry, N.** (2019). Colonialismo de datos: repensando la relación de los datos masivos con el sujeto contemporáneo. *Virtualis*, 10(18), 78-97. <https://www.revistavirtualis.mx/index.php/virtualis/article/view/289>
- Quijano, A.** (2007). Coloniality and Modernity/Rationality. *Cultural Studies* 21(2-3), 168-178
- Ricaurte, Paola** (2019). Data epistemologies, the coloniality of power, and resistance. *Television & New Media*, 20(4), 350-365.
- Ruiz, C. M. M. B.** (2021). Algoritmização da vida: a nova governamentalização das condutas. *Cadernos IHU ideias*, 19(314), 1-26. <https://www.ihuonline.unisinos.br/artigo/7775-cadernos-ihu-ideias-algoritmizacao-da-vida-a-nova-governamentalizacao-das-condutas>
- Silveira, S. A.** (2021). A hipótese do colonialismo de dados e o neoliberalismo. In S. Silveira, J. Souza, & J. Cassino (Orgs.), *Colonialismo de dados: como opera a trincheira algorítmica na guerra neoliberal* (pp. 32-50). Autonomia Literária.
- Zuboff, S.** (2020). *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Intrínseca.

# **MECANISMOS DE SEGURANÇA, INTERNET E SUBJETIVIDADES CONTEMPORÂNEAS EM SOCIEDADES NEOLIBERAIS**

*Flávia Cristina Silveira Lemos*

*Leandro Passarinho Reis Júnior*

*Felipe Sampaio de Freitas*

*Fernanda Cristine dos Santos Bengio*

*Daniele Vasco Santos*

## **INTRODUÇÃO**

Neste capítulo, pretende-se pensar algumas práticas relacionadas aos processos de subjetivação na internet por meio dos mecanismos de segurança, de biovigilância bem como dos dispositivos de controle em meio aberto, de necropolítica, de guerras híbridas, uberização da vida e políticas da inimizade, assinalando também paradoxos desta sociedade da exaustão e do desempenho. Para tanto, busca-se, nos trabalhos de Gilles Deleuze, Byung-Chul Han, Michel Foucault, Evgeny Morozov, Judith Butler, Mbembe, Cabanas e Illouz, Huk e Manuel Castells, entre outros, intercessores para uma conversa problematizadora e que possa produzir inquietações e transversalidades.

## **PSICOPOLÍTICA, NEOLIBERALISMO, SUBJETIVIDADES E SOCIEDADES DE CONTROLE PELA INTERNET**

Gilles Deleuze (1992), em *Post-Scriptum às Sociedades de Controle*, afirmou que o capitalismo financeiro que nasce com a emergência do neoliberalismo é de fluxos e redes ágeis, que conecta corpos e subjetividades, vende serviços, constrói marcas pelo *marketing*, empreende mais do que produz, não cessa de tentar realizar reformas diante de crises que não param de proliferar e se torna cada vez mais voltado aos investimentos especulativos no mercado financeiro, do que à expansão de antigas fábricas. Torna-se mais difícil resistir na sociedade de controle em função da agilidade

do movimento das forças centrípetas. Esse processo de empreendedorismo avança de forma singular com a emergência da internet e com sua ampliação mundial.

O controle se torna mais flexível e em meio aberto, apesar de conviver lado a lado com modos de subjetivação disciplinares e de soberania jurídica simultaneamente. A disciplina é mais lenta e docilizava já em meio aberto também, não apenas exigia muros, dizia Foucault (1999). É possível afirmar que os mecanismos de vigilância e controle disciplinar em meio aberto foi aumentado e se tornou mais conectado com as novas tecnologias de comunicação que surgem a partir da década de 1980 em diante. Nesse sentido que Byung-Chul Han, em *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder* (2018, pp. 18-19), afirma:

[n]o início, a rede digital foi celebrada como um *medium* de liberdade ilimitada. O primeiro *slogan* publicitário da *Microsoft*, “Aonde você quer ir hoje?”, sugeria uma liberdade e uma mobilidade sem fronteiras na *internet*. Hoje, essa euforia já se mostrou uma ilusão. A liberdade e a comunicação ilimitadas se transformaram em monitoramento e controle total.

O universo virtual cria vigilâncias mais finas das subjetividades contemporâneas, sob o *status* da *Web 2.0*, sendo que esta não é feita por coação nem é obrigatória, ela se torna mais difusa porque justamente é consentida. O que está em jogo é uma promessa de liberdade, praticidade e velocidade na comunicação, de uma vivência de tempo e conexão ininterruptos (Morozov, 2018).

A liberdade, já dizia Foucault (1999), é produzida e a mesma sociedade disciplinar que a inventou também criou normas, leis e modos de vigiar em nome da segurança, da proteção, do cuidado, da comunicação, da produção e da avaliação dos corpos. Então, nenhuma liberdade é contínua e, muito menos, uma essência do ser. Há um regramento que funciona tanto como quadros interpretativos quanto de guerra, concomitantemente, de acordo com Judith Butler (2019).

Com efeito, a fabricação da verdade e a circulação dela é parte dos enquadramentos que recebe e das interpretações que ganha, em uma política dos saberes que pode interditar, censurar, incitar, doutrinar, autorizar, filtrar, editar, comentar, se apropriar e transformar. Para Butler (2019), os quadros emolduram e regulam, são formados por sistemas editoriais, por fotografias editadas e tiradas a partir de uma perspectiva, por chaves de interpretação na organização da política da verdade. Assim, a divulgação de notícias, de fotografias e de textos circula na internet e na comunicação social por meio de vetores em tensão, os quais ela nomeia como quadros de guerra em função das disputas políticas, econômicas, culturais, sociais e subjetivas no âmbito da veiculação de qualquer material a ser divulgado.

A comunicação na relação com a subjetividade passa a ser uma disputa feita por guerras híbridas, especialmente, pela internet. A ideia de mesclar táticas dife-

renciadas de guerras não convencionais e de modos irregulares a partir de ciber-guerra, por exemplo que articulam mecanismos políticos, efeitos de desinformação, operações diplomáticas específicas, dinâmicas ágeis e complexas que se combinam com estratégias militares e disputam a produção e difusão da verdade por meio de negacionismos espalhados, da circulação ampla de *fake news* e da produção da desconfiança generalizada ou mesmo de rivalidades intensas, em uma política da inimizade para extrair lucros econômicos e vantagens políticas (Korybko, 2018).

Assim, há um deslocamento do próprio conceito de direito de liberdade de expressão diante de todas essas transformações, acontecimentos e agenciamentos de práticas múltiplas, nas últimas décadas, na virada do século XX para o XXI e, especialmente, de 2010 até os dias atuais. Patricia Collins e Sirma Bilge (2021) analisam que as relações passaram a ser cada vez mais complexas e que precisam ser pensadas a partir de metodologias interseccionais para que se possa problematizar o crescimento de sectarismos, fundamentalismos, sexismos, violências de gênero, racismos, etarismos, capacitismos e preconceitos territoriais veiculados pelas redes sociais, uma vez que se apresentam de forma tão intensa quanto fora do universo virtual.

Achille Mbembe (2019), em *Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política de morte*, denominou esta realidade como necropolítica, ou seja, política da morte, resultante da atualização dos colonialismos vividos a partir das novas colonialidades experimentadas por meio de diferentes modalidades de guerra e de gestão de dados por meio de algoritmos, por exemplo. Ainda, em outro livro do mesmo autor, há o uso do analizador *política da inimizade* para interrogar as guerras híbridas e as maneiras da ultradireita e dos movimentos fascistas realizarem em aliança com grandes corporações internacionais do mercado; a inimizade para romper resistências e criar conformismos, dissuasão política e divisão entre os grupos com fins de facilitar a manipulação e a gestão da morte, por meio do medo e da desestabilização intensa dos modos de ser e de se relacionar (Mbembe, 2020).

Não existe uma liberdade abstrata e inata. Ela é sempre uma tensão de relações de forças em movimento dinâmico e múltiplo. Porém, pode ser capturada em fluxos que passam a ser cristalizados por gestões da informação e de distribuição da verdade, formando hegemonias de determinados saberes e modos de contar as histórias, na medida em que se instalam práticas de dominação, opressão e terror (Foucault, 1995).

Quanto mais o sistema de comunicação repete uma verdade, mais ela ganha *status* de validação e suposta credibilidade, podendo chegar a ser naturalizada e tomada como dogma, até mesmo ser transformada em fundamentalismos que fecham os canais de questionamento dos saberes veiculados. Em uma sociedade democrática tenta-se garantir a liberdade de expressão e fomentar o dissenso em relações de paradoxo com o consenso, em um permanente processo de cotejamen-



to de informações e criação de regimes de confiabilidade. Desse modo, a gestão das subjetividades passa a se efetuar por mediações também de algoritmos tanto quanto por leis e normas, na sociedade do controle (Canclini, 2021)

Um problema colocado a partir da velocidade do fluxo de informações na internet é a facilidade do acesso a uma enxurrada de conhecimentos e confrontos de verdades de modo tão rápido, quase instantâneo, que se torna complexo criar filtros interpretativos e critérios de confiabilidade para a avaliação das notícias e das informações veiculadas. O tempo em que informações são, poderíamos dizer, despejadas de forma quase ilimitada não é o mesmo da possibilidade subjetiva de elaboração delas, de maneira que o pensar possa acontecer com cuidado ético, estético e político.

No capitalismo neoliberal há uma baliza entre segurança e liberdade, a partir da articulação entre ordem e lei, no “estado democrático de direito”, segundo Foucault (2008). A vigilância pode ser aceita em nome da segurança até mesmo nos acessos a portais, redes, páginas, *e-mails*, *sites*, cadastros digitais, biometrias, enfrentamento à violência, a programas de monitoramento do peso corporal e até mesmo para evitar o contágio por vírus etc. O que modula o aceite em ceder liberdade para se ter segurança é um jogo nada simples e que movimenta negócios, profissões, estratégias de guerra, diplomacia, mecanismos legais, normas de usos e acessos, mercados de seguro e serviços.

Na prática, o desejo de conexão pode diminuir a comunicação e até mesmo a liberdade efetivamente, na medida que informar é diferente de comunicar e que o excesso de notícias e veiculação de saberes excessivos cria uma estimulação ágil e tão contínua que dificulta o exercício da produção da liberdade. Ser livre na sociedade disciplinar era criar sistemas de repartição da verdade, submissão e produção com certa obediência. Porém, para Zygmunt Bauman (1999), com o aumento da vigilância pelos controles mais finos da internet e a avalanche de informação que ela proporciona, se opera o paradoxo de que mais acesso e conexão implica em menos liberdade concretamente.

Para Han (2018), a produção da liberdade pode perder potência quando se pensa que se está sendo livre e, na verdade, se está entrando em redes para cumprir exigências do capitalismo neoliberal que não cessam de exigir que se deixe vestígios e se fabrique visibilidades. Um assujeitamento dócil ocorre com a promessa de liberdade da internet e de suas sedutoras incitações à participação e à conexão. O desejo de ter desempenho, induz à servidão em prol da lógica de ser empreendedor de si, pela visibilidade permanente, por relações de interesse e pelo utilitarismo.

Conforme Han (2018), o capitalismo neoliberal explora a liberdade, os valores, a subjetividade e até as emoções, incita as pessoas a realizarem um trabalho que opera por uma vigilância regular e incansável. Todavia, esta é uma armadilha porque de fato se forja uma sociedade do cansaço, que segundo Jonathan Crary (2016) capitaliza até o sono e, cada vez mais, o trabalho e a formação continuada,

a intimidade e as casas são invadidas pela noção de imaterialidade das atividades, por meio dos usos da internet em horários os mais variados, nos finais de semana, nos feriados, nas férias, de madrugada etc.

## **MODOS DE SER DIVERSO COM ENCOMENDA DE ALTO DESEMPENHO E DE FELICIDADE PELA INTERNET**

Há uma incitação voraz e sedutora de estar conectado até mesmo para não se sentir só, para não perder informações e ficar atualizado, para encontrar pessoas no ambiente virtual, para visualizar a vida de outros, para monitorar parceiros íntimos, para regular a vida privada de trabalhadores, sendo também estimulado a se autogerir e a se autoproduzir pela relação com a internet. Viver como empresário de si é uma promessa tentadora de se ter liberdade, conforme proposto pelos adeptos do capital humano (Morozov, 2018).

Sentir-se evoluindo, e ser reconhecido como alguém avançado demanda os usos com constância e a posse desenfreada de novas tecnologias e equipamentos de comunicação. Só existe nessa realidade quem passa a ser nomeado como *tecnodiverso* e, além dessa posição subjetiva, também há outra, que é a afirmação da felicidade pelas redes sociais, vendo e sendo visto, recebendo curtidas e ampliando o número de seguidores (Cabanas & Illouz, 2022; Huk, 2020).

Há aplicativos na internet para meditar, para promover o sono, para realizar dietas e monitorar exercícios corporais. Também há uma tendência à formação de grupos identitários por psicodiagnóstico de psicopatologias pelo *Facebook*, pelo *Whatsapp* e pelo *Telegram*. Formam-se grupos para vigiar o peso; o uso de álcool e outras drogas; para modelar comportamentos cotidianos; para gerenciar o que vem sendo chamado de neurodiversidade (Huk, 2020). Também há os grupos familiares, de amizade, de trabalho, outros ligados à educação, ainda os de articulação política de movimentos sociais, aqueles que divulgam campanhas variadas, de integrantes de comunidades de bairro, entre moradores de condomínios, de cunho religioso, de carona para viagens, de jogos na internet etc. (Morozov, 2018).

Há aplicativos para o aprendizado de língua estrangeira, de operações bancárias, voltados à mobilidade urbana, para agendamento de serviços diversos de cadastro e produção de documentos, para acessar informação trabalhista, do cartão de vacina virtual, de carteira de motorista digital, da carteira de trabalho digital e do título de eleitor digital. Há inúmeras plataformas de ambientes virtuais de aprendizagem em modalidades de ensino híbrido e educação a distância, que estão em expansão e indicam uma precarização do trabalho docente.

A internet também passou a ser um espaço de encontros afetivos, sexuais, para conhecer parceiros em *sites* de relacionamentos, para acessar notícias de jornais e revistas, para pesquisar textos acadêmicos, para armazenar currículos e indicadores

de produção científica. O desempenho se tornou modulado por metas que são acompanhadas e monitoradas por diversos programas e portais na internet. Informações de saúde física e mental são disponibilizadas na internet com a história de cada paciente e dos serviços que participou e os usos em relação à saúde, os prontuários se tornaram digitalizados, os documentos jurídicos e os processos do Poder Judiciário passaram a ser realizados pela internet (Morozov, 2018).

O chamado trabalho remoto ganhou notoriedade após a pandemia do coronavírus, que acelerou modalidades de educação e aumentou significativamente o trabalho no espaço doméstico. Essa realidade passou a ideia de liberdade e de economia de tempo, além dos custos tanto para empregadores quanto para trabalhadores. Porém, essa redução é ilusória, sobretudo, para quem trabalha na esfera privada porque essa forma de atuação profissional passou a se misturar com a vida pessoal em vários aspectos, interferindo no sono, na alimentação, no lazer, na saúde e na atenção (Crary, 2016).

Uma sociedade do desempenho e da performance em redes e da acessibilidade e reconhecimento pela internet recebe críticas de controle social e, ao mesmo tempo, elogios de facilidade e economia (Cabanas & Illouz, 2022). Para Morozov (2018), não há muito otimismo em relação aos benefícios das novas tecnologias, principalmente, da ampliação intensiva dos usos da internet, que, na visão deste autor, causa inúmeros impactos negativos na vida das pessoas em muitos aspectos. Já para Manuel Castells (2013), a internet pode significar esperança e facilitar a organização dos movimentos sociais. Diferentemente de Morozov, Castells via possibilidades de resistências pelas novas tecnologias e singularização das formas de realizar reivindicações e protestos.

Podemos nos perguntar a respeito dos limites éticos, políticos, educacionais, culturais, econômicos, sociais e subjetivos dos usos da internet e os modos efetivos da sociedade poder negociar e decidir sobre essa realidade, diante de um mercado crescente da gestão da informação, da venda de aplicativos, de oferta de formação a distância, de oportunidades de crescentes lucros para poucas corporações internacionais que fabricam celulares, computadores, produzem programas e prestam serviços pela internet, inclusive na própria Psicologia, na Medicina e em várias profissões, cresceu o número de atendimentos *on-line*.

Os pedidos de alimentação por aplicativos se tornaram um negócio rentável para empresários e prático para os usuários. Contudo, para os motoristas de aplicativos, não se pode dizer o mesmo, afinal, entraram em um grande grupo de subemprego com uma profunda precarização trabalhista (Antunes, 2020). E os marcos regulatórios da internet? São bem-vindos? Produzem segurança e controle simultaneamente, mas em que medida são protetores de pessoas que pouco podem avaliar os impactos da conexão cada vez mais velozes e invasivas em termos de controle social.

E, quanto à internet, deveríamos deixá-la, cada vez mais, proceder em sua *conectibilidade* e velocidade absolutas? Como gerir as controvérsias e as tensões entre vários setores, pessoas em situação de vulnerabilidade e excluídas do mundo digital e os gigantes do Vale do Silício? São várias perguntas que fazemos e que nos preocupam e mobilizam.

Como Castells (2013) relata, há benefícios também nos usos da internet e processos de democratização da comunicação em curso que tentam criar limites legais e éticos para o mercado e para os usuários. Nos lembrando das palavras de Deleuze (1992), nada é mal em si, nem bom, em uma ideia essencialista do mundo, da vida, das subjetividades e das relações. A questão para ele é como funciona e que efeitos os encontros produzem?

Criar políticas públicas para a gestão responsável da informação e da comunicação, para as empresas e profissionais bem como para os usuários é uma forma de evitar problemas e tentar reduzir danos e mazelas causados pelo excesso e pela falta de limites nos lucros e nos usos das tecnologias. Na atualidade, há uma curva crescente de indicadores ligados ao que vem sendo denominado de problemas na saúde mental e coletiva ligados, em parte, ao uso excessivo da internet e do celular *smartphone*, tais como: dependência, dificuldades em ter atenção, sofrimentos psíquicos vinculados às frustrações nos grupos da internet e na impossibilidade de aquisição dos equipamentos, de ausência de sinal de internet e/ou de tê-los e os experimentar como uma vida dentro de uma bolha.

## **MECANISMOS DE SEGURANÇA E BIOVIGILÂNCIA**

Os mecanismos de segurança se tornam mais sofisticados nas últimas décadas e são ofertados como acoplamentos aos corpos e signos de sucesso, aumento da seguridade social e ampliação do controle do Estado e da sociedade sobre cada um dos seus membros. Uma sociedade da segurança é também um dispositivo de vigilância e controle poderoso no governo das condutas (Foucault, 2008).

Em nome da segurança, as novas tecnologias, em especial, a internet pode nos localizar, nos gravar, nos filmar, ser usada para nos denunciar e nos proteger, simultaneamente. Ademais, ela pode agilizar decisões e trâmites e ao mesmo tempo prejudicar quem não pode usufruir de equipamentos e pagar por uma internet rápida; sem falar das disparidades geográficas em que há oscilação grande de sinal da rede, levando parcelas significativas da população ao isolamento em inúmeros âmbitos, na medida em que a vida parece estar na palma da mão e, ao mesmo tempo, escoar pelas próprias mãos, paradoxalmente (Morozov, 2018).

As cidades ditas inclusivas e seguras instalam dispositivos securitários de alta tecnologia, tornando-se assim, de acordo com a nomenclatura, cidades digitais; além disso, podem ser classificadas de acordo com índices de qualidade de vida

ligados aos processos de segurança sociotécnicos dos territórios em que se vive e se governa (Crary, 2016).

O cálculo de indicadores, a realização de denúncias e notificações, as ouvidorias, os detectores de velocidade, as câmeras espalhadas por toda parte, as senhas para ingressar em diversos locais e programas, os detectores de metais, os mecanismos de controle dos transportes, o planejamento estatístico do Estado e de gestão do orçamento com transparência pública são exemplos de lógicas securitárias ligadas às cidades e ao Estado na relação com a sociedade (Foucault, 2008).

No meio rural e nos territórios demarcados, outras questões se colocam em relação à internet e ao acesso à mesma, bem como ao que poderia ser oferecido como segurança e proteção dentro de cada realidade dos povos tradicionais e originários, das singularidades das vivências no campo, que podem ir desde a tecnologia no latifúndio à inexistência de sinal de internet na chácara do agricultor familiar. Essas questões são trabalhadas por Foucault (2008) no curso, publicado em forma de livro, intitulado *Nascimento da Biopolítica*.

O crescimento do controle em nome da saúde, por exemplo, intensificou a difusão de uma modalidade de governo das condutas classificado como problemática do ponto de vista da vigilância digital biológica ou biovigilância. Monitorar pessoas contaminadas com vírus, no período da pandemia de coronavírus foi um dos usos de biovigilância da internet e na circulação nos territórios e espaços, durante os últimos três anos, entre 2019 e 2021, praticamente.

Mas não é apenas o Estado que nos vigia, nós também nos vigiamos e vigiamos nossos pares. A subjetivação baseada na biovigilância ganha relevância na produção de saúde, nos tratamentos de doenças e na prevenção de contágios. O ideal de vida saudável e o medo da morte movem um complexo securitário e alimentam o mercado da saúde e das novas tecnologias (Bauman, 2013).

O uso de drones, o GPS, os satélites, as redes sociais, diferentes aplicativos, coleiras eletrônicas entre tantos outros dispositivos de segurança ganham expressão e se tornam rotineiros no cotidiano de nossas vidas. A biovigilância se relaciona com a biopolítica, ou seja, com a gestão da vida da população em nome da saúde e da segurança.

Esse mecanismo passa a figurar como uma defesa social e se torna um pacto político e um acordo da sociedade em termos de regulação da população em segmentos, grupos, comunidades, no nível da entrada da vida como acontecimento político e do corpo como espécie biológica na história, de acordo com Foucault (1988). A sociedade que vigia e protege em nome da saúde, por exemplo, pela via do acesso à internet, simultaneamente, poderá deixar morrer e até matar em nome do cuidado com a vida de alguns segmentos da população que são tomados como dignos de viver mais do que outros.

A biovigilância pode ocorrer também pelo mapeamento genético com fins forenses e preventivos de doenças. Há, atualmente, um uso crescente da tecnologia

na segurança pela via da informatização e do manuseamento massivo de informação biogenética, de acordo com Daniel Maciel e Daniela Machado (2004). Os controles biométricos, pela íris dos nossos olhos, pelas câmeras espalhadas na cidade, pelos olhos expandidos da sociedade por meio de *smartphones* etc., passam a ser analisadores de uma sociedade de controle que decidiu se governar pela difícil relação entre liberdade e segurança.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A promessa positivista de progresso científico e de “civilidade” que o racionalismo produziria tem se mostrado frágil e uma ilusão frente a alguns acontecimentos destes dois últimos séculos; e, tal como afirma Anthony Giddens (1991), nem mesmo Max Weber cogitou a respeito dos desdobramentos que a modernidade traria no sentido da burocratização da vida. Condição essa que se estende à ruptura dos modos de ser, impulsionando modulações das subjetividades que funcionam por capturas rápidas. Longe de advogar a favor de uma teoria do indivíduo, uno e homogêneo, essa modulação de velocidade e repartição sugere a formatação de modos do sentir e agir muito distintos em função, não apenas da mediação do recorte espacial ocupado pelo sujeito, mas da própria experiência do tempo.

A burocratização da vida, no sentido weberiano, revela a maneira do governo das condutas acontecer no Estado que se organiza pelo capitalismo para produzir sujeitos que, sob o manto da racionalidade, sejam eficientes e levem vidas instrumentais em nome da produtividade. Com efeito, no âmbito profissional, exige-se que o sujeito exerça suas atribuições de formas polivalentes e, paradoxalmente, compartimentalizadas em relação às outras esferas da sua vida. Ao reposicionar essa compartimentalização do sujeito no âmbito do mundo digital, presenciamos o paradoxo que emerge daí. Uma espécie de desconexão que passa a existir no ciberespaço, em que as tecnologias comunicacionais atingiram um grau de desenvolvimento que superaram o que há a algumas décadas eram apenas especulações do gênero de ficção científica, que o diga Marty Macfly – personagem do filme *De volta para o futuro II* de 1989 –, em uma chamada de vídeo.

A linguagem digital permite múltiplas formas de relações comunicativas, mas não deixa de se constituir, ela mesma em espaços paradoxais, onde se encontram, ao mesmo tempo, máquinas abstratas e máquinas de guerra. (Schaun, 2009, p. 8).

Nas últimas décadas, as tecnologias comunicacionais passaram de dispositivos como o telex para aparelhos portáteis com suas várias possibilidades de usos, denotando as profundas transformações deste campo, com foco especial no

mundo digital. As trocas comunicacionais neste meio são marcadas pela velocidade e por suas possibilidades de alcance, indicando ainda o avanço tecnológico experimentado pela sociedade no último século.

A era da velocidade e da informação se coloca lado a lado à proliferação das novas formas de desterritorialização, modulando fluxos ágeis de (des)conexão quase instantâneos aos sujeitos e privilegiando mais as relações pelas redes digitais do que outros formatos de conexão. Assim, a desconexão também é bastante visível no mundo digital. Pode incomodar e inquietar intensamente, porém, pode se tornar um mecanismo de resistência e desaceleração em termos de excesso, na ‘sociedade do cansaço’ que também é uma ‘sociedade do desempenho’ levado à exaustão. A excitação e estimulação se torna tão frequente e veloz que passamos a ter dificuldades de atenção, de relaxar, podemos sentir certo tédio deste excesso e intenso sofrimento relacionado, especialmente, à exploração do trabalho imaterial pela internet (Han, 2017).

Essa desconexão sugere a incidência de processos de fragmentação das subjetividades, sendo estas compreendidas como territórios nômades. Como afirma Schaun (2009), não se trata de destacar a desterritorialização sob o ponto de vista dualista, mas sim à luz das interseções. Contudo, a condição que se coloca é a necessidade de refletirmos até que ponto essa desterritorialização indica a multiplicidade que atravessa os corpos, ou se estamos lidando com a burocratização dos modos de ser no mundo digital comunicacional. A advertência weberiana quanto à fé cega no racionalismo faz parte da propositura do *desencantamento do mundo*, o qual fabrica sujeitos alheios à própria complexidade do existir. Esse efeito pode ser lido como algo que contradita a experiência de produção da vida mediante a potência dos afetos.

Estamos diante de territórios informacionais (Reis & Zanetti, 2017), contexto em que a emergência das novas tecnologias digitais comunicacionais rompe barreiras materiais ou imateriais, sob uma perspectiva de território rizomático (Deleuze & Guattari, 1995). Talvez, a questão que se precise colocar, considerando a crítica weberiana quanto ao desencantamento do mundo e à burocratização da vida em excesso é: até que ponto o processo rizomático propiciado pelas inovações do mundo digital tem possibilitado encontros que produzam a vida e não aqueles que a aprisionem, retirando dos encontros as potências de uma estética do existir? Interrogar esse acontecimento é urgente, pois:

[a] comunicação e suas mídias, este conjunto de linguagens e equipamentos destinados a dar corpo e movimento às narrativas na contemporaneidade, tornou-se maquinaria necessária para o estar neste mundo ampliado da contemporaneidade. (Reis, 2017, p. 24)

Trata-se de um movimento de desterritorialização que tem imposto novos modos de habitar o espaço – seja ele material ou imaterial. Fábio Malini (2017) abre esse campo de discussão considerando os “perfis” do mundo digital como uma “rede de atores”, com o aporte teórico-conceitual de Latour, Deleuze e Guattari e de Gabriel Tarde. Malini (2017) destaca como a experiência de *navegar* por esse cosmo digital, implica uma incorporação de uma “substância” que se materializa nesses perfis. Ironicamente, a corporeidade desse acontecimento reside no âmbito das relações imateriais produzidas neste novo território.



## REFERÊNCIAS

- Antunes, Ricardo** (Org.). (2020). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. Boitempo.
- Bauman, Zygmunt** (1999). *Globalização: as consequências humanas*. Zahar.
- Bauman, Zygmunt** (2013). *Vigilância Líquida: diálogos com David Lyon*. Zahar.
- Butler, Judith** (2019). *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto*. Civilização Brasileira.
- Cabanas, Edgar & Illouz, Eva** (2022). *Happycracia: fabricando cidadãos felizes*. Editora Ubu.
- Canclini, Néstor García** (2021). *Cidadãos substituídos por algoritmos*. EdUSP.
- Castells, Manuel** (2013). *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Zahar.
- Collins, Patrícia & Bilge, Sirma** (2021). *Interseccionalidade*. Boitempo.
- Crary, Jonathan** (2016). *Capitalismo tardio e os fins do sono*. Editora Ubu.
- Deleuze, Gilles** (1992). *Conversações*. Editora 34.
- Deleuze, Gilles & Guattari, Félix** (1995). *Mil Platôs (Capitalismo e Esquizofrenia)*. Vol. 1. Editora 34.
- Giddens, Anthony** (1991). *As consequências da modernidade*. Editora UNESP.
- Foucault, M.** (1995). O sujeito e o poder. In H. Dreyfus & P. Rabinow (Orgs.), *Michel Foucault. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica* (pp 231-249). Forense Universitária.
- Foucault, Michel** (1988). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Graal.
- Foucault, Michel** (1999). *Vigiar e punir: a história da violência nas prisões*. Vozes.
- Foucault, Michel** (2008). *Nascimento da Biopolítica*. Martins Fontes.
- Han, Byung-Chul** (2017). *Sociedade do cansaço*. Vozes.
- Han, Byung-Chul** (2018). *Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas de poder*. Âyné.
- Huk, Hui** (2020). *Tecnodiversidade*. Ubu.
- Korybko, Andrew** (2018). *Guerras híbridas: das revoluções coloridas aos golpes*. Expressão Popular.
- Maciel, Daniel & Machado, Daniela** (2004). “Biovigilância e governabilidade nas sociedades da informação” In H. Machado & H. Moniz (Orgs.), *Base de dados genéticos forenses: tecnologias de controle e ordem social* (pp 147-148). Coimbra Editora.
- Malini, Fábio** (2017). “Um método perspectivista de análise de rede social: cartografando territórios e tempo na rede”. In D. Zanetti & R. Reis (Orgs.), *Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias* (pp. 83-108). EDUFES.
- Mbembe, Achille** (2019). *Necropolítica*. Biopoder, Soberania, Estado de exceção e Política da morte. N-1 edições.
- Mbembe, Achille** (2020). *Políticas da inimizade*. N-1 edições.
- Morozov, Evgeny** (2018). *Big Techs: a ascensão dos dados e a morte da política*. Ubu.
- Reis, Ruth** (2017). Propostas para um programa de estudos sobre comunicação e territorialidades. In R. Reis & D. Zanetti (Orgs.), *Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias* (pp. 22-34). EDUFES.

**Reis, Ruth & Zanetti, Daniela** (2017).

Comunicação e territorialidades: em torno do poder da cultura. In *Comunicação e territorialidades: poder e cultura, redes e mídias* (pp. 10-21). EDUFES.

**Schaun, Ângela** (2009). O pensar

maquínico: novas territorialidades culturais.

In *Anais do II Colóquio Portugal-Brasil, VI*

*SOPCOM, VIII LUSOCOM e IV IBERCOM.*

<http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/lusocom/8lusocom09>

# DO GOVERNO ALGORÍTMICO À VIDA MODULARIZADA: COMO OS ALGORITMOS REGULAM NOSSA EXISTÊNCIA<sup>1</sup>

*Lucio Flávio de Santana Gimenes  
Domenico Uhng Hur*

## RESUMO

Este capítulo explora a relação entre tecnologia, poder e vida, questionando se uma vida mediada por algoritmos é uma vida modularizada. A partir de um exemplo prático, no qual pesquisadores usaram um algoritmo de geolocalização para desvendar a identidade secreta do artista de rua Banksy, são analisados os efeitos dos algoritmos sobre a gestão da vida e das relações de poder na sociedade atual. A partir das teorias de Foucault, Deleuze e Rouvroy, problematizamos as consequências ético-bio-psico-políticas decorrentes das relações com as tecnologias algorítmicas. O texto examina como os algoritmos se tornaram ferramentas fundamentais para o funcionamento da sociedade de controle e como eles se tornaram tecnologias de governo, modulando as questões ético-políticas que afetam a vida.

## INTRODUÇÃO

Podemos afirmar que uma vida mediada por modulações algorítmicas é uma vida modularizada<sup>2</sup>? Se as questões éticas, morais e políticas forem moduladas por

- 1 Este texto tem como base no trabalho “Governamentalidade algorítmica: um regime de neutralização da vida?”, apresentado no XXIV Simpósio de Estudos e Pesquisas da Educação da Faculdade de Educação, da Universidade Federal de Goiás, e publicado nos Anais do evento. <https://www.fe.ufg.br/n/118532-anais-do-xxiv-simposio-de-estudos-e-pesquisas-da-faculdade-de-educacao>. Acesso em 12/02/2023
- 2 “Modularização” é um processo pelo qual um sistema é dividido em módulos independentes, cada um responsável por realizar uma tarefa específica. A modularização é uma técnica comum na programação, em que um grande programa é dividido em partes menores e independentes, chamadas módulos. Cada módulo pode ser desenvolvido separadamente, testado e depurado, antes de ser integrado ao programa principal. A modularização torna o processo de desenvolvimento de *software* mais eficiente, pois permite que os desenvolvedores trabalhem em paralelo em diferentes partes do sistema, reduzindo o tempo de desenvolvimento e facilitando a manutenção do código. Além disso, a modularização permite a reutilização de módulos em diferentes sistemas, tornando a criação de novos programas mais rápida e econômica.

algoritmos, o que cabe ao humano? Este capítulo tem como intenção discutir a relação entre tecnologia, poder e vida, sobretudo analisando as distintas linhas que compõem o contemporâneo. Nosso objetivo é investigar como os algoritmos estão constituindo as relações de poder da nossa sociedade e avaliar seus efeitos sobre a gestão da vida.

Para sustentar esta reflexão, utilizamo-nos de um exemplo prático da potencialidade algorítmica em que pesquisadores se propuseram a desvendar a identidade secreta do artista Banksy a partir de um algoritmo de geolocalização. As análises do poder realizadas sobre esse caso têm como base as teorias dos filósofos Michel Foucault e Gilles Deleuze e do conceito de governamentalidade algorítmica construído pela filósofa belga Antoinette Rouvroy.

Esta proposta integra uma pesquisa de mestrado que investigou as políticas desejanteras do *Instagram*<sup>3</sup> (Gimenes, 2021). O eixo da pesquisa é a relação entre tecnologia, poder e vida. A questão que levantamos é: quais são as consequências éticas, biopolíticas e psicopolíticas resultantes das relações que produzimos com as tecnologias algorítmicas?

No primeiro momento, apresentamos o que é um algoritmo e como se tornou ferramenta fundamental das técnicas da vontade de saber, ou seja, como os algoritmos se desenvolveram de modo a servirem ao poder que demanda saber sobre os sujeitos, tais como as mídias sociais que nos inquiram sobre quem somos e o que fazemos. No segundo momento, exploramos o regime e o poder da sociedade atual a partir de um trabalho de matemáticos que se propuseram a identificar o artista de rua Banksy. Com esse caso pudemos explorar como os algoritmos se tornaram ferramentas fundamentais para o funcionamento da sociedade de controle. No terceiro momento, problematizamos sobre como os algoritmos se tornaram tecnologias de governo, partindo do que Rouvroy conceituou como governamentalidade algorítmica, e, com isso, examinamos quais seus efeitos sobre a vida modularizada.

## ○ ALGORITMO E A VONTADE DE SABER

Os algoritmos fazem parte do cotidiano e não há em nosso horizonte outro tipo de sistematização do funcionamento computacional que o substitua. Nossas relações estão mediadas por algoritmos. As bolsas de valores são reguladas por eles. Por exemplo, há algoritmos que reagem instantaneamente aos investidores: é

3 Trata-se de uma pesquisa que compreende a constituição tanto do *Instagram* quanto da vida contemporânea, ou do que estamos fazendo com as nossas vidas com o *Instagram*. Aqui o *Instagram* aparece enquanto mídia social, uma tecnologia de ponta que nos permite comunicação instantânea, troca de mensagens, de vídeos, de afetos, de desejos, e que também é uma tecnologia que é engendrada por mecanismos de saber, logo, de poder.

sabido que, até 2018, 40% das decisões de compra e venda no mercado de ações do Brasil eram realizadas por algoritmos automatizados (os “robôs”); nos EUA esse percentual era de 70% (Pierro, 2018).

As funções dos algoritmos especializados e automatizados estão crescendo cada vez mais. Existem algoritmos na agropecuária para cumprir as mais variadas funções de controle do processo de produção, como a medição do peso de um rebanho a partir de imagens produzidas automaticamente do gado. Em síntese, para que possamos compreender de modo comparativo qual é o nível de complexidade das tecnologias atuais, basta pensarmos que um simples *smartphone* possui uma tecnologia computacional muito mais complexa do que toda missão espacial que levou o homem a dar seus primeiros passos na Lua. E a tendência é que isso seja ampliado e se desenvolva cada vez mais. Mas o que é um algoritmo?

Figura 1 - O que é um algoritmo?



Fonte: produção dos autores.

Um algoritmo é uma sequência lógica de passos criada para resolver um problema estabelecido de maneira sistematizada, evitando etapas desnecessárias, com vistas a redescobrir o mesmo resultado. O método de Euclides, desenvolvido

em 300 a.C., é o primeiro algoritmo registrado para encontrar o maior divisor comum entre dois números inteiros (Machado, 2018). Com o desenvolvimento das tecnologias computacionais, as potencialidades dos algoritmos vêm sendo ampliadas, permitindo que computadores processem comandos de maneira mais rápida e com maior qualidade. Isso possibilita que algoritmos mais complexos sejam executados e mais informações sejam processadas simultaneamente.

Os algoritmos surgiram, então, como aliados ao pensamento humano, de suas atividades e sua potência criativa; é um modo de pensar e de sistematizar ações. O que vivenciamos enquanto problema ético-político hoje é que essas tecnologias foram capturadas pelas malhas dos poderes hegemônicos (Lippold & Faustino, 2022; Souza & Costa, 2022) e estão servindo a outros interesses, também humanos. Essas tecnologias se aliaram a todo um emaranhado de poder, intensificando as máquinas de saber e controle que se alimentam dos discursos. É a elevação exponencial do que ocorreu com a sexualidade ao longo do período Moderno e que está muito bem apresentado no volume I de *História da Sexualidade*, intitulado “A vontade de saber”, escrito por Michel Foucault (2017).

Nesta obra, o autor se dedicou a problematizar a hipótese de que, principalmente a partir do período vitoriano, a sociedade ocidental havia passado por momentos de repressão da sexualidade – hipótese essa que vez ou outra ainda ouvimos. Contudo, o teórico descobre o contrário em sua pesquisa, pois naquela mesma época foram registrados grandes volumes de discursos sobre a sexualidade (Foucault, 2017). Ele, portanto, propôs que o poder, a partir da modernidade, passou a operar muito mais por estimulação do que por repressão, por uma lógica da positividade e não da negatividade.

Nos regimes disciplinares, o poder é exercido de forma sutil e sofisticada através de mecanismos que seguem a ordem de “fazer falar” em vez de “fazer calar”, mecanismo típico do regime de soberania. Embora a repressão ainda esteja presente no contemporâneo, é a capacidade de controlar o discurso e as narrativas, por meio da incitação, que permite o poder exercer sua influência sobre a subjetividade das pessoas de maneira mais eficaz. As redes sociais, como o *Facebook* e o *Twitter*, incitam as pessoas a compartilhar seus pensamentos e eventos do dia a dia, alimentando, assim, a sede insaciável dessas plataformas por informações. Talvez um bom modo de pensar os efeitos de tais tecnologias sobre as nossas vidas seja a partir de um exemplo concreto.

## **A SOCIEDADE DE CONTROLE E A BUSCA POR BANKSY**

Para ilustrar o mecanismo do poder algorítmico, podemos considerar um estudo realizado por pesquisadores que desenvolveram tecnologias de geolocalização para tentar identificar a localização do misterioso artista Banksy,

intitulado *Marcando Banksy: usando perfis geográficos para investigar um mistério da arte moderna* (Hauge et al., 2016). Utilizando informações disponíveis no site do artista, os pesquisadores coletaram dados e criaram um mapa de calor, apontando as áreas com maior probabilidade de Banksy residir. Os resultados sugeriram uma localização próxima ao endereço da namorada de um homem já apontado como Banksy.

David Sumpter, em seu livro *Dominado pelos números: do Facebook e Google às fake news, os algoritmos que controlam nossa vida*, refletiu sobre as implicações deste estudo (Sumpter, 2019). Ele destacou que, embora seja um admirador do trabalho de Banksy, sua primeira reação foi de interesse e inveja. Sumpter apontou o uso de tecnologias de geolocalização como exemplo do poder algorítmico, que pode ser utilizado para mapear e controlar a localização de indivíduos. Essa reflexão ilustra algumas das características do regime de poder mediado pelos algoritmos.

Os pesquisadores criaram um mapa também da cidade de Bristol, referida como suposta cidade natal de Banksy. Os pontos mais quentes desse mapa estavam próximos da casa onde essa mesma pessoa vivia e do campo de futebol do time em que jogava. “O artigo concluiu que a pessoa deste geoperfil era muito provavelmente Banksy” (Sumpter, 2019, p. 9).

Quais as relações entre um algoritmo que produz geoperfis e a vontade de saber? Quais são as implicações e os efeitos dessa tecnologia apresentada por Sumpter? Que mecânicas do poder agem num contexto em que se torna possível e desejável investigar a localização de alguém que deseja se manter anônima? Que tipo de técnicas de governo esse regime de poder produz? São apenas algumas perguntas pertinentes diante de um artigo como esse e que nos propomos a investigar.

Nas primeiras investigações de Foucault (2017) sobre a vontade de saber e as técnicas de governo resultantes, ele examinou a sociedade disciplinar, na qual a vida é engendrada por meios de confinamento tradicionalmente disciplinares, como escola, prisão, fábrica, família, dentre outros. Contudo, não é mais o modo disciplinar que organiza nossas vidas. Antes de sua morte, Foucault apontou para um novo modo de organização social, um novo regime de poder, outra mecânica de poder, que visa as populações e não mais os indivíduos. Sobre essa mecânica, podemos dizer que:

[d]ebruça-se nos processos de regulamentação da vida, como a gestão da natalidade, mortalidade, longevidade etc. Adota a estratégia de gerir da população por meio de cálculos, inúmeros dispositivos de seguridade social, de saúde pública ou mesmo de controle da criminalidade. Sua finalidade é administrar a vida como espécie, enfim uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população. (Hur, 2018, p. 98)

Gilles Deleuze (1990) chamou essa nova mecânica do poder de sociedade de controle. A partir de referências a Foucault e Paul Virilio, afirmou: “são as sociedades de controle que estão substituindo as sociedades disciplinares” (p. 224).

Os autores não poderiam prever a magnitude e a complexidade que as máquinas alcançariam. Os computadores, além de deter os dados captados por uma vigilância incessante, de forma onipresente, como se fosse o ‘panóptico ideal’, possuem a capacidade de realizar a gestão da vida via cálculos probabilísticos (Deleuze, 1990), algorítmicos, resultando num mecanismo de poder muito mais complexo e insidioso. É o que o mapeamento de Banksy demonstra.

A expansão da internet como rede global na década de 1990 e o advento da internet colaborativa e das mídias sociais na década de 2000 permitiram que as pessoas produzissem conteúdo espontaneamente para compartilhamento. *Orkut, MySpace, Youtube, Twitter, Facebook* e muitos outros se tornaram a norma. A partir da década de 2010, o desafio passou a ser como organizar e explorar o volume de conteúdo produzido. As formas tradicionais de agregação, análise e correlação estatística se tornaram ineficazes e, nesse vácuo, os algoritmos assumiram uma nova função e estão se tornando cada vez mais eficientes.

Segundo Antoinette Rouvroy (2017), filósofa belga, o regime de otimização algorítmica não é um regime de verdade que obrigaria os sujeitos a falar no modo de confissão, mas sim um regime de indistinção entre sinais numéricos, que são a-significantes, mas calculáveis. Tomamos a perspectiva do computador que não considera Banksy enquanto artista que deseja seu anonimato, senão seu anonimato como variáveis de análise para a produção de pontos comuns que podem apontar uma convergência; para, assim, resolver o problema Banksy, ou a vontade de saber sobre Banksy.

Ao entrar em contato com trabalhos com esse teor, podemos nos sentir tanto eufóricos como temerosos. Vislumbramos um futuro em que ameaças à segurança pública possam ser localizadas velozmente e com alta precisão, assim como a possibilidade de sermos vigiados constantemente a partir dos rastros virtuais que deixamos, em que até mesmo uma pessoa que se esforça em ser anônima é facilmente localizada.

Mas existe uma terceira posição, apontada por Sumpter (2019). O autor afirmou que, ao reler com mais atenção o artigo científico sobre Banksy, percebeu que há pouca evidência nova apresentada em relação à sua identidade. Apesar de terem mapeado a localização exata de 140 obras de arte, os pesquisadores investigaram apenas um suspeito, que já havia sido apontado como o verdadeiro Banksy oito anos antes por um artigo do *Daily Mail*. O jornal descobriu que o suspeito vinha de uma família de classe média e não se encaixava no estereótipo de herói da classe trabalhadora que muitos esperam que os grafiteiros sejam, assim, quase uma década antes desses pesquisadores, a internet já havia localizado o suspeito.



O que os pesquisadores fizeram foi associar números àquele conhecimento, mas não é muito claro o que esses números significam. Os cientistas só haviam testado um suspeito em um caso. O artigo ilustrou os métodos, mas estava longe de ser uma prova conclusiva de que esses métodos funcionaram de fato. (Sumpter, 2019, p. 15)

As limitações dos trabalhos científicos dificilmente ganham evidência pelas mídias que, sem muitos questionamentos quanto aos fundamentos dos estudos, fazem com que ganhem ampla divulgação. “A matemática deu legitimidade a um boato. E o estudo contribuiu para a crença de que a tarefa de encontrar ‘criminosos’ poderia ser realizada por um algoritmo” (Sumpter, 2019, p. 16).

Essa terceira posição não reduz os impactos da tecnologia: foi produzido um algoritmo de produção de perfis (*profiling*) a partir de sua geolocalização e precisamos compreender as complexidades que o envolvem. Não muito distante, algoritmos da Cambridge Analytica aliados aos serviços do *Facebook* não determinaram, mas tiveram influência real nas eleições dos EUA e no plebiscito que resultou no *Brexit* (Sumpter, 2019).

Estamos lidando com tecnologias que buscam tomar o indivíduo de modo impessoal ao capturá-lo numericamente, ignorando suas máscaras sociais, papéis e posições assumidas. Isso é parte da vontade de saber da governamentalidade algorítmica, que aceitamos ao expor à visão algorítmica o espaço psíquico individual, sem separação entre o espaço psíquico e público, nem distorcido pela persona ou máscara social.

Esse regime de verdade não leva em consideração as características individualizantes e não depende de normas ou mecanismos políticos tradicionais para funcionar. Ao entender esses aspectos como parte da vida moderna, estamos nos dispondo às modulações desse regime.

## **A GOVERNAMENTALIDADE ALGORÍTMICA E SEUS EFEITOS SOBRE A VIDA**

Ao ler sobre a geolocalização de Banksy, Sumpter (2019) percebeu como a matemática está presente em áreas inesperadas, inclusive no futebol, tema do seu livro *Soccermatics*. Pouco tempo depois, em uma palestra na sede londrina da *Google*, ele descobriu que a empresa está usando o *DeepMind*, tecnologia avançada de inteligência artificial, para pesquisar registros médicos do serviço nacional de saúde do Reino Unido. O objetivo era encontrar padrões em doenças renais que os médicos não conseguem perceber. O *DeepMind* está se tornando um assistente médico baseado em inteligência computacional.

É preocupante observar que a *Google* continua a produzir bancos de dados detalhados com informações sobre estilo de vida e saúde de seus usuários, mesmo

após sanções por abuso de tecnologias de *datamining* e *profiling*. A potência desse modo de condução da vida está na capacidade de utilizar dados descolados dos sujeitos, sem a necessidade de utilizá-los diretamente como suporte.

O *Big Data*, essa massa de informações digitalizadas armazenadas em *Data Warehouses*<sup>4</sup>, aberta a atores corporativos e estatais em um contexto assimétrico de poder comunicacional, anuncia uma nova dinâmica de poder que desloca a política para outras arenas.

Governamentalidade algorítmica é um desdobramento desta nova forma de governamentalidade neoliberal, conceituado por Rouvroy. A filósofa apresentou um modelo de governo que se baseia essencialmente em dados brutos, os quais funcionam como sinais infra-pessoais e a-significantes, mas quantificáveis (citado por Parra, 2016). Esses dados afetam os indivíduos em um estado de alerta, provocando uma resposta reflexa, em vez de se basear em autorização, proibição ou persuasão, dependendo das suas capacidades cognitivas e volitivas. Segundo Rouvroy, o objetivo principal é antecipar o futuro, limitar o possível e não regulamentar as condutas. Os dispositivos da governamentalidade algorítmica integram o *datamining*, ou seja, a exploração de dados brutos em massa que, individualmente, não possuem significado para traçar perfis comportamentais. O *datamining* permite gerenciar as pessoas de forma personalizada, industrial, sistemática e preventiva, interessando-se por elas apenas como pertencentes a uma multiplicidade de perfis, como consumidores ou possíveis delinquentes.

Retornemos ao caso do Banksy: as técnicas que alimentam a vontade de saber mudaram; agora produzem e gerenciam uma infinidade de perfis, cenários e futuros. Esses perfis não são individuais, mas supraindividuais, são características estatísticas, resultados de informações brutas, infra-individuais (Parra, 2016). Seguindo uma reflexão de Sumpter (2019), imaginemos que o cenário é um tribunal, que Banksy seja um muçulmano que está sendo procurado devido a acusações de fazer propagandas pró-Estado Islâmico e que o algoritmo produza uma correlação com 65,2% de certeza de que a casa suspeita pertença ao Banksy muçulmano. Haveria espaço para julgamento ou esse dado probabilístico puro seria transformado em evidência estatística concreta? Cremos que uma fraca e circunstancial probabilidade seria tomada como prova estatística inquestionável.

As ações dos indivíduos, que antes eram influenciadas pelas confrontações diretas com normas exteriores, são tomadas agora como possibilidades organizadas no próprio ambiente (Rouvroy & Berns, 2015). Vale, deste modo, questionar para quem são as vantagens das técnicas de governo por meio de algoritmos. Sua

4 “*Data Warehouse* (que no português significa, literalmente, armazém de dados) é um depósito de dados orientado por assunto, integrado, não volátil, variável com o tempo, para apoiar as decisões gerenciais” (Date, 2004).

aparência é objetiva e inofensiva, pois são fundadas “sobre uma realidade anterior a toda manifestação de entendimento ou de vontade subjetivos, individuais ou coletivos” (Rouvroy & Berns, 2015).

O modo como esse sistema de produção funciona é simples: “[o]s matemáticos aplicados são treinados para enxergar o mundo em termos de um ciclo de modelagem” (Sumpter, 2019, p. 14). Os consumidores do mundo real apresentam problemas aos matemáticos aplicados; os matemáticos pegam suas caixas de ferramentas, implementam algoritmos e sistemas a fim de obter o melhor resultado; os consumidores dão o *feedback* e a produção continua. Há espaço para refletir sobre os efeitos ético-políticos de tais tecnologias? Há espaço para pensar em que tipo de vida essas técnicas de governo estão produzindo? E sobre os efeitos desse poder?

A otimização algorítmica tem sido vista como uma forma de governança racional, substituindo formas por perfis baseados em correlação de dados, que são altamente maleáveis e evolutivos. Esses perfis antecipam as ações, trajetórias e escolhas dos indivíduos, agindo como pegadas antecipatórias que nunca conseguem acompanhar completamente seus movimentos. Eles criam um espaço especulativo na visão algorítmica, agindo de forma antecipatória em relação às capacidades dos corpos.

Essas visões não figurativas, que imunizam o real contra o virtual, o provável contra o excesso do possível e a impassibilidade inorgânica contra eventos orgânicos, diminuem o poder dos sujeitos e sua capacidade de tomar decisões baseadas na indecidibilidade e de projetar coletivamente possibilidades. Embora permitam “estar um passo à frente”, atuando antecipadamente sobre o que os corpos podem fazer, essas visões não são passíveis de serem verdadeiras ou falsas, mas existem para imunizar o real contra o virtual, o provável contra o excesso do possível e a impassibilidade inorgânica contra eventos orgânicos — em resumo, contra o corpo (Rouvroy & Berns, 2015).

Se a sociedade disciplinar é marcada como um regime de normatização e normalização, seria, portanto, a governamentalidade algorítmica um mecanismo de governo de um regime de modularização da sociedade de controle?

Não necessitamos de uma resposta imediata, mas esse problema não pode ser ignorado por quem tem interesse em estudar o poder. Percebemos que, desprezando o mundo e suas representações para uma realidade feita de fluxos numéricos com juntas estanques não afetadas por eventos, tornam os sujeitos cada vez mais controláveis: sua capacidade de enunciação contrafactual (que também é a capacidade de apagar traços, mentir, fingir), sua capacidade de decisão (de decidir com base na indecidibilidade em vez de obedecer aos resultados do cálculo) e sua capacidade de projetar coletivamente possibilidades.

Compreendemos que o diagrama de soberania fazia morrer e deixava viver; com o diagrama disciplinar surgiu o biopoder que faz viver e deixa morrer (La-

cerda & Rocha, 2018); no diagrama de controle, ou de rendimento (Han, 2017; Hur, 2018), estamos percebendo uma aceleração da vida; mas e no diagrama algorítmico? O diagrama disciplinar e de controle se baseia em uma determinada vida humana que é fundamental para fazer funcionar as máquinas capitalísticas. No entanto, a governamentalidade algorítmica opera por meio de informações processadas, num processo de modularização da vida. Isso levanta a questão: qual é o papel da ética, enquanto capacidade de diferenciação e de avaliação qualitativa dos modos de existência, nesse novo paradigma? Se há uma dispersão de módulos independentes com programações pré-definidas para garantir a regulação bio-psi-política, para que ética?

Um exemplo disso é a tentativa de rastrear e identificar Banksy, em que a máquina interpreta apenas dados sobre um objeto ou pessoa, sem considerar a vida por trás dessas informações. Não se trata de produzir saber sobre a vida, mas de construir mecanismos cada vez mais sofisticados para sua regulação e controle por meio das informações produzidas a partir dela. Portanto, é importante questionar qual é o lugar da ética nesse novo cenário e como podemos garantir que a tecnologia atenda às necessidades humanas, tendo em vista que tal desejo por regulação se trata de um desejo algorítmico.

Diferenciando-se dos outros regimes de poder e configurando-se conforme indica Rouvroy, a governamentalidade algorítmica nos expõe a uma série de desafios sem precedentes. Diante da liquidação algorítmica das formas pelas quais nos governamos, como podemos manter aberta — como obstáculos na trama fluida do real — a possibilidade do projeto político e a sobrevivência dos sujeitos? Como podemos nos opor aos animais heterocrônicos<sup>5</sup> que somos, sendo levados em conta simplesmente como agregados temporários de dados passíveis de exploração em massa?

Rouvroy e Berns (2015) afirmaram que, em uma análise mais profunda e crítica, pode-se questionar sobre os objetivos do governo algorítmico e sua relação com os sujeitos envolvidos. Qual seria o alvo dos três momentos descritos, *data-veillance*, *datamining* e *profiling*, e como se encaixam em um panorama global? Uma possível hipótese é que o alvo do controle do governo algorítmico são as relações, pois os dados transmitidos são baseados em relações, os conhecimentos gerados são relações de relações e as ações normativas que daí decorrem são ações sobre as relações (ou ambientes) referidas às relações de relações. Dessa forma, o governo algorítmico se concentra na gestão das relações, em vez de indivíduos

5 O termo heterocronia aqui utilizado tem mais proximidade com as ciências biológicas. Na biologia evolutiva do desenvolvimento a heterocronia é uma variação no tempo ou na taxa de eventos, considerando as mudanças no tamanho e forma dos órgãos e características ao longo das escalas de tempo evolutivas. Ou seja, o homem enquanto animal *heterocrônico* se destaca mais pelas suas mutações, suas diferenças, do que pela sua padronização.

isolados, o que pode ter implicações significativas na forma como a sociedade é governada e como os processos de subjetivação ocorrem.

Frente ao avanço das técnicas de *profiling* e hiper individualização (Rouvroy & Berns, 2015), que substituem as técnicas modernas de individualização, surge o desafio de repensar a viabilidade da revitalização do espaço público como um ambiente para deliberação sobre a comunidade, que transcende a simples concordância de interesses individuais e possibilita a exposição dos limites da representação. Para alcançar esse objetivo, é necessário reavaliar as técnicas de governamentalidade e buscar novas possibilidades políticas que escapem desses processos. A questão que fica é se há possibilidade de uma nova política que não tenha a ética como seu centro?

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os algoritmos foram criados com a função de auxiliar as atividades humanas e compor grande parte dos processos produtivos da sociedade atual. Evidentemente, ainda há muito a ser desenvolvido em relação a essas tecnologias para que possam colaborar com a vida em sociedade. Assim não devemos apreendê-los como algo a ser temido ou evitado. Contudo, diante desse cenário, é necessário levantarmos algumas questões. Quando percebemos a intensificação de problemas sociais, como a polarização política, o sexismo, o racismo e outros preconceitos, devido ao uso dos algoritmos, é preciso compreender que eles estão apenas intensificando condutas já presentes no cotidiano. É como se estivéssemos utilizando o algoritmo de Euclides, criado há mais de dois mil anos, não para solucionar problemas reais, mas para sistematizar e intensificar preconceitos presentes na sociedade.

Neste capítulo, analisamos os efeitos éticos da governamentalidade algorítmica. Percebemos que esse novo modo de governo reconhece apenas dados infra-individuais e perfis supra-individuais, ultrapassando o modelo disciplinar baseado em normas e instituições, como aponta Rouvroy. A governamentalidade algorítmica é configurada a partir dos processos já existentes, mas como um governo supostamente isento de projeto, como se os algoritmos não tivessem vieses. O resultado disso é o descolamento do pensamento *a priori* que o fundamenta, o que acaba por legitimar sua aplicação, ou atrelá-lo a distintos modos de governo.

Por fim, questionamos que efeitos das novas tecnologias são esses, assim como seus mecanismos reguladores da vida que conhecemos. As pistas apontam para problemas que se assemelham à ideia de modularização, uma vez que a produção algorítmica não considera princípios ético-políticos, pois atua como módulos independentes que regulam a vida de acordo com suas programações. Diante disso, é necessário permanecer investigando as funções e efeitos das novas tecnologias, além de discutir as práticas ético-políticas que desejamos construir para nós mesmos.

## REFERÊNCIAS

- Date, C. J.** (2004). *Introdução a Sistemas de Bancos de Dados*. Editora Campus.
- Deleuze, G.** (1990). *Post-scriptum sobre as sociedades de controle*. In *Conversações* (pp. 219-226). Editora 34.
- Foucault, M.** (2017). *História da Sexualidade I: a vontade de saber*. Paz e Terra.
- Gimenes, L. F. S.** (2021). *As políticas desejantes no Instagram: entre selfies e feedbacks*. [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO].
- Han, B. C.** (2017). *Sociedade do cansaço*. Vozes.
- Hauge, M. V., Stevenson, M. D., Rossmo, D. K., & Le Comber, S. C.** (2016). Tagging Banksy: using geographic profiling to investigate a modern art mystery. *Journal of Spatial Science*, 61(1), 185-190, 2016. doi:10.1080/14498596.2016.1138246
- Hur, D. U.** (2018). *Psicologia, Política e Esquizoanálise*. Alinea.
- Machado, H. F. S.** (2018). Algoritmos, regulação e governança: uma revisão de literatura. *Revista de Direito Setorial e Regulatório*, 4(1), 39-62.
- Lacerda, R. C. & Rocha, L. F.** (2018). Fazer viver e deixar morrer: os mecanismos de controle do biopoder segundo Michel Foucault. *Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia*, 10(22), 148-163.
- Lippold, W. & Faustino, D.** (2022). Colonialismo digital, racismo e acumulação primitiva de dados. *Germinal: marxismo e educação em debate*, 14(2), 56-78. <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/49760>
- Parra, H.** (2016). Abertura e controle na governamentalidade algorítmica. *Ciência e Cultura*, 68(1), 39-49. <https://dx.doi.org/10.21800/2317-66602016000100013>
- Pierro, B.** (2018). O mundo mediado por algoritmos. *Revista Pesquisa FAPESP*, 266, 18-25. <https://revistapesquisa.fapesp.br/2018/04/19/o-mundo-mediado-por-algoritmos/>
- Rouvroy, A. & Berns, T.** (2015). Governamentalidade algorítmica e perspectivas de emancipação: o dispar como condição de individuação pela relação? *Revista Eco Pós*, 18(2). 36-56. doi: 10.29146/eco-pos.v18i2.2662
- Souza, M. & Costa, L. A.** (2022). Modulações algorítmicas em plataformas digitais e o colonialismo de dados: reflexões para a construção de uma agência descolonial. *Revista Eletrônica Interações Sociais*, 5(1). <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/14028>
- Sumpter, D.** (2019). *Dominado pelos números*. Bertrand Brasil.

# **A CULTURA DO NARCISISMO, A VIRTUALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE SI E O CRESCENTE MAL-ESTAR NA SOCIEDADE HIPERCONECTADA**

*Fabio Caprio Leite de Castro  
Guilherme Primo*

## **INTRODUÇÃO**

A virtualização da experiência de si somente se torna possível, no modelo de interconexão global que hoje conhecemos, com o desenvolvimento de uma tecnologia altamente sofisticada. Esse, certamente, é o primeiro aspecto que emerge quando observamos a algoritmização da vida. No entanto, se quisermos encontrar os elos possíveis entre a hiperconexão e o mal-estar contemporâneo, é preciso colocar em questão como se formou a cultura do narcisismo (Lasch, 1979), pois é nessa cultura que as tecnologias de virtualização de si encontram um terreno fértil e tiveram amplo sucesso.

Feita essa contextualização, nosso propósito é investigar as transformações da produção de subjetividade pela algoritmização da vida, a partir de estudos de inspiração foucaultiana (Berns & Rouvroy, 2013; Rodríguez, 2019), igualmente, com base na tese segundo a qual podemos observar, na virtualização da experiência de si, uma intensificação da relação do sujeito consigo mesmo. Os processos de virtualização de si não promoveram um distanciamento da cultura do narcisismo, mas, ao contrário, são frutos dessa mesma cultura e a aprofundaram.

Nosso objetivo final é mostrar como a nova realidade de uma hiperconexão pode estar correlacionada com as mais diversas formas de sofrimento psíquico na atualidade, as quais já vinham se expressando nas últimas décadas e agora chegam a proporções cada vez mais espantosas. Para tanto, retomamos os importantes estudos sociológicos (Ehrenberg, 1998, Rosa, 2019), psiquiátricos e interdisciplinares (Fuchs, Iwer, & Micali, 2018) sobre o tema, a fim de examinar as relações entre nossa cultura e o mal-estar contemporâneo. Isso nos permite examinar mais especificamente o caso das transformações e patologias associadas ao uso de *smartphones* pela chamada *IGen* (Twenge, 2017), ou seja, a geração que já nasceu em meio à internet.

## A CULTURA DE MASSA, A SOCIEDADE DE CONSUMO E A CULTURA DO NARCISISMO

A cultura do narcisismo instala-se no contexto de uma forma específica da sociedade de consumo. Os traços fundamentais deste modelo de sociedade configuraram-se, especialmente, após a 2ª Guerra, em sua relação intrínseca com a cultura de massa, e foram tornando-se cada vez mais evidentes ao longo das décadas. Já em 1947 as características decadentes de uma cultura de massa amalgamada pelo sistema econômico foram descritas por Adorno e Horkheimer, em *A indústria cultural* (2000). Nesse modelo industrializado e dirigido por uma forma de arte como entretenimento, o “indivíduo” é uma realidade ilusória, decorrente da standardização das técnicas de produção. Sua pseudo-individualidade é apenas tolerada pelo sistema, e apenas na medida em que ela permanece sem reservas em relação ao universal (2000, p. 202). A fineza das análises de Horkheimer e Adorno mostraram muito cedo como a própria cultura se encontra capturada pela indústria e sua lógica midiática de propaganda.

Ocorre que o modelo da indústria cultural se expandiu progressivamente. Desde os anos 1960, os aparelhos ideológicos (Althusser, 1970) do bloco capitalista colocavam à prova todo o seu poder através de um gigantesco arsenal simbólico-midiático para tentar reabsorver as explosões radicais da contracultura. A estratégia a longo prazo não consistiu em negar as demandas sociais por transformação que emergiam, mas, justamente, de fazê-las operar no registro atomístico do indivíduo e de suas necessidades individualizadas, diante daquilo que o mercado (através dos bens de consumo) poderia oferecer-lhe. Ou seja, a imagem espetacular torna-se uma armadilha aos próprios consumidores, que em troca da satisfação de suas necessidades, não se dão conta da alienação do seu desejo. É assim que as demandas de uma transformação radical do capitalismo se pulverizaram em pequenas demandas, contornadas ou absorvidas pelo capital.

Essencialmente, o jogo midiático funciona da seguinte forma, como muito bem observou Guy Débord, em *A sociedade do espetáculo*: “[m]ais [o espectador] contempla, menos ele vive; mais ele aceita se reconhecer nas imagens dominantes da necessidade, menos ele compreende sua própria existência e seu desejo” (1967, p. 31). Não é de se admirar que as mais novas mídias e aparelhos eletrônicos, em sua algoritmização da vida, terminem por se tornar potenciais armas de um fascismo digital. Como observou Vilém Flusser (2008, p. 84), já a própria estrutura da sociedade informática, na era das imagens técnicas, se organiza através de *feixes sincronizados* (“fascistas”) e conta com centros irradiadores no centro da sociedade, parcialmente invisível e inacessível aos homens.

Entretanto, é legítimo interrogar se a sociedade de consumo que se consolida no pós-Guerra se diferencia em algum aspecto dos modelos de capitalismo que



lhe antecederam. Há algo, sim, de novo na sociedade de consumo constituída a partir dos anos 1960 e é por isso que nos parece igualmente imprescindível, ainda hoje, um livro como *A sociedade do consumo* de Jean Baudrillard (1972). Essa leitura desperta-nos imediatamente para os incríveis efeitos de crescimento de consumo experimentados em um contexto sócio-histórico interceptado pelas novas tecnologias informatizadas de produção e venda. Fenômenos de acumulação e amontoação (*amoncellement*), profusão, panóplia (*panoplie*) de variedades, coleções, desperdício, descarte, obsolescência programada foram detidamente estudados e colocados em relevo por Baudrillard. São estas características de um modo cotidiano de consumir que permitem explicar como o consumo *ele mesmo* se torna um produto consumível. O consumo tornou-se um mito, “o modo como a sociedade contemporânea fala dela mesma” (1972, p. 311). Ao consumir, a sociedade se consome ela mesma enquanto uma ideia, enquanto sociedade de consumo. A publicidade é, justamente, o “hino triunfal” dessa ideia (1972, p. 311). Ao considerar a mensagem publicitária das mídias, Baudrillard aproxima-se do consumidor e observa que o gozo, a fruição (*jouissance*) deixa de ser um direito e passa ser institucionalizada como um constrangimento, uma *coerção*: há como que um *dever de fruir* (1972, p. 112). É assim que Baudrillard entende o fato de que o consumo, pela atomização dos indivíduos consumidores, tenha facilmente se tornado um instrumento de controle social e implique uma coerção burocrática. A todo momento, o indivíduo é lançado a uma miríade de imagens que transformam o próprio corpo no “mais belo objeto de consumo” (1972, p. 199) e vive intensamente o “drama dos lazeres”, ou a impossibilidade de perder seu tempo. (1972, p. 238).

Não obstante a centralidade dos conceitos de cultura de massa e de sociedade de consumo para a nossa análise, na medida em que constituem o arcabouço sociocultural das relações materiais de produção na contemporaneidade, ainda é preciso dar um passo para explicitar como a busca de satisfação é experienciada pelo sujeito–consumidor como uma injunção. Uma pessoa ávida por consumo, é tudo que o consumismo da sociedade de consumo necessita. Tanto maior será o consumo quanto maior for a crença de que, através do consumo e de uma certa posição de consumidor na sociedade, é possível responder a essa injunção. É nesse ponto que a tese da cultura do narcisismo deve ser recuperada, ao nosso sentir, para desenvolvermos uma explicitação sobre a virtualização de si e o mal-estar contemporâneo.

A ‘cultura do narcisismo’ foi descrita pelo historiador e crítico social Christopher Lasch (1979), tendo por base a sociedade norte-americana dos anos 1970. Segundo Lasch, os meios de comunicação de massa, com seu culto da celebridade, “fizeram dos americanos uma nação de admiradores fanáticos” (1979, p. 16), ao mesmo tempo em que a propaganda sobre os bens de consumo e a boa vida

sancionou o impulso à gratificação em toda e qualquer escala. Em linhas gerais, podemos encontrar algo similar nos autores que antes citamos. No entanto, Lasch acrescenta que essa mesma propaganda “tornou insuportáveis o fracasso e a privação”. (1979, p. 22). Quando o “novo Narciso” toma, enfim, consciência de que ele terá de viver sem ser célebre e, pior do que isso, sem um “eu”, de que ele terá de viver e morrer sem que ninguém perceba o espaço que ocupa, ele experiencia essa descoberta não como uma decepção, “mas como um golpe devastador sobre o seu sentido de identidade [*selfhood*]”. (1979, p. 22). De acordo com Lasch, o “homem psicológico” do século XX não estaria mais à procura do próprio desenvolvimento ou de uma transcendência espiritual, mas do escape da ansiedade, da depressão, de um vago descontentamento e um sentimento de vazio interior (1979, p. 13). Lasch observou corretamente (pp. 26-30), em nossa interpretação, que esse tipo de dilema e de problema existencial não concerniam apenas aos ricos, mas a todas as classes econômicas; que eles estariam relacionados não apenas à privatização dos espaços públicos, mas à invasão do espaço privado pelas forças de dominação organizada. Esses dois aspectos confirmaram-se radicalmente nas décadas seguintes com as redes sociais e a algoritmização da vida, pois essas são atravessadas pelas condições factuais e ideológicas da própria sociedade de consumo.

Ao propor a tese sobre a cultura do narcisismo, Lasch tem por objetivo colocar em cena as suas dimensões psicológicas e sociais. Em sua perspectiva, é necessário estabelecer uma precisão sobre o termo “narcisismo”, para que ele não seja unicamente tomado de modo vago como uma “metáfora da condição humana” (1979, p. 32). Nesse sentido, Lasch (pp. 31-32) toma distância da crítica ao narcisismo, então recente, que atribuiu a desintegração do público ao “culto ao privatismo” ou a um “individualismo antissocial”, como ele sugere ser o caso em Richard Sennett e Erich Fromm. Não consideramos totalmente apropriada essa crítica de Lasch. Com efeito, a supressão e a morte do espaço público, tal como descrito por Sennett em *O declínio do homem público* (2014), é uma realidade cada vez mais presente e contundente nas grandes cidades. Ademais, Sennett não ignora o significado clínico do narcisismo (2014, p. 22), embora seja a uma espécie de narcisismo “ascético” e individualista a que ele se refere ao mostrar como é a sociedade que o suscita (p. 480). Em relação a Fromm, de fato, encontra-se em seu livro, *O coração do homem* (1967), uma distinção entre o narcisismo individual e o social, ou narcisismo de grupo, cuja transição ele procura descrever, mostrando como, em nível grupal, o narcisismo pode tornar-se fonte de violência e guerra (1967, p. 86). Não podemos acusar Fromm de uma ignorância sobre a dimensão psicológica do narcisismo, depois de perpassarmos os inúmeros exemplos clínicos que ele apresenta em seu livro. As dificuldades aumentam se acrescentarmos ao debate, ainda, uma ideia mais favorável sobre o narcisismo, como a encontramos em *Eros e Civilização* (1975) em que Herbert Marcuse resgata uma imagem positiva do mito Narciso para explicitar aquilo

que ele define como a “atitude erótica não-repressiva em relação à realidade” (1975, p. 151). Essa dupla possibilidade do narcisismo, criativo e destrutivo, ordinário e patológico, é uma questão fundamental da psicanálise, que está presente desde a sua formulação por Freud, em 1914, em termos de uma teoria da libido, em *Introdução ao Narcisismo* (Freud, 1975). Desde então, Freud anteviu no narcisismo, para além de uma condição patológica, uma etapa constitutiva do psiquismo humano. É isso que complexifica as coisas e faz com que o tema do duplo narcisismo se torne recorrente nas mais diversas teorias psicanalíticas, como, a título exemplificativo, no livro *O narcisismo*, de Béla Grunberger (1971), e no livro *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*, de André Green (1983).

De todo modo, e nesse aspecto Lasch tem razão, é necessária uma precisão do termo “narcisismo”, especialmente porque, sem ela, corremos o risco de cair em uma inflação moralista, caso o consideremos, de modo simplificado, como um sinônimo de egoísmo. Os grupos humanos apresentam com frequência na história um comportamento egoísta e etnocêntrico, de modo que pouco se ganharia em atribuir a essas qualidades um rótulo psiquiátrico (1979, p. 32). Ou seja, não podemos jamais perder de vista as dimensões concretas precisas do fenômeno, em âmbito psicológico e social, pois são elas que nos permitem caracterizar o narcisismo na cultura contemporânea. Quando Lasch fala de uma ‘cultura do narcisismo’, portanto, é no sentido de designar, com essa expressão, características específicas da sociedade de consumo norte-americana que podem ser concretamente estudadas, em psicologia e sociologia. De acordo com a sua tese, a notável emergência do transtorno de caráter como forma mais proeminente da psicologia psiquiátrica deriva de transformações específicas na nossa sociedade e na nossa cultura (1979, p. 32). Essas transformações foram produzidas com a burocracia, a proliferação de imagens, as ideologias terapêuticas (de uma autoconsciência ou *self-awareness*), a racionalização da vida interior, o culto ao consumo e, em última instância, as modificações da vida familiar e os modos de socialização (1979, p. 32).

Diante do devastador sentimento de perda de identidade, multiplicam-se as tentativas de refúgio em uma espécie de narcisismo patológico, em uma profusão de traços característicos e observáveis na vida do dia a dia, como a relação de dependência ao outro, para um conforto mediado que este pode proporcionar, ao mesmo tempo associado ao medo da dependência e de um sentimento de vazio interior, imensa raiva reprimida, desejos orais impetuosos e insatisfeitos (1979, p. 33). Ademais, são igualmente observáveis algumas características secundárias do narcisismo, como pseudorevelações sobre si, sedução calculada, nervosidade e humor autodepreciativo. É possível, igualmente, estabelecer conexões entre o tipo narcísico e os traços da cultura contemporânea, como o medo intenso de envelhecer e de morrer, uma percepção diferente do tempo, a fascinação pela celebridade, o medo da competição, o declínio do espírito de jogo, a deterioração das relações

entre homens e mulheres (1979, p. 33). Exemplos de áreas onde esses aspectos são estudados por Lasch são o esporte, dando ênfase ao declínio do espírito esportivo com a emergência do espetáculo enquanto expressão dominante da cultura (1979, p. 124), e a educação, com a decadência do sistema educativo por uma “atrofia da competência” (1979, p. 127), numa situação em que ela se torna uma espécie de *commodity* (1979, p. 151).

É bom ressaltar, uma vez mais, que o estudo de Christopher Lasch se baseou na cultura americana ao final dos anos 1970. Passados mais de quarenta anos dessa publicação, podemos dizer que a tese de uma cultura do narcisismo, considerando a expansão global do modelo americano e o momento que vivemos, é ainda válida? Nossa hipótese é que, *mutatis mutandis*, não apenas vivemos na cultura do narcisismo, como vivemos talvez o seu momento mais agonístico, com as transformações provocadas pelo uso da internet e dos *smartphones*, precisamente, devido aos efeitos da virtualização de si.

## **A VIRTUALIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DE SI E A INTENSIFICAÇÃO DA RELAÇÃO DO SUJEITO CONSIGO MESMO**

A algoritmização da vida aponta para uma profunda transformação nas modalidades de subjetivação e, nesse sentido, as redes sociais possuem um papel fundamental, na medida em que intensificam a experiência de si por meio de um renovado conjunto de práticas. O debate sobre as tecnologias algorítmicas já vem sendo desenvolvido há algum tempo, mas, com frequência, sua problematização é disposta sobre os termos do controle e da anulação da subjetividade, em detrimento de uma análise que tome por objeto a dimensão humana do sujeito, como devir ativo em relação à dimensão inumana das máquinas. Dentre os autores que abordam essa temática, podemos destacar os trabalhos de Antoinette Rouvroy e Thomas Berns, cuja hipótese de uma “governamentalidade algorítmica” (2013, pp. 163-196) ganha força nos círculos acadêmicos, e acaba por centrar a crítica aos dispositivos algorítmicos nos aspectos “regulatórios” do “governo dos outros”, que se depreendem desde os conceitos de biopolítica (Foucault, 1976) e governamentalidade (Foucault, 2004a e 2004b), elaborados, noutro contexto, por Michel Foucault. Ainda que a importância do debate sobre os efeitos da produção de um saber a-normativo seja evidente, não podemos nos furtar a extrair da amplitude do conceito de governamentalidade, conforme desenvolvido pelo filósofo francês, para além da regulação das condutas, também o sentido de um campo de relações estratégicas, onde as formas do governo dos outros se relacionarão às maneiras de governar a si mesmo (Foucault, 2008). Conforme Foucault, uma análise do governo dos outros “não pode não passar, teórica e praticamente, pelo elemento de um sujeito definido a partir da relação consigo mesmo” (Foucault, 2001, p. 241).

A reorganização das formas de sociabilidade, impulsionada por uma crescente tecno mediação da vida pelos dispositivos algorítmicos, ao contrário de *neutralizar*, ou operar uma *rarefação* nos processos e ocasiões de subjetivação (Rouvroy, 2018, p. 63), demandou uma *intensificação* da relação estabelecida pelo sujeito consigo mesmo: aquilo que um de nós (Primo, 2023) denominou em sua tese uma *virtualização da experiência de si*. No lugar de resgatarmos os conceitos de “cuidado de si” e “práticas de si”, trabalhados por Michel Foucault na dobradiça entre o projeto de uma história da sexualidade e uma história do sujeito ético ocidental (Foucault, 1984a, 1984b) — e que, portanto, possuem um sentido muito preciso em suas obras —, optamos em utilizar a expressão “virtualização da experiência de si”. Esta opção tem por objetivo, em primeiro lugar, designar uma aproximação em relação ao arcabouço teórico foucaultiano sem, contudo, nos furtarmos a buscar a sua “atualização”, diante do contexto histórico e social contemporâneo. A ideia de uma “virtualização” procura dar conta de apreender o movimento de articulação dos processos de subjetivação, ou seja, das práticas de si, entre a esfera virtual e a esfera analógica, ressaltando suas características singulares. A atividade estabelecida pelo sujeito em relação a si mesmo, mediada pelos dispositivos algorítmicos, tornou-se transitória, *dividual* (Raunig, 2016) e fragmentária, na medida em que, conforme Theresa Sauter (2014, p. 826), a respeito dos processos de autoformação (*self-formation*) nas redes sociais, viabiliza a produção da individualidade como um processo contingente, entrelaçado em redes complexas com outros atores e entidades.

Com o estudo das práticas de si, Michel Foucault buscava compreender aquilo que ele denominava de ação moral. Para o autor, a constituição de si mesmo como sujeito ético demandava, por parte do sujeito, a circunscrição de uma parte sua, a substância ética, que vai demarcar o escopo de uma série de procedimentos morais, definindo, assim, um modo de ser<sup>1</sup>. Foucault apontava para uma linha de continuidade, ou para uma genealogia, das práticas de si, que vai da Antiguidade aos primórdios do Cristianismo, e tomou o exemplo da confissão (Foucault, 2018) para designar uma estrutura geral que definiu, em grande medida, o horizonte no qual se desenhou a subjetividade ocidental. Este arquétipo das modalidades de subjetivação, em que as práticas de si se relacionam com a salvação, a lei e a

1 Segundo Foucault, “[e]m suma, uma ação, para ser chamada ‘moral’, não deve reduzir-se a um ato ou a uma série de atos conformes a uma regra, uma lei ou um valor. Toda ação moral, na verdade, comporta uma relação com o real onde ela se realiza e uma relação ao código ao qual se refere. Porém, ela implica também certa relação a si mesmo (*rappor à soi*). Essa relação não é simplesmente “conhecimento de si”, mas constituição de si (*constitution de soi*) como ‘sujeito moral’, na qual o indivíduo circunscreve a parte dele mesmo que constitui o objeto dessa prática moral, define sua posição em relação ao preceito que segue, fixa certo modo de ser que quererá como realização moral de si mesmo. E, para fazê-lo, atua sobre si mesmo, empreende o conhecimento de si, se controla, se põe à prova, aperfeiçoa-se, se transforma” (Foucault, 1984a, p. 35, destaques do autor).

verdade, possui algumas semelhanças com o contexto atual, de atravessamento da vida pelos dispositivos algorítmicos e, em especial, pelas redes sociais. De acordo com Paula Sibília (2008, p. 26-27), poderíamos denominar estas práticas, atualmente, de “práticas comunicativas”, ou “práticas confessionais”, na medida em que indicam a centralidade da comunicação, enquanto ‘narrativa alter dirigida’, para a reorganização das modalidades de subjetivação<sup>2</sup>.

No entanto, para além das semelhanças, as práticas confessionais nas redes sociais revelam particularidades inafastáveis, pois a ubiquidade e a transparência das relações virtuais dispõem os elementos que compõem a interioridade do sujeito que confessa a uma audiência que, noutro contexto, seria inimaginável. Razão pela qual, conforme Bernard Harcourt (2015, pp. 129-130), estamos diante das “dimensões confessionais da era digital”, onde a transparência e a interatividade têm por efeito uma transformação profunda na experiência da subjetividade. As práticas confessionais virtuais prestam-se a articular a produção da subjetividade a um conjunto de procedimentos narrativos, indicando que as formas de implicação do sujeito continuam, assim como noutro contexto, porém com suas peculiaridades, atreladas aos gestos, na forma dos atos de veridicção.

No entanto, com as redes sociais, a produção de um discurso de veridicção para a construção da própria subjetividade, num movimento de “dar a conhecer de si” (Foucault, 1994, p. 227), escapa ao escrutínio de um olhar analítico singular (do diretor de consciência, por exemplo), para uma completa disseminação, diante de uma infinidade de avatares incorpóreos, ou perfis virtuais, que não estão, nem mesmo, presentes fisicamente em relação ao sujeito. De acordo com Tyler Reigeluth (2014, p. 252), “o registro, a medição, a visualização e a publicação” de dados, nas redes sociais, “são inseparáveis elementos de uma relação de autorrelato para si mesmo [*self-reporting relationship to the self*] similar às práticas de confissão” analisadas por Foucault.

O sentido da virtualização da experiência de si esboça inicialmente, portanto, a possibilidade de, junto a um recorte específico de autores (que trabalham desde a perspectiva da analítica do poder em Michel Foucault), colocarmos em questão

- 2 Conforme Sibília, “[o]s usos ‘confessionais’ da *internet* parecem se enquadrar nessa definição: seriam, portanto, manifestações renovadas dos velhos gêneros autobiográficos. O *eu* que fala e se mostra incansavelmente na *web* costuma ser triplice: é ao mesmo tempo autor, narrador e personagem. Além disso, porém, não deixa de ser uma ficção; pois, apesar de sua contundente auto evidência, é sempre frágil o estatuto do *eu*. [...] Uma unidade ilusória construída na *linguagem*, a partir do fluxo caótico e múltiplo de cada experiência individual [...]. A *experiência de si* como um *eu* se deve, portanto, à condição de *narrador* do sujeito: alguém que é capaz de organizar sua experiência na primeira pessoa do singular. Mas este não se expressa unívoca e linearmente através de suas palavras, traduzindo em texto alguma entidade que precederia o relato e seria ‘mais real’ do que a mera narração. Em vez disso, a *subjetividade se constitui na vertigem desse córrego discursivo*, é nele que o *eu* de fato se realiza. Pois usar palavras e imagens é *agir*: graças a elas podemos criar universos e *com elas construímos nossas subjetividades*, nutrindo o mundo com um rico acervo de significações” (Sibília, 2008, p. 31, grifo nosso).

‘os efeitos da tecno mediação informacional contemporânea desde a grade de inteligibilidade das práticas’. De acordo com Foucault (2009, p. 10), nas páginas iniciais de seu último curso no *Collège de France, A coragem da verdade*, seria pura e simplesmente uma caricatura de seu trabalho compreender as suas pesquisas como uma tentativa de reduzir o conhecimento ao poder, ou seja, atribuir ao saber o sentido de uma máscara do poder nas estruturas, onde não há espaço para o sujeito.

Em segundo lugar, por “virtualização da experiência de si”, buscamos compreender a relação dinâmica que se estabelece entre o sujeito e a máquina, na qual o vínculo entre poder e subjetivação se produz. Em termos foucaultianos, conforme bem pontua Pablo Rodríguez (2019, p. 455), poderíamos sustentar que esta relação se produz quando o sujeito devém ativo em relação aos procedimentos que o tomam como objeto de análise e intervenção. É por meio desta relação dinâmica, e do tensionamento operado pelo sujeito desde o interior do dispositivo, que a subjetividade, enquanto experiência reflexiva de si, vai se constituir, no contexto das tecnologias algorítmicas, como as redes sociais<sup>3</sup>.

A experiência da subjetividade, segundo nossa hipótese, se desenrola sobre um conjunto de interações comunicativas, cambiantes e de contaminação mútua, que, num mesmo movimento, ativam as tecnologias que lhes tomam como objeto de um saber. As redes sociais inserem a experiência da subjetividade, *em parte*, numa dimensão imediatamente virtual, onde a interação e a comunicação, ao modo de uma verbalização permanente sobre a interioridade de si, perfazem a identidade do sujeito. Dito de outro modo, nas instâncias de tecno mediação, o “si mesmo” é dissolvido e reagrupado, desmembrando-se em duas corporeidades distintas, uma virtual (*online*) e outra analógica (*offline*). Esta dupla corporeidade parece indicar uma “cisão” na unidade do indivíduo, na medida em que a experiência subjetiva se desdobra, por um lado, na indivisibilidade e temporalidade do corpo analógico e, de outro lado, na fragmentariedade, divisibilidade e atemporalidade do corpo (ou perfil) virtual. Fernanda Bruno e Pablo Rodríguez, porém, indicam corretamente que não haveria de se falar numa substituição do individual pelo dividuo ou, como no caso do perfil, da substituição de um corpo presente por um corpo virtual, mas sim de uma *coexistência* entre essas duas dimensões, “a

3 De acordo com Pablo Rodríguez, “as identidades nas redes sociais seriam produto de operações de subjetivação baseadas na interatividade e na simulação digitais que geram transformações nos si mesmos segundo cânones performativos. Propomos, então, considerar os si mesmos do *Facebook*, do *Twitter*, do *Orkut*, do *MySpace* etc., os perfis, as fotos, os relatos, a explosão da opinião (o que falou tal pessoa hoje, o que respondeu a outra etc.), a exibição da vida cotidiana e da vida íntima formando a vida pública, a vida comum, e ao mesmo tempo a participação política ancorada nessas novas formas de comunicação, que geram novos coletivos e novos processos de transformação social cujo sujeito político está em construção (como ocorre nos protestos dos últimos anos no Brasil, na Espanha, no Egito etc.), tudo isso, como *novas tecnologias do eu* baseadas na comunicação pelos meios digitais, assim como em Foucault se sustentava na escrita ou em Goffman na interação face a face” (Rodríguez, 2018, p. 191).

constituição de uma nova realidade com a qual negocia, uma mistura de individual e dividual” (2022, p. 12)<sup>4</sup>.

O perfil virtual é um conceito interessante para designarmos, justamente, a corporeidade virtual através da qual as práticas de si passam por uma exteriorização permanente, bem como para indicar a existência de uma natureza relacional, ou dinâmica, nessas novas modalidades de subjetivação, em que vida e máquina estão profundamente implicadas. Por esse motivo, optamos também pela utilização do termo “práticas de engajamento”, no lugar de práticas confessionais, por exemplo, para demarcar, de maneira apropriada, nosso afastamento em relação à hipótese de “captura” da subjetividade, ou de rarefação dos processos e ocasiões de subjetivação, conforme pontuado por Antoinette Rouvroy e Thomas Berns. A palavra “engajamento”, muito presente no contexto das redes sociais, revela uma ação operada pelo sujeito “de dentro para fora”, ou seja, um ato de vontade que não denota uma preempção (*préemption*) da subjetividade (Rouvroy, 2016, p. 45), ou a mera regulação e condicionamento de seus gestos pelos dispositivos algorítmicos e suas ferramentas de perfilização (*profilage algorithmique*) (Rouvroy, 2017, p. 02), senão a sua produção por meio da interatividade com outras entidades comunicacionais. A novidade dessa singular experiência de si é que as práticas de engajamento levam a uma intensificação da relação estabelecida pelo sujeito consigo mesmo, com sua própria interioridade, mantendo-o numa permanente atividade sobre a própria subjetividade.

Um terceiro sentido para a utilização do termo “virtualização da experiência de si” reside, desta forma, no *descolamento espaço-temporal* implicado pelo desmembramento da experiência subjetiva em duas esferas distintas. A intensificação da atividade operada pelo sujeito sobre si mesmo está vinculada à introdução das dimensões de composição da subjetividade, como a comunicação e a escrita, num ritmo novo. De acordo com Hartmut Rosa (2019, p. 452), “a transformação do regime espaço-temporal de uma sociedade influencia, com isso, as formas socialmente dominantes da relação com a própria identidade, ou seja, os tipos de personalidade e padrões de identidade”. Com a aceleração do ritmo da vida, imersa nas relações mediadas pelas tecnologias algorítmicas, o índice de ações operadas pelo sujeito, em relação a si mesmo e aos outros, é aumentado por unidade de tempo. Conforme Rosa (2019, pp. 295-298), “[u]ma sociedade altamente dinâmica como a tardo-moderna leva, assim, a uma correspondente dinamicidade nas

4 Ainda, conforme Fernanda Bruno e Pablo Rodríguez (2022, p. 14), “portanto, nas duas faces do perfil, nós encontramos uma composição dividual-individual ativa tanto no escopo das relações consigo mesmo e com o outro, e no escopo do controle algorítmico sobre as pessoas e suas ações. Trata-se de uma composição, mais do que a substituição de um termo pelo outro, mais do que a divisão ou duplicação do individual. É claro, ainda concebemos nós mesmos e respondemos aos outros como indivíduos (institucionalmente, juridicamente, politicamente e subjetivamente), mas ao mesmo tempo, nossas práticas tecnologicamente mediadas cada vez mais envolvem processos dividuais”.



auto relações subjetivas e nos modelos de identidade dos indivíduos por meio de uma premiação da flexibilidade e da disposição para a transformação, contra a inércia e a continuidade”. As práticas de si estão inseridas, portanto, no contexto de transformação do regime espaço-temporal, e essas alterações vão se refletir na experiência subjetiva que alguém pode ter para si mesmo.

A hipótese da aceleração das estruturas temporais, de Rosa, sugere que o sentido para quem somos, e para a nossa identidade, está atrelado à nossa relação com o espaço e o tempo, e que, diante deste cenário de “ruptura”, seria fundamental indagarmos quais são os efeitos que estas transformações têm sobre as formas de subjetividade tardo-modernas (2019, p. 452). É esta indagação que está contida na proposta de uma virtualização da experiência de si, como uma modalidade de subjetivação que articula duas temporalidades diferentes (análogica e virtual), e onde essas práticas, aqui denominadas enquanto práticas de engajamento, não são “inventadas” pelo sujeito, mas respondem a padrões sugeridos pela sua cultura.

Por demandarem um processo cognitivo que se efetua em rede, os dispositivos algorítmicos reestruturam as faculdades perceptivas do sujeito. Tomando de empréstimo as considerações desenvolvidas por Pierre Lévy (1993) acerca do “hipertexto”<sup>5</sup>, poderíamos tributar, à virtualização da experiência de si, o mesmo sentido de uma reorganização da subjetividade enquanto experiência estruturada através de uma rede de elementos virtuais. Conforme Lévy (1993, p. 17), “vivemos um destes raros momentos em que, a partir de uma nova configuração técnica, quer dizer, de uma nova relação com o cosmos, um novo estilo de humanidade é inventado”. Esta hipótese nos permite sustentar que as práticas de engajamento, como a escrita de si virtual, designam uma das condições de possibilidade para o emergir deste tipo de subjetividade, relativo a um contexto técnico e material específico, hoje pautado por essas novas tecnologias<sup>6</sup>.

- 5 Anos mais tarde, num artigo publicado em 2014, recuperando o sentido dos conceitos desenvolvidos em suas primeiras obras, como a noção de “hipertexto”, Pierre Lévy comentou que “[m]uito antes do sucesso das redes sociais na *Web*, eu previ o crescimento da engenharia dos ‘laços sociais’. Oito anos antes da fundação da *Wikipedia* em 2001, eu imaginei uma ‘cosmopedia’ *online* estruturada em textos de *hyperlink*. Quando as humanidades digitais e as mídias sociais não haviam sido nomeadas, eu pedia por uma transformação epistemológica e metodológica das ciências humanas. Mas, acima de tudo, numa época em que menos de um por cento da população estava conectada, eu previa (junto a outros poucos pensadores) que a *Internet* se tornaria o centro do espaço público global e o principal meio de comunicação [...] A interconexão da humanidade através da *Internet*, [...] e o crescimento da computação de ‘nuvem’ e dos *big data* são indicadores do aumento de nosso poder cognitivo” (Lévy, 2014, pp. 17-18).
- 6 De acordo com Lévy, “[p]ortanto, o corpo sai de si mesmo, adquire novas velocidades, conquista novos espaços. Verte-se no exterior e reverte a exterioridade técnica ou a alteridade biológica em *subjetividade* concreta. *Ao se virtualizar, o corpo se multiplica*. Criamos para nós mesmos organismos virtuais que enriquecem nosso universo sensível sem nos impor a dor. Trata-se de uma desencarnação? Verificamos com o exemplo do corpo que a virtualização não pode ser reduzida a um processo de desaparecimento ou de desmaterialização. [...] A virtualização do corpo não é, portanto, uma desencarnação, mas uma *reinvenção*, uma multiplicação, uma vetorização, uma heterogênesse do humano. [...] Meu corpo pessoal é a atualização temporária de um enorme hiper corpo híbrido, social e tecno biológico” (Lévy, 1996, p. 33, grifo nosso).

O sentido que buscamos exprimir através da “virtualização da experiência de si”, de maneira geral, é a possibilidade de reposicionarmos a questão do sujeito ético diante das novas modalidades de subjetivação impostas pelo emergir dos dispositivos algorítmicos. Apoiando-nos no esquema conceitual de Foucault, tem-se que, na prática, os usuários, enquanto figuras contemporâneas do sujeito moral, não se submetem passivamente ao controle dos algoritmos, nem permanecem completamente não-afetados por eles. O ponto de inflexão reside, justamente, na tensão entre a objetificação de si e a objetificação por meio do saber algorítmico ou, em última instância, entre ser o “agente” e ser o “alvo” de processos organizados por fora do sujeito. Para Rogers Brubaker (2020, p. 792), “[é] uma tensão, basicamente, entre governar a si mesmo e ser governado — e de maneiras significativas, ser constituído — por complexos sistemas sociotécnicos”. As tecnologias devem ser entendidas, deste modo, segundo as relações estabelecidas com os seres humanos, e não como entidades em si-mesmas. Conforme Taina Bucher (2018, p. 93), nesse sentido, “sujeito e objeto não são entidades pré-constituídas, mas se constituem nas relações mediadas tecnologicamente, existentes entre elas”.

Os dispositivos algorítmicos instauraram uma nova relação com a escrita e com a comunicação, de modo a constituir um fato definidor do nosso tempo. O seu emergir forneceu as tensões para uma série de transformações, sejam elas sociais (Sadin, 2015), políticas culturais (Hjarvard, 2013; Striphas, 2015) ou econômicas (Zuboff, 2019), que condicionam a existência a novas maneiras de estar no mundo, fazendo suceder uma inédita problemática do ser. Partindo, então, de uma analítica dos modos contemporâneos de subjetivação através da grade de inteligibilidade das práticas, buscaremos avançar na análise, de modo a indicar como este renovado conjunto de procedimentos e atividades sobre a própria subjetividade confluem para a consolidação de um modelo cultural centrado numa lógica do desempenho e do empresário de si, inclusive para o crescente mal-estar e novas formas de sofrimento psíquico.

## **O CANSAÇO DE SER SI MESMO E O CRESCENTE MAL-ESTAR NA SOCIEDADE HIPERCONECTADA**

A virtualização de si não é um processo abstrato: a tecnologia algorítmica que lhe dá suporte foi preparada e arquitetada no bojo de uma cultura do narcisismo, que veio sendo moldada pela indústria cultural, pelos ideais e valores da sociedade de consumo e por suas injunções sociais. Nosso último propósito é mostrar como a virtualização de si se inscreve em um aprofundamento da cultura do narcisismo, através do modelo algorítmico, inclusive no que diz respeito a uma epidemia de mal-estar e transtornos associados à hiperconexão.

A contraparte de uma cultura do narcisismo — o outro lado da moeda do espetáculo e do culto individualista da performance — é o que nos interessa

colocar em relevo neste último ponto. Ainda nos anos 1990, Alain Ehrenberg desenvolveu o projeto de uma sociologia do individualismo que teve por base, em *O culto da performance* (1991), uma investigação sobre as imagens, modelos, ideias e estereótipos da sociedade francesa contemporânea, que levaram à generalização do consumo de massa, da competição e da concorrência. A busca por exemplos nesse caminho de investigação logo o levou, em *O indivíduo incerto* (Ehrenberg, 1995), à investigação sobre o modo como o indivíduo performático ganha novos acentos midiáticos, o que é claramente visualizado com a explosão de sucesso dos programas de televisão e sobre como esse indivíduo procura por uma anestesia, o que é demonstrado pelo vertiginoso aumento do consumo de drogas, legais e ilegais, na França, a partir dos anos 1980.

Aproximando-se progressivamente do lado mais sombrio da performance, Ehrenberg desenvolveu aquele que talvez seja o mais decisivo de seus estudos: *A fadiga de ser si mesmo* (1998), concentrando-se no tema da depressão. Nessa ocasião, Ehrenberg estudou a depressão não apenas em um sentido individual ou clínico, mas a depressão naquilo que ela revela da própria sociedade contemporânea. São persistentes as dificuldades em torno à definição, ao diagnóstico e ao tratamento da depressão, justamente porque ela aparece como uma combinação confusa e paradoxal entre “heterogeneidade extrema” dos casos, como acontecia com os casos de histeria, e “universalidade máxima”, como ocorre na ansiedade (1998, p. 98). Além disso, a epidemiologia mostra-nos que a depressão se difundiu como uma “patologia da mudança” (*changement*) e não necessariamente da miséria econômica e social (1998, p. 141). Para Ehrenberg, as dificuldades de estudo sobre a depressão, e sua presença cada vez mais significativa, são indícios de que a sua análise pode ser reveladora sobre transformações contundentes em nossa sociedade.

Subjaz à abordagem proposta por Ehrenberg a ideia, na esteira da antropologia maussiana, de que o indivíduo é uma questão de instituição. Ocorre que, na sociedade contemporânea, a “convergência do estatal, do profissional, do escolar e do privado sobre a iniciativa pessoal, combinada com uma liberdade de costumes inédita e com uma multiplicação da oferta de referências, dá ao psíquico uma inscrição social e, portanto, pessoal, totalmente inédita” (1998, p. 287). Segundo o sociólogo, a depressão encontra-se na encruzilhada entre uma nova perspectiva psiquiátrica e as profundas transformações normativas no estilo de vida contemporâneo. Em uma nova fase da sociedade de consumo, o interdito é relativizado e o indivíduo ganha imaginariamente o direito de escolher sua vida, de tal modo que a norma se funda na responsabilidade e na iniciativa de ser si mesmo (Ehrenberg, 1998, pp. 13-14). A sua hipótese central é que a depressão emerge na sociedade contemporânea não como uma “patologia da felicidade”, mas, ainda mais profundamente, como uma patologia da insegurança, da impotência, da insuficiência. Enquanto na sociedade moderna e disciplinar, o sujeito encontrava-se diante da

interdição da lei externa e da culpa, na atual configuração social, o sujeito descobre desde si mesmo, com maior autonomia e responsabilidade, através do seu próprio fracasso, que nem tudo lhe é permitido. Em uma espécie de “pane depressiva” do indivíduo, o que se observa é uma experiência de insuficiência e uma incerteza não apenas da ação, mas do “indivíduo insuficiente”.

Pouco mais de dez anos depois, Ehrenberg publicou *A sociedade do mal-estar* (2010), ocasião em que ele aumentou os horizontes de investigação sociológica sobre a psicopatologia, em uma pesquisa comparativa entre as crises e transformações do individualismo na França e nos EUA. Esse estudo extremamente cuidadoso e documentado permitiu-lhe “reabrir o dossiê” de *A fadiga de ser si mesmo*. Dessa vez, ele se valeu da metodologia sociológica para tomar dados da clínica, sob certas condições, e mostrar como o contexto social global de uma sociedade pode afetar a psicopatologia. O caminho de ida e volta entre França e EUA fez emergir, por contraste, as especificidades de duas formas de individualismo, o “espírito francês da instituição” e “o espírito americano da personalidade”, bem como as suas formas de fazer a sociedade e, de outra parte, os dois jogos de linguagem que unem o mal individual ao mal comum (2010, p. 25). O resultado impressionante de suas análises mostra que a psicopatologia não vem apenas tratar as doenças mentais, pois ela se mistura com a autonomia como nenhum outro domínio: ela termina por fornecer uma linguagem das paixões à sociedade da autonomia (2010, p. 421). O setor da saúde mental “institui uma significação do mal como mal-estar”. (2010, p. 426). O papel do indivíduo é acentuado no modelo individualista e é no campo da responsabilidade pessoal que se situa o lugar decisivo do afeto, ou seja, da subjetividade, das emoções e dos sentimentos morais (2010, p. 422). A autonomia é uma mudança na maneira de agir, mas ela comporta, necessariamente, uma mudança na maneira de suportar: são essas novas maneiras de suportar que configuram as “patologias do ideal” e, de maneira mais geral, os transtornos da subjetividade individual, como a depressão, a adição, o traumatismo, a ansiedade, mas também a fobia social, a hiperatividade etc. (2010, p. 422).

Há diversas outras contribuições sobre esse tema que merecem a nossa consideração, ainda que brevemente. A nosso juízo, torna-se desnecessário responder à crítica que Byun-Chul Han fez a Ehrenberg em *Sociedade do Cansaço* (2010), como se este não tivesse considerado a relação entre o cansaço e o desempenho. Ao contrário, o tema do desempenho foi um dos focos da análise de Ehrenberg desde *O culto da performance* (1991). A noção de insuficiência deve ser entendida, precisamente, em relação a um desempenho almejado e não alcançado, seja em que âmbito for (como profissional, como familiar, como alguém que se sobressai na sociedade). Por outro lado, seria muito difícil, senão impossível, compreender o modo como a injunção de desempenho é vivida em nossa sociedade sem considerar o fato de que o próprio desempenho já é vivido sob certos ideais individualistas

na cultura do narcisismo, ou seja, sem considerar o que efetivamente faz ressoar a falha no desempenho: a insuficiência em se tornar si mesmo, segundo os ideais individualistas com os quais somos confrontados todos os dias.

Além de Erhenberg, outros sociólogos e psiquiatras reconhecem que o cansaço ao qual nos referimos é acompanhado da perda de sentido de si, insuficiência e insegurança, atingem a identidade e a existência como um todo. Hartmut Rosa, cuja obra mencionamos no ponto anterior, balizou parte de sua pesquisa sobre a aceleração em suas diferentes modalidades (técnica, sócio-estrutural e do ritmo de vida) no que chamou de “identidade situacional”, que resulta de uma transformação do sentido clássico de identidade. Segundo Rosa (2019, p. 484), as identidades na sociedade contemporânea encontram-se em situações complexas e à deriva, sofrendo pressões múltiplas (por vezes contraditórias) de todos os lados. É o que diversos filósofos e sociólogos descreveram como uma espécie de fragmentação, pluralização e multiplicação do “eu” em formas flexíveis. Para Rosa (2019, p. 166), o estudo das psicopatologias contemporâneas faz emergir justamente o lado disfuncional do sofrimento como uma reação às pressões aceleradoras, como uma forma de lentificação e efeito de inércia no predominante cenário de aceleração de nossa sociedade. No campo da psicopatologia fenomenológica e da psiquiatria fenomenológica, reconhece-se há muito as possíveis dessincronizações vividas como sofrimento psíquico, por exemplo, na depressão, na ansiedade, no transtorno bipolar, na hiperatividade ou no *burnout*. Apenas para efeito de ilustração, citamos o colóquio *O sujeito sobrecarregado (Das überforderte Subjekt)* realizado em outubro de 2015 em Heidelberg, que originou o volume homônimo publicado três anos depois (Fuchs, Iwer, & Micali, 2018). Neste volume, encontramos notáveis contribuições em campos distintos, como a filosofia, a sociologia e a clínica psicológica e psiquiátrica, por exemplo, sobre a sociedade empresarial, a crono patologia da sobrecarga, o esgotamento no mundo do trabalho e o fenômeno da *selfie*.

Estamos agora em condições de retomar nossas análises do ponto anterior sobre a virtualização de si. Temos ainda mais elementos para compreender como a virtualização de si mobiliza níveis tão profundos da identidade do sujeito e intensifica as relações do sujeito consigo mesmo. Já não é mais possível ignorar os efeitos da internet, dos aparelhos celulares e *smartphones* na vida social. É evidente que as redes sociais não apenas integram o cenário da cultura do narcisismo, mas produziram nela ainda um aprofundamento. O papel da televisão na formação e na divulgação dos ideais que geraram o indivíduo incerto, como estudado por Ehrenberg, deslocou-se para as redes sociais. Isso não significa que a televisão tenha deixado de existir e de configurar um dos mais importantes veículos de mensagens e injunções ao “indivíduo comum”, mas as redes sociais produziram, nos últimos 20 anos, uma progressiva intensificação das relações do sujeito consigo mesmo.

Esse fenômeno foi prontamente capturado pelo mercado e pela publicidade: por trás de cada clique, há uma enorme máquina de agenciamento de interesses pronta a oferecer produtos, vender nossas informações pessoais e viabilizar-nos qualquer tipo de informação. A viralização de informações tornou-se um grande mecanismo de publicidade, que conta com uma característica especial: a participação do próprio sujeito no seu impulsionamento. É o caso da produção de conteúdo sobre si em redes sociais e, especialmente, do *marketing* viral, em que a mídia se confunde com o próprio público-alvo. Ou seja, os próprios sujeitos transformaram-se na mídia que produz seu *marketing*, tomando não a si mesmos em seu sentido experiencial, mas a imagem de si mesmos como um produto que segue a lógica da sociedade de consumo. E mesmo no mais simples acesso à internet, no mais simples clique, esse mesmo sujeito participa anônima e inconscientemente de uma gestão de dados e informações que está pronta a lhe oferecer os produtos do seu interesse e veicular a informações de um produto, de um serviço, ou a sua própria imagem, a quem quiser comprá-la. Em meio a uma gigante máquina de captura de dados e de governamentalidade algorítmica, encontra-se o sujeito, fascinado por sua imagem, engajado com a sua virtualização. Ao avançar com as estratégias de viralização e *marketing* viral, a algoritmização da vida traz consigo um conjunto de riscos e ameaças próprias da dinâmica de fluxo virtual: formação de bolhas digitais, cancelamento de personalidades por um mecanismo de punição difusa, constante oferecimento de *fake news* e negacionismo, ausência de controle sobre o uso fascista e programado das redes para produzir ataques a minorias. Ao que tudo indica, mesmo esses fenômenos produzem lucro, pois não parece haver um interesse primordial das *big techs* em controlá-los.

Desde o início do uso da internet para fins comerciais, em 1995, produziu-se um novo momento da aceleração da comunicação, que tende a “conectar cada um a todos em qualquer lugar e a qualquer momento”. (Rosa, 2019, p. 204). No chamado “paradigma da tecnologia da informação” (Castells, 2002), houve um salto tecnológico que possibilitou a unificação das mais diversas tecnologias. Com a criação dos *smartphones*, integrados à internet com diversas ferramentas que facilitam o seu uso em qualquer lugar, produziu-se o fenômeno da hiper conectividade, sobre o qual tratamos no ponto anterior.

Um eixo de estudo que nos leva a compreender certas correlações entre o uso de aparelhos digitais e os transtornos mentais é o das crianças e adolescentes que convivem com essas tecnologias desde o seu nascimento, os chamados “nativos digitais” (Palfrey & Gasser, 2011) ou “*iGen*” (Twenge, 2018), a primeira geração para a qual o acesso à internet tem estado constantemente disponível, em suas mãos. O termo *iGen*, utilizado por Jean Twenge, contém um “i” que se refere à internet, mas também ao individualismo dessa geração, associado ainda a outras tendências. Baseando-se em quatro grandes pesquisas nacionalmente representativas

de 11 milhões de americanos desde a década de 1960, Jean Twenge (2017, p. 10) identificou dez tendências importantes que moldam os *iGen*'ers e, finalmente, todos nós: “*In No Hurry*” (sem pressa, ou a extensão da infância na adolescência); “*Internet*” (quanto tempo é realmente gasto nos telefones — e o que isso substituiu); “*In person no more*” (o declínio da interação social na impessoalidade); “*Insecure*” (o aumento acentuado de problemas de saúde mental); “*Irreligious*” (o declínio da religião); “*Insulated, but not intrinsic*” (maior interesse por segurança e o declínio do envolvimento cívico); “*Income insecurity*” (nova atitudes em relação ao trabalho); “*Indefinite*” (novas atitudes em relação a sexo, relacionamentos, e crianças); “*Inclusive*” (debates sobre aceitação, igualdade e liberdade de expressão); e “*Independent*” (suas opiniões políticas). Segundo Twenge, *iGen* é a população ideal para procurar tendências que moldarão nossa cultura nos próximos anos, pois seus membros são muito jovens, embora com idade suficiente para expressar seus pontos de vista e relatar suas experiências.

De acordo com uma pesquisa de *marketing*, dois a cada três adolescentes possuíam um *smartphone* em 2015, a ponto de quase saturar o mercado possível do produto (Twenge, 2017, p. 09). O domínio do *smartphone* entre os adolescentes teve efeitos em todas as áreas da vida dos *iGen*'ers, desde suas interações sociais até sua saúde mental. E isso ocorre mesmo entre os adolescentes em famílias de baixa renda ou desfavorecidos. “O adolescente médio verifica seu telefone mais de oitenta vezes por dia” (Twenge, 2017, p. 09). Não é à toa que hoje já se tem utilizado o termo “nomofobia” (*no mobile phone phobia*) para designar a fobia de ficar sem o celular ou sem conexão. É bem verdade que é bastante difícil diferenciar os casos em que a pessoa se torna nomofóbica por uma adição ao celular e os casos em que há um transtorno de ansiedade pré-existente do qual a nomofobia é um sintoma (Bhattacharya et al., 2019). Não obstante, o fenômeno tem se tornado mais e mais evidente.

Outro resultado importante trazido por Twenge (2017, p. 132) em seu livro *iGen*, diz respeito à relação entre o uso de *smartphone* e a solidão declarada por adolescentes. É possível que a solidão cause o uso do *smartphone*, entretanto, o aumento abrupto da solidão entre 2010 e 2015 torna essa alternativa menos provável. Se a solidão pode ter causado o uso do *smartphone*, um súbito aumento da solidão sem causa conhecida teria levado *smartphones*, de repente, a se tornarem mais populares. Parece muito mais provável que, entre 2010 e 2015 os *smartphones* tenham se tornado mais populares, o tempo de tela aumentou e, portanto, a solidão entre adolescentes aumentou. Além disso, diversos estudos (Twenge, 2017, pp. 92-122) mostram que o uso de mídia social leva a emoções negativas em vez do contrário. O teste de triagem mostra um aumento chocante de casos de depressão em um curto período: 56% mais adolescentes experimentaram um episódio depressivo maior em 2015 do que em 2010, e 60% mais experimentaram prejuízo grave. (Twenge, 2017, pp. 146-147).

É igualmente bastante revelador o estudo (Twenge et al., 2017, p. 11), segundo o qual sintomas depressivos, desfechos relacionados ao suicídio e mortes relacionadas por suicídio tornaram-se mais prevalentes entre americanos adolescentes entre 2010 e 2015, especialmente meninas. Um resultado importante a que chegou esse estudo é que o aumento do tempo de tela em uso causou o declínio do tempo de atividades fora da tela, de modo que o tempo de exibição de novas mídias pode ser direta e indiretamente responsável pelo aumento da depressão, sintomas e desfechos relacionados ao suicídio (Twenge et al., 2017, p. 11). O aumento do volume de casos no ensino médio e aconselhamento universitário pode ter sido causado por um maior número de *iGen* adolescentes com problemas de saúde mental, talvez devido às profundas mudanças em como os adolescentes gastam seu tempo de lazer. “Assim, o tempo de exibição de novas mídias deve ser entendido como um importante fator de risco moderno para depressão e suicídio”. (Twenge et al., 2017, p. 11).

Os dados obtidos nesses estudos revelam uma impressionante correlação entre os *smartphones* e as mudanças profundas de comportamento em crianças e adolescentes. Se comparamos esses dados com aquilo que Alain Ehrenberg propunha, já nos anos 1990, em seus estudos sobre o indivíduo performativo, incerto, empresário de si, veremos que os quadros se agravaram. A televisão, que passou a desempenhar o papel de um canal relacional, convidando os telespectadores à participação, não deixa de existir, mas foi substituída, em grande parte, pelos *smartphones*, que multiplicaram as possibilidades de participação nas mídias digitais e instalaram um grau ainda mais profundo de sedução das imagens, especialmente através da sedução narcísica da imagem de si.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma cultura do narcisismo (Lasch, 1979) não se constrói de um dia para outro. São décadas de predomínio e domínio discursivo e cultural sobre como devemos nos comportar em uma sociedade moldada pelo consumo e pela indústria cultural. Nesse sentido, a abertura da internet para fins comerciais e a criação dos *smartphones* inseriram-se num processo bastante mais amplo, que já vinha se constituindo, de uma permanente formação de imagens, ideais, exemplos e estereótipos (Ehrenberg, 1998) sobre como o sujeito se torna quem é e encontra finalmente seu *status* na sociedade.

Nosso propósito, ao longo do texto, foi mostrar o papel decisivo da algoritmização da vida (Berns & Rouvroy, 2013; Rodríguez, 2019) com a sua contraparte na virtualização de si, que gera a intensificação das relações do sujeito consigo mesmo. Em uma sociedade que já era marcada pelas injunções de o indivíduo tornar-se si mesmo, pelo culto da performance e por formas de sofrimento psíquico



relacionadas à insuficiência, a inserção desse mesmo indivíduo nas redes sociais com suas ferramentas de perfilação amplificou e intensificou ainda mais todos os efeitos da relação do sujeito consigo mesmo.

Ocorre que essa intensificação da relação consigo mesmo por meio da imagem que se constitui virtualmente encontra-se potencialmente associada a distúrbios e formas de sofrimento psíquico relacionados à hiper conectividade. É possível evidenciar o crescente mal-estar na sociedade hiper conectada através dos dados obtidos em estudos com crianças e adolescentes *IGen* (Twenge, 2017), ou seja, nascidos em meio aos recursos de internet e *smartphone*. Observa-se uma acentuada transformação do comportamento dessa população, por exemplo, quanto às suas preferências por atividades *online* em relação a atividades *offline* e, também, uma transformação no que diz respeito ao aumento de emoções negativas e formas graves de adoecimento.

## REFERÊNCIAS

- Althusser, Louis** (1970). “Idéologie et les appareils idéologiques de l’État”. *La Pensée*, 151, 03-38.
- Bhattacharya, Sudip, Bashar, Md Abu, Srivastava, Abhay, & Singh, Amarjeet** (2019). “NOMOPHOBIA: NO MOBILE PHOne phoBIA”. *Journal of Family Medicine and Primary Care*, 8(4), 1297-300.
- Baudrillard, Jean** (1972). *La société de consommation*. Denoël.
- Berns, Thomas & Rouvroy, Antoinette** (2013). “Gouvernementalité algorithmique et perspectives d’émancipation”. *Réseaux*, 177, 163-196.
- Brubaker, Rogers** (2020). “Digital hyper-connectivity and the self”. *Theory & Society*, 49, 771-801.
- Bruno, Fernanda & Rodríguez, Pablo Manolo** (2022). “The dividual: digital practices and biotechnologies”. *Theory, culture & society*, 39(3), 27-50.
- Bucher, Taina** (2018). *If... then: algorithmic power and politics*. Oxford University Press.
- Castells, Manuel** (2002). *A sociedade em rede*. Vol. 1 – A era da informação: economia, sociedade e cultura. Paz e Terra.
- Débord, Guy** (1967). *Société du Spectacle*. Gallimard.
- Ehrenberg, Alain** (1991). *Le culte de la performance*. Hachette.
- Ehrenberg, Alain** (1995). *L’individu incertain*. Hachette.
- Ehrenberg, Alain** (1998). *La Fatigue d’être soi. Dépression et société*. Paris : Odile Jacob.
- Ehrenberg, Alain** (2010). *La société du malaise*. Odile Jacob.
- Flusser, Vilém** (2008). *O universo das imagens técnicas: elogio da superficialidade*. Annablume.
- Foucault, Michel** (1976). *Histoire de la sexualité. t. I: La volonté de savoir*. Gallimard.
- Foucault, Michel** (1984a). *Histoire de la sexualité. t. II: L’usage des plaisirs*. Gallimard.
- Foucault, Michel** (1984b). *Histoire de la sexualité. t. III: Le souci de soi*. Paris: Gallimard.
- Foucault, Michel** (1994). “Le sujet et le pouvoir”. *Dits et écrits. t. IV (1980-1988)* (pp. 222-243). Gallimard.
- Foucault, Michel** (2001). *L’herméneutique du sujet. Cours au Collège de France (1981-1982)*. Seuil; Gallimard.
- Foucault, Michel** (2004a). *Naissance de la biopolitique. Cours au Collège de France (1978-1979)*. Seuil; Gallimard.
- Foucault, Michel** (2004b). *Securité, territoire, population. Cours au Collège de France (1977-1978)*. Seuil; Gallimard.
- Foucault, Michel** (2008). *Le gouvernement de soi et des autres. Cours au Collège de France (1982-1983)*. Seuil; Gallimard.
- Foucault, Michel** (2009). *Le courage de la vérité. Le gouvernement de soi et des autres II. Cours au Collège de France (1983-1984)*. Seuil; Gallimard.
- Foucault, Michel** (2018). *Histoire de la sexualité. t. IV: Les aveux de la chair*. Frédéric Gros; Gallimard.
- Freud, Sigmund** (1975). “Zur Einführung des Narzißmus”. *Studiensausgabe*. Vol. III (pp. 37-68). Fischer.
- Fromm, Erich** (1967). *O coração do homem – Seu gênio para o bem e para o mal*. Zahar.

- Fuchs, Thomas, Iwer, Lukas, & Micali, Stefano** (Orgs.). (2018). *Das überforderte Subjekt – Zeitdiagnosen einer beschleunigten Gesellschaft*. Suhrkamp.
- Green, André** (1983). *Narcissisme de vie, narcissisme de mort*. Les Éditions de Minuit.
- Grunberger, Béla** (1971). *Le narcissisme. Essais de psychanalyse*. Payot.
- Han, Byung-Chul** (2010). *Müdigkeitsgesellschaft*. Matthes & Seitz.
- Harcourt, Bernard** (2015). *Exposed: Desire and disobedience in the digital era*. Harvard University Press.
- Hjarvard, Stig** (2013). *The mediatization of culture and society*. Routledge.
- Horkheimer, Max & Adorno, Theodor** (2000). “A indústria cultural / O iluminismo como mistificação das massas”. In T. Adorno et al. (Orgs.), *Teoria da cultura de massa* (pp. 169-214). Paz e Terra.
- Lasch, Christopher** (1979). *The Culture of Narcissism. American Life in an Age of Diminishing Expectations*. W. W. Norton & Company.
- Lévy, Pierre** (1993). *As tecnologias da inteligência*. Editora 34.
- Lévy, Pierre** (1996). *O que é o Virtual?* Editora 34.
- Lévy, Pierre** (2014). “The philosophical concept of algorithmic intelligence”. *Spanda Journal*, 2, 17-26.
- Marcuse, Herbert** (1975). *Eros e Civilização – Uma interpretação filosófica do pensamento de Freud*. Zahar.
- Palfrey, John & Gasser, Urs** (2011). *Nascidos na era digital: Entendendo a primeira geração de nativos digitais*. Artmed.
- Primo, Guilherme** (2023). *A virtualização da experiência de si: um estudo sobre os novos modos de subjetivação na era dos algoritmos* [Tese de Doutorado em Filosofia, Escola de Humanidades, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS].
- Raunig, Gerald** (2016). *Dividuum: machinic capitalism and molecular revolution*, v. 1. Semiotext(e).
- Reigeluth, Tyler Butler** (2014). “Why data is not enough: digital traces as control of self and self-control”. *Surveillance & Society*, 12(2), 243-254.
- Rodríguez, Pablo Esteban** (2018). “Espetáculo do dividual: tecnologias do eu e vigilância distribuída nas redes sociais”. In Fernanda Bruno et al. (Orgs.), *Tecnopolíticas da vigilância: perspectivas da margem* (pp. 181-216). Boitempo.
- Rodríguez, Pablo Esteban** (2019). *Las palabras en las cosas: saber, poder y subjetivación entre algoritmos y biomoléculas*. Cactus.
- Rosa, Hartmut** (2019). *Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade*. Editora Unifesp.
- Rouvroy, Antoinette** (2016). “L’art de ne pas changer le monde”. *La Revue Nouvelle*, 8, 44-50.
- Rouvroy, Antoinette** (2017). “Gouverner hors les normes: la gouvernementalité algorithmique”. *Lacan Quotidien*, 733, 2-4.
- Rouvroy, A.** (2018). De Big Brother à Big Data. De la surveillance au profilage. Contribution au Hors série “Michel Foucault: Le courage d’être soi”. *Philosophie magazine, Hors série. Foucault*, 36, 60-63.
- Sadin, Eric** (2015). *La vie algorithmique. Critique de la raison numérique*. L’Échappée.
- Sauter, Theresa** (2014). “What’s on your mind?’ Writing on Facebook as a tool for self-formation”. *New media & society*, 16(5), 823-839.

**Sennett, Richard** (2014). *O declínio do homem público*. As tiranias da intimidade. Record.

**Sibília, Paula** (2008). *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Nova Fronteira.

**Striphas, Ted** (2015). "Algorithmic culture". *European Journal of Cultural Studies*, 18(4/5), 395-412.

**Twenge, Jean** (2017). *IGen. Why Today's Super-Connected Kids Are Growing Up Less Rebellious, More Tolerant, Less Happy--And Completely Unprepared for Adulthood - And What That Means for the Rest of Us*. Atria Books.

**Twenge, Jean, Joiner, Thomas, Rogers, Megan, Martin, Gabrielle** (2017). "Increases in Depressive Symptoms, Suicide-Related Outcomes, and Suicide Rates Among U.S. Adolescents After 2010 and Links to Increased New Media Screen Time", *Clinical Psychological Science*, 6(1), 1-15.

**Zuboff, Shoshana** (2019). *The age of surveillance capitalism. The fight for a human future at the new frontier of power*. PublicAffairs.

# **TENSIONAMENTOS ÉTICOS DO FAZER PROFISSIONAL MEDIADO PELAS TECNOLOGIAS: A PRÁTICA EMERGENTE DE PSICÓLOGAS(OS) INFLUENCIADORAS(ES)/CRIADORAS(ES) DE CONTEÚDO DIGITAL**

*Deivison Warlla Miranda*

*Monalisa Pontes Xavier*

*Liridy Bruna Rodrigues da Silva*

*Thayz Costa Mesquita*

## **INTRODUÇÃO**

O atravessamento das tecnologias, das mídias digitais e das redes sociais na prática profissional em Psicologia já tem uma história que não é tão recente. Há pelo menos 18 anos o Conselho Federal de Psicologia (CFP) discute e regulamenta o atendimento psicológico mediado pelas tecnologias. Contudo, com a pandemia de covid-19 e com as medidas sanitárias de distanciamento social dela resultantes, vivenciamos uma aceleração de agenciamentos na relação entre profissionais e tecnologias, por meio dos quais a oferta de serviços psicológicos foi amplamente caracterizada pelos atendimentos mediados (em modalidade remota) e a prática profissional se viu povoada de uma nova categoria: psicólogas e psicólogos influenciadores/criadores de conteúdo digital, produzindo conteúdo e pautando modos de fazer e de divulgar a Psicologia nas redes sociais, a exemplo do *Instagram*.

Frente a essa emergente configuração de saberes relacionados/referentes e referenciados ao campo, faz-se urgente compreender o que está circulando amplamente como Psicologia nas redes sociais, que são dispositivos de ampla visibilidade, e como tal conteúdo tem formado o público, a partir de um questionamento ético destas práticas.

Acompanhamos perfis de psicólogas(os) que divulgam serviços e propagam a Psicologia em seus perfis profissionais/pessoais, a partir do lugar de produtores de conteúdo e influenciadoras (es) digitais com a temática da Psicologia. Alicerçados

nisso, propusemo-nos a discutir as reverberações desse modo emergente de atuação profissional sobre as práticas do campo da Psicologia, em especial os tensionamentos éticos. Assumimos como eixo de entrada os tensionamentos ao Código de Ética do Profissional Psicólogo (CEPP), cartilhas de orientação e notas técnicas relacionadas à ética nos meios de divulgação digitais colocados pela inserção profissional nos dispositivos midiáticos.

Entre perfis de profissionais de Psicologia de amplo acesso e grande engajamento nas mídias digitais encontramos algumas categorias, a saber: perfil profissional; perfil pessoal; perfil pessoal-profissional e perfil profissional-pessoal. Os perfis aqui analisados pertencem à categoria profissional-pessoal e justificamos tal escolha pela argumentação dos profissionais cujos perfis compõem tal categoria, uma vez que defendem a não diferenciação entre a vida profissional e a vida pessoal e que entendem que o profissional precisa se apresentar como pessoa. Ressaltamos que essa é uma estratégia de aproximação com o público e busca por engajamento, o que, por sua vez, caracteriza a profissão de influenciadora digital.

A emergente prática em questão se ancora em referentes que extrapolam o campo canônico da Psicologia, chegando, em determinados pontos, a confrontar as diretrizes profissionais regulamentadas pelo CEPP, o que torna relevante a discussão sobre os desdobramentos éticos da atuação profissional em Psicologia atravessada pelos dispositivos midiáticos.

## **IMPLICAÇÕES ÉTICAS DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL EM PSICOLOGIA ATRAVESSADA PELOS DISPOSITIVOS MIDIATIZADOS**

Em nossa pesquisa observamos a crescente inserção do profissional de Psicologia nas redes sociais, inúmeros perfis e sites que nos agenciam para marcar uma consulta ou para participar de eventos 100% *on-line* e gratuito e que, ao final, ofertam *infoprodutos* para serem adquiridos, serviços esses que têm crescido e se destacado nas redes sociais mais do que a própria consulta. O Código de Ética do Profissional Psicólogo (CEPP - Resolução CFP nº 010/2005) traz, em seu Art. 20, disposição sobre as responsabilidades do psicólogo ao promover publicamente seus serviços, sejam individuais ou coletivos, perante qualquer meio (CFP, 2005).

Entre suas alíneas, o referido documento não permite: f) “autopromoção em detrimento de outros profissionais”, e; h) “divulgação sensacionalista das atividades profissionais” (CFP, 2005, p. 15). Diante das orientações éticas prescritas pelo conselho profissional da categoria, nos questionamos como se reconfigura a ética do campo profissional a partir de sua entrada nas redes sociais.

O CFP está atento às discussões e práticas profissionais na ambiência dessas redes, haja vista as orientações éticas e a nota técnica nº 01/2022 lançada pelo CFP para reforçar questões éticas no fazer profissional a partir das redes sociais.

Partindo dessa inquietação, recorremos a algumas pesquisas que têm discutido como as/os profissionais psicólogas(os) têm publicizado seus serviços. Silva e Bartilotti (2020) analisaram como se deu a divulgação dos serviços psicológicos nas redes sociais *Facebook* e *Instagram* durante a pandemia de covid-19. Os autores apontam que 98% dos profissionais ofereciam o serviço de psicoterapia e, quanto ao quesito ética, que 36% desses profissionais cometeram alguma infração em relação ao Art. 20 do CEPP, chegando a 14% aqueles que o descumpriram mais de uma vez no período analisado. Foi observado, no estudo em questão, a aparente falta de conhecimento do CEPP por parte dos profissionais, além disso, verificou-se a necessidade do desenvolvimento de orientação sobre a postura ética na ambiência das redes junto ao CFP e a urgência de começar a pautar discussões sobre as tecnologias da informação e comunicação nos cursos de Psicologia (Silva & Bartilotti, 2020).

Isso corrobora o que Mesquita (2021) observa em pesquisa referente à formação em Psicologia em tempos de pandemia e à atuação remota. A autora aponta a crescente inserção de estudantes de Psicologia nas redes sociais produzindo e fazendo circular conteúdos que estão em desacordo com o que o CEPP diz, bem como a necessidade de atualização do CEPP para pensar a atuação e a divulgação/propagação dos serviços psicológicos nos meios digitais.

No que diz respeito às infrações, Silva e Bartilotti (2020) destacam: a) a falta de informações a respeito ao valor das sessões; b) as previsões taxativas de resultados; c) as vantagens e desvantagem do serviço *on-line*, sendo que dos 22% que apresentaram o que nomeiam como vantagens, apenas 3% expuseram também as desvantagens. Para essas autoras, seria preciso informar qual plataforma é utilizada nos atendimentos, o que remete às questões de sigilo e confidencialidade, já que plataformas como o *Zoom*, por exemplo, não são criptografadas. Além disso, a importância do conhecimento dos profissionais sobre a operação dessas plataformas, já que em algumas publicações anunciam a prestação do serviço por “qualquer plataforma”, colocando mais uma vez em questão a garantia de sigilo prevista pelo CEPP, uma pauta que nos leva a discussões que envolvem a produção de dados, algoritmos e *Big Data*.

Em nossa investigação, nos deparamos de forma recorrente com sensacionalismo e autopromoção, o que inclui a supervalorização de determinadas abordagens em detrimento de outras. A pesquisa intitulada *Psicologia Online: novos cenários de atuação*, que buscou compreender como as(os) psicólogas(os) estão utilizando as redes sociais para divulgar seus serviços, analisou 40 perfis profissionais na plataforma *Instagram* e apontou que apenas 29 desses apresentavam o número de inscrição no CRP na *bio* (Leandro, 2021), apesar da orientação do Conselho.

Dentre os serviços divulgados/ofertados destacam-se a psicoterapia *on-line* — em sua maioria —, a venda de cursos, workshops e mentorias (Leandro, 2021).

Também foi possível observar que os perfis mesclam conteúdos profissionais com pessoais, além de publicações pouco embasadas sobre as temáticas que se propõem a abordar (Leandro, 2021; Mesquita, 2021). Leandro (2021) destaca a importância de discussões sobre os meios digitais tanto na graduação em Psicologia quanto em formação continuada para os profissionais, visando a construção de práticas éticas no espaço digital.

Diante desse cenário, o CFP realizou uma *live* no dia 25 de outubro de 2021 com a Comissão de Orientação e Fiscalização (COFs) no Encontro Nacional Virtual para discutir a temática “Publicidade Profissional nas Redes Sociais”. O evento contou com a participação de presidentes da comissão de cada Conselho Regional de Psicologia em que funcionam as COFs, responsáveis por avaliar as infrações éticas dos profissionais (CFP, 2021). As COFs realizam encontros anuais,

conforme orienta a Resolução CFP nº 010 de 2017, que institui a Política de Orientação e Fiscalização, em seu art. 6º, VI – “Programar, convocar e realizar reuniões anuais sobre assuntos de sua competência, com as(os) psicólogas(os) agentes de orientação e fiscalização, garantindo a representatividade de conselheiras(os) e a participação de funcionárias(os) de todos Regionais”. (CFP, 2021)

No encontro de 2021, que aconteceu remotamente, foi apresentada a versão final da Nota Técnica sobre Publicidade Profissional nas Redes Sociais para atender à demanda da categoria em relação à orientação e fiscalização desses processos (CFP, 2021). O Relatório de Gestão do Conselho Federal de Psicologia indicou um aumento de 341% de recursos julgados no Conselho Federal de Psicologia (2ª instância) referentes a serviços psicológicos ofertados por meio de TICs comparados ao ano anterior (CFP, 2021).

No *site* do Conselho Regional de Psicologia do Paraná (CRP-PR) foi disponibilizado um *Guia de Orientações*, dando acesso aos materiais criados pela COF-PR, visando orientar os profissionais em suas práticas e contribuir para o exercício ético da profissão. Um desses materiais traz informações sobre a divulgação profissional por qualquer meio. Em relação às normativas que regulamentam a publicidade profissional, a(o) psicóloga(o) “deverá estar em conformidade com o expresso no Art. 18 e Art. 20 do Código de Ética Profissional do Psicólogo (CEPP) e com o expresso no Título IV CAPÍTULO II da Resolução nº 003/2007” (CRP-PR, 2021).

Em relação à escolha das redes sociais como meio de divulgação dos serviços psicológicos, fica a critério do próprio profissional, porém é orientada a criação de um perfil profissional separado do perfil pessoal para diferenciar os conteúdos a serem publicados (CRP-PR, 2021). Em acordo com o Código de ética, “o psicólogo contribuirá para promover a universalização do acesso da população às informações,



ao conhecimento da ciência psicológica, aos serviços e aos padrões éticos da profissão” (p. 7). Nesse sentido, é essencial que o profissional analise de forma crítica os conteúdos a serem divulgados e publicados em suas redes sociais, visto que são plataformas de grande alcance. Além disso, o guia alerta sobre as questões de sigilo de seus clientes, documentos e instrumentos exclusivos do psicólogo (CRP-PR, 2021).

A escassez de estudos sobre ética profissional nas redes sociais nos mostra a urgência de promover maiores discussões sobre a temática, visto que o descumprimento do CEPP aponta para a demanda de um maior alcance das orientações do CFP para a categoria, bem como para o estabelecimento de estratégias que regulamentem e fiscalizem as práticas psicológicas mediadas pelas TIC e sua publicidade.

A esse respeito, é preciso entender que as redes sociais — e, de forma mais ampla, a midiatisação — produzem outras lógicas e regularidades nas interações que transformam os referentes canônicos do campo de saber (Xavier, 2014). As redes sociais falam a um público amplo, não perito, constituído apenas em parte por profissionais de Psicologia. Desse modo, recorrem a uma linguagem que alcance o senso comum e a lógicas de interação que extrapolam o campo profissional em questão.

Para dar continuidade a essa discussão, o CFP lançou a Nota Técnica nº 01/2022 no dia 21 de junho de 2022 com orientações sobre publicização nas redes sociais de forma ética. Tal publicação veio como resposta à demanda por uma postura mais ativa do órgão em relação à temática. A seguir, apresentamos alguns apontamentos sobre esse documento.

O documento aborda a publicidade e os cuidados éticos, com o objetivo de comunicar o que profissionais psicólogas(os) devem seguir ao fazer a divulgação de seus serviços nas redes sociais, com base no CEPP e demais documentos que têm relação com o exercício da profissão. Observamos que a Nota Técnica reforça a temática da *live* junto à Comissão de Orientação e Fiscalização (COFs). Além das orientações sobre cautela de perfis pessoais e profissionais e a análise crítica dos conteúdos publicados, destacamos, no quesito sigilo, o uso de depoimentos e fotos que possam identificar usuários e pessoas atendidas, sendo permitido somente com consentimento por escrito, porém, a prática não é recomendada, principalmente em caso de crianças e adolescentes (CFP, 2022).

No entanto, nos deparamos, nesta pesquisa, com o uso de vídeos e depoimentos escritos de pessoas que contratavam o serviço psicológico como forma de promoção do profissional. As questões emergentes que envolvem ética e publicidade ganham espaço cada vez maior entre a categoria, como veremos adiante.

O estudo de Mesquita (2022) reforça a importância de inserir na grade curricular dos cursos de Psicologia discussões sobre atuação profissional mediada pelas TICs, que não deveriam mais serem vistas como uma passagem em perda<sup>1</sup>,

1 Conforme definido por Xavier (2014, p. 327)

como discutido por Xavier (2014), mas como uma prática regulamentada pelo CFP que segue uma lógica específica e singular de funcionamento e que se constitui no agenciamento com outros saberes, como o *marketing* digital, por exemplo.

## METODOLOGIA

A pesquisa empírica que embasa a discussão apresentada neste capítulo foi desenvolvida a partir de uma cartografia de perfis de profissionais de Psicologia no *Instagram*. Ao adentrarmos no *Instagram* passamos a acompanhar diariamente profissionais psicólogas e psicólogos que produzem conteúdo digital. Nesse âmbito, foram cartografados um total de 6 perfis, que posteriormente foram reduzidos para 4, a partir dos nossos objetivos e da proposta do presente trabalho.

Para o desenvolvimento da discussão foram estabelecidos os seguintes critérios de inclusão: ser perfil público, possuir mais de 10 mil seguidores; produzir conteúdo diariamente; ter alto engajamento nas postagens; se utilizar de diferentes ferramentas do *Instagram*, como *stories*, *reels* e caixinhas de perguntas. Com isso, os perfis selecionados são: @fernandalandeiro e @amandaftas, que apareceram através de anúncios patrocinados; @amandaestima.psi, que nos apareceu por meio do perfil @sinthoma\_, o qual já era acompanhado antes do período da cartografia.

Os dados produzidos foram registrados em diários cartográficos e posteriormente analisados a partir de um olhar crítico de tensionamento com as teorias acionadas como aparato teórico-reflexivo. O período de realização da cartografia durou cerca de um ano, com início em setembro de 2021 a agosto de 2022.

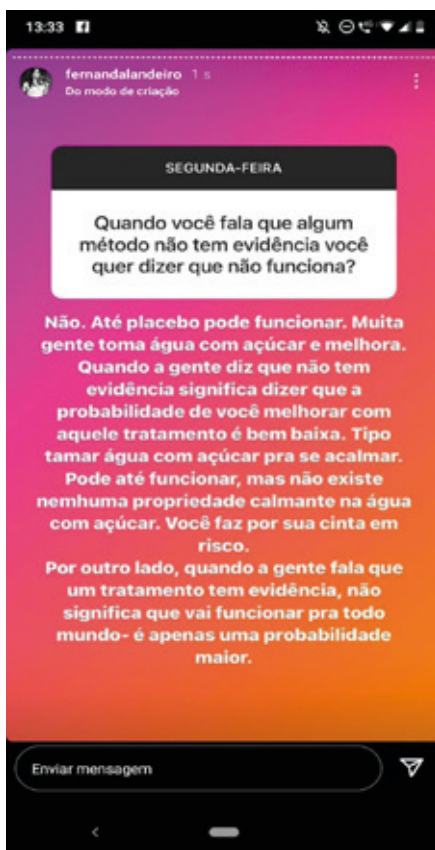
Além dos perfis cartografados, também recorreremos a documentos sobre a prática profissional de psicólogo que regulamentam tal prática. Assim, foram utilizados na pesquisa o CEPP e as notas técnicas referentes à atuação remota e ao fazer Psicologia nas redes sociais.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do material analisado, discutimos elementos referentes ao conhecimento psicológico lançado à circulação pelas(os) influenciadoras(es)/criadoras(es) de conteúdo digital, de modo a compreender como as publicações tensionam os parâmetros éticos institucionais da Psicologia. Através das estratégias de interação, caixinhas de pergunta, parcerias comerciais, produção de conteúdo sobre o campo, discussão de diagnósticos e outras estratégias adotadas como meios de se inserir nas redes sociais com foco no alto engajamento, temos modos pelos quais os princípios éticos institucionais da profissão são apropriados, esquecidos, desconhecidos, tensionados e/ou ressignificados.

Recortes dos perfis acompanhados ao longo da pesquisa, e que servem de aporte para nossa discussão, ilustram e nos levam a compreender tais processos.

Vamos começar pelo perfil @fernandalandeiro que, no dia 27 de dezembro de 2021, recebeu uma pergunta na caixinha 6 com o seguinte questionamento: “[q] uando você fala que algum método não tem evidência você quer dizer que não funciona?”. Ela responde que não, que até placebo pode funcionar, que tem gente que melhora com água com açúcar. Afirma ainda que, ao tratar da falta de evidência, está se referindo à probabilidade de melhora com o tratamento ser baixa, e ao dizer que tem evidência não significa que vai funcionar para todos, mas a probabilidade é maior. Esse tipo de comentário vai de encontro ao cumprimento das alíneas do artigo 20 do CEPP: “e Não fará previsão taxativa de resultados; f) Não fará auto-promoção em detrimento de outros profissionais” (CFP, 2005, p. 15).



Fonte: captura de tela do story do Instagram [https://instagram.com/fernandalandeiro?utm\\_medium=copy\\_link](https://instagram.com/fernandalandeiro?utm_medium=copy_link).

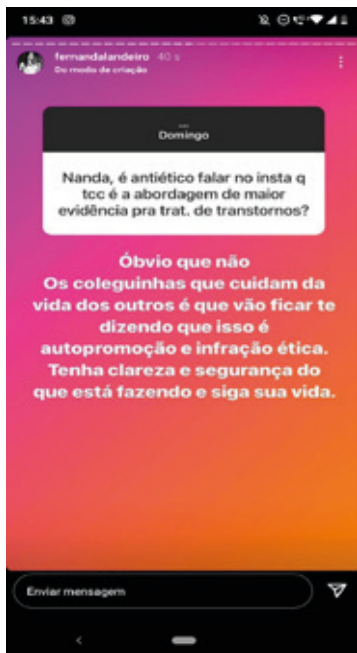
Percebemos que, além de dizer que sua prática produz melhores resultados, desqualifica as demais abordagens que não se apresentam como baseadas em evidências, referindo-se a elas como menos eficazes. Esse tipo de postagem vai na contramão do que orienta a Nota Técnica nº 01/2022 do CFP, a qual discute posicionamentos de psicólogos(os) que se expressam através de previsões taxativas de resultados e com estratégias de autopromoção através da depreciação de outros profissionais.

No cenário atual, fica nítido que o debate epistemológico é capturado por demandas de mercado, pois não se trata mais de uma discussão que coloca em xeque diferenças epistêmicas (as quais são fundamentais para o desenvolvimento do conhecimento em suas relações críticas que fazem avançar a Psicologia como ciência e profissão), mas sim de um discurso que recai nos argumentos de mercado de eficácia, resposta, resultado e — além de irem na contramão da ética da profissão — denotam as reais demandas.

Esse tipo de manifestação se afina ao que Safatle (2020) aponta, ao se referir à forma como a Psicologia tem se aproximado de discursos econômicos para construir suas análises, assim como o cenário político neoliberal tem se utilizado de discursos de uma psicologia moral para produzir suas capturas a partir de uma gramática que correlaciona psicologia e economia. O discurso da eficácia, a competitividade, a propaganda se coadunam com uma racionalidade de mercado que, por sua vez, se coaduna com o processo de transformação do sujeito em empresa do qual falam Dardot e Laval (2016), através do sujeito que se torna empreendedor e se utiliza de práticas de persuasão, jogo de concorrência, com o intuito de convocar os sujeitos à condição de consumidores.

Indo nessa direção, o livro de Casara (2021), *Contra a miséria neoliberal*, apresenta cinco normas neoliberais, a partir das quais o autor pauta a concorrência como um campo de batalha, rivalidade, disputa, que deixa de lado, inclusive, questões legais e éticas em nome da eliminação do adversário. Nessa dinâmica, o Eu vira um “empresário de si mesmo” (Foucault, 2008, p. 311) e outro seu rival a ser eliminado na disputa.

Por outro lado, verificamos que questões éticas, de acordo com o CFP, inclusive, são discutidas entre os perfis, talvez por alguns serem denunciados ou interrogados a esse respeito. Na caixinha do dia 06 de fevereiro de 2022, questionaram @fernandalandeiro se era antiético falar, no *Instagram*, que a abordagem da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) apresentaria maior evidência no tratamento de transtornos e ela responde que obviamente não seria, e complementa: “os coleguinhas que cuidam da vida dos outros é que vão ficar dizendo que é autopromoção e infração ética”, mas que é para a profissional/pessoa ter clareza e segurança do que está fazendo e seguir a vida.

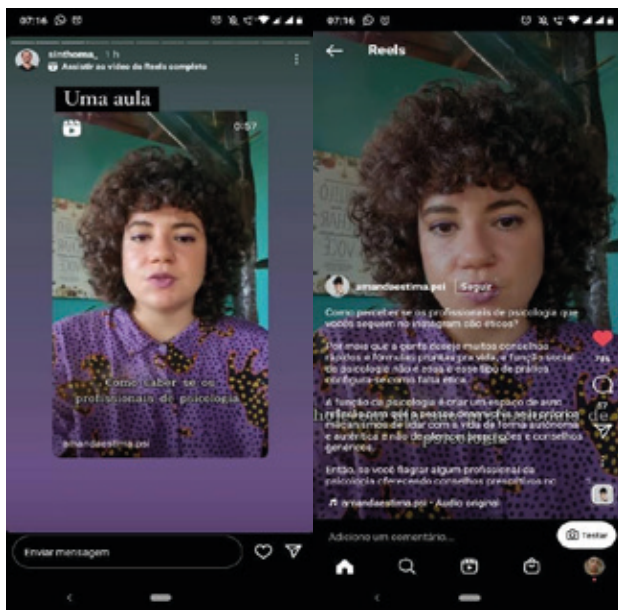


Fonte: captura de tela do *story* do *Instagram*. [https://instagram.com/fernandalandeiro?utm\\_medium=copy\\_link](https://instagram.com/fernandalandeiro?utm_medium=copy_link)

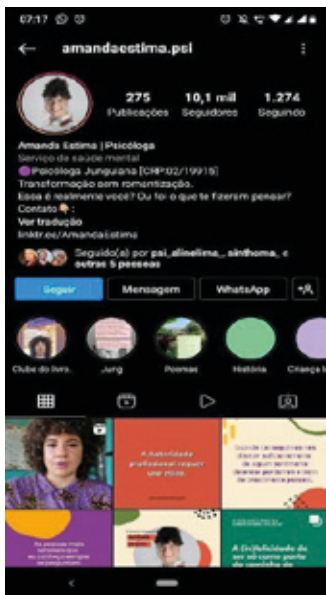
Esse discurso nos mostra as contradições e a autodefesa do perfil no tocante à ética profissional nas redes sociais. Assim como demonstra que o funcionamento do perfil não está pautado nas lógicas e regularidades do campo psicológico, nem tampouco no código de ética profissional da(o) psicóloga(o), mas em um *modus operandi* do mercado, através de estratégias de *marketing* que equiparam questões epistemológicas e metodológicas a produtos em uma vitrine, na qual algumas brilham mais do que as outras. No *Guia de Orientação - divulgação profissional*, o Conselho Regional de Psicologia do Paraná (2022) situa:

A(O/E) profissional deverá manter coerência entre o conteúdo divulgado e a natureza dos seus serviços, as práticas e métodos reconhecidos da psicologia, e sua capacitação pessoal, teórico e técnica. Ainda, a(o/e) psicóloga(o/e) deverá ter cautela para que a publicidade de seus serviços não tenha cunho sensacionalista, não aparente estar garantindo/prometendo resultados, e/ou se caracterize como autopromoção em detrimento de outras(os/es) profissionais, aspectos esses que são vedados pelo art. 20 do Código de Ética do Psicólogo (CRP-PR, 2022)

No dia 04 de março de 2022, o perfil *@sinthoma\_* compartilhou em seus *stories* um *reels* da *@amandaestima.psi*, perfil que contava com 10,2 mil seguidores e 275 publicações nesse mesmo dia. O vídeo tinha duração de 57 segundos e, ao visualizarmos o conteúdo, observamos que se tratava de um questionamento: “como saber se os profissionais de psicologia que eu sigo no Instagram são profissionais éticos?”. E, logo em seguida, comenta que é muito comum ver profissionais oferecendo aconselhamentos e prescrições de como as pessoas devem viver a vida ou que atitudes tomar, atitudes condizentes para amigos e familiares, e não para a Psicologia. Pelo contrário, o *reels* pontua a importância de criar um espaço de autorreflexão para que a própria pessoa desenvolva mecanismos de lidar com a vida de forma autônoma e autêntica. Caso isso aconteça em um perfil profissional do psicólogo é considerado uma falta ética. Muitos dos perfis da pesquisa oferecem aconselhamentos a partir de suas próprias visões de mundo, como nos perfis de *@fernandalandeiro* e *@amandafitas*. Nos deparamos com inúmeras questões que divergem do que o CEPP traz em sua conjuntura, por exemplo, que não se pode “induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito” (CFP, 2005).



Fonte: capturas de tela do Instagram. <https://www.instagram.com/reel/Ca0jRRKuZ9x/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>



Fonte: capturas de tela do Instagram. <https://www.instagram.com/reel/Ca0jRRKuZ9x/?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

Em meio à presença de psicólogas(os) nas redes sociais, tem emergido um movimento de ultra simplificação de questões complexas e polissêmicas sob o subterfúgio de democratização do saber psicológico, afirmando se constituir como uma crítica ao distanciamento acadêmico do público, o qual procura profissionais de psicologia, mas encontra um processo de transformar saberes consistentes em rasas dicas, receitas e ingredientes a serem seguidos. A este processo, Miranda (2019, 2020) nomeia de uma *Psicologia Fast Food* em virtude da transformação de discussões elaboradas e fundamentadas em conteúdos facilmente palatáveis e compartilháveis (pouco ou nada diferenciadas dos conteúdos de autoajuda), independentemente de aspectos epistemológicos e éticos das discussões levantadas, tendo como fator basilar a viralização, ainda que incorra em processos de simplificação exacerbada no processo de *contendização* dos conhecimentos psicológicos, através do qual conhecimentos acerca da subjetividade, da saúde mental são convertidos listas, receitas que apesar de afirmarem ter como objetivo a democratização do saber nas redes, reproduzem a banalização de conhecimentos complexos sob a forma de conteúdos virais com foco muitas vezes apenas no *marketing*. Acerca do conteúdo compartilhado nas redes sociais, o *Guia de Orientação - Divulgação Profissional* do CRP-PR (2022) afirma:

A(O/E) profissional de Psicologia deverá analisar criticamente as divulgações e publicações, tendo em vista o grande alcance desses meios de comunicação, garantindo que sejam coerentes com o serviço oferecido, com a ética e a técnica profissionais, apresentando informações coesas com a ciência e ética da Psicologia.

Este processo se coaduna com uma característica do neoliberalismo apresentada por Casara (2021), ao situar a simplificação e a transparência enquanto objetivos neoliberais em sua intenção de controlar discursos, a partir do seu empobrecimento dos jogos de linguagem que passam pela descomplexificação, construção de vocabulário útil, redução do campo do pensamento enquanto estratégias de controle estruturadas.

Outro aspecto complexo está presente na banalização dos diagnósticos, que podem ser apresentados desde postagens que mencionam um diagnóstico calçado em aspectos meramente nosológicos, no qual os sintomas são expostos enquanto ingredientes a serem somados para chegar a uma equação final de autodiagnóstico que encontra espaço no cenário da medicalização da existência, através da qual problemas sociais de inúmeras naturezas são convertidas em patologias médicas (Carvalho, Rodrigues, Costa, & Andrade, 2015), o que, na Psicologia, se relaciona especificamente à psicopatologização da vida cotidiana, na qual uma série de modos de ser são capturados pelo código normativo para que sujeitos que fogem aos ordenamentos sociais, econômicos, políticos hegemônicos de funcionamento sejam encaixados em quadros psicopatológicos, a fim de que se realize um ajustamento medicamentoso ou psicoterapêutico.

Outro aspecto característico dessa realidade é a supervalorização da psicoterapia como resposta a inúmeros problemas, pois muitos conteúdos de psicólogas(os) nas redes sociais, sobretudo no *Instagram*, trazem a *hashtag* #façaterapia, a qual, no período da pesquisa, apresentava cerca de 1,9 milhões de menções na rede social, além de suas variações #facaterapia (566 mil menções), #façaterapiacomumpsicologo (35,9 mil menções). Assim, muitos conteúdos têm como pano de fundo a construção de isca de *marketing* para produzir o desejo de procura pelos serviços de psicoterapia. Para esta finalidade, a medicalização é uma aliada estratégica, ao produzir a “necessidade” de psicoterapia para problemas sociais transformados em psicopatologia a serem solucionadas por práticas *psi* nas psicoterapias.

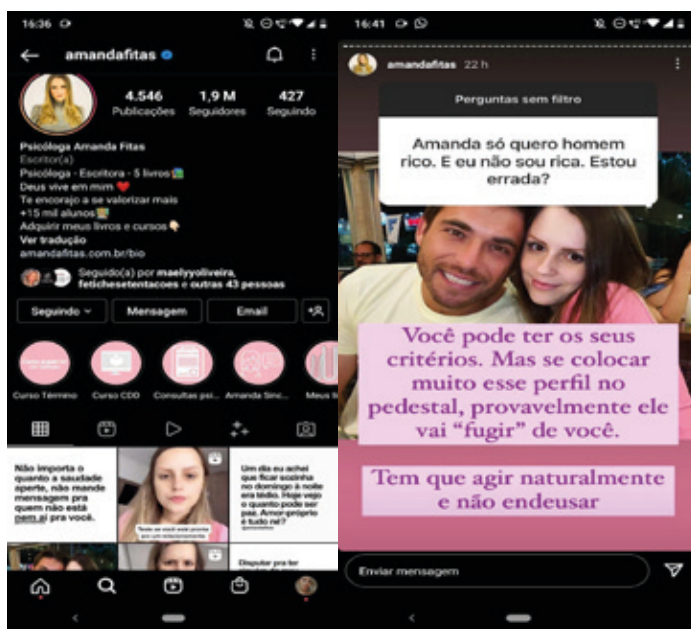
Nesse sentido, a Psicologia atua para reforçar os ideários da racionalidade neoliberal que converte problemáticas de ordem social, política, econômica em uma questão individual, o que encontra sustentação nas formulações individualizantes da Psicologia que se fixam nas compreensões intrapsíquicas da subjetividade; o que ganha reverberação no #façaterapia como resolução de problemas que são produzidos na esfera supra-individual. Isso se coaduna com as equações neolibe-

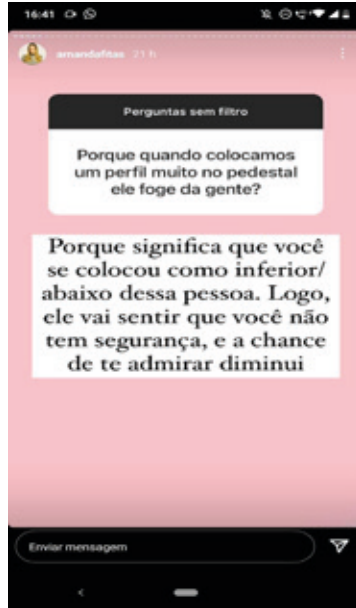


rais de circunscrever, no sujeito individual, as responsabilidades por seu sucesso e insucesso em uma espécie de meritocracia existencial.

Na contramão da ética profissional, que visa o cuidado com os conhecimentos publicados e a busca da qualidade no fazer, a banalização e vulgarização dos diagnósticos faz parte do processo de coisificação das vidas enquanto dinâmica própria do neoliberalismo. Conforme apontado por Casara (2021), isso retira da subjetividade sua dimensão complexa, polissêmica e plural para encaixar em uma coisificação tornada lucro, por meio de uma submissão da alteridade à norma, empurrando-a a uma condição de erro a ser convertido, consertado por saberes técnicos habilitados ou descartado.

Podemos observar isso no anúncio do perfil @amandafitas, que contava com 1,9 milhões de seguidores no dia 20 de dezembro de 2021, sobre os cursos que encorajam as mulheres a se valorizarem mais. Ao vermos os *stories*, nos deparamos com uma caixinha de perguntas com a seguinte mensagem: “Amanda só quero homem rico. E eu não sou rica. Estou errada?”. Amanda, que é autora de cinco livros sobre relacionamento, responde que a pessoa pode ter seus critérios, mas se colocar o perfil em um pedestal, ele irá fugir, é preciso agir naturalmente e não o endeusar. Ela coloca uma foto dela com o esposo no plano de fundo ao responder a seguidora.





Fonte: capturas de tela do Instagram. <https://instagram.com/amandafitas?igshid=YmMyMTA2M2Y=>

A exibição da intimidade como conteúdo também tem feito parte do universo da divulgação de psicólogas(os) nas redes sociais. Sibilía (2016), em seu livro *Show do Eu: a intimidade como espetáculo*, situa o declínio de um modelo de subjetividade que posiciona o Eu em uma profundidade intrapsíquica para alavancar um Eu que se exterioriza. Diferentemente do cenário habitual — em que o saber e o fazer são o foco da divulgação das(os) psicólogas(os) — é o ser que protagoniza as divulgações, colocando sob os holofotes conteúdos que envolvem rotinas de autocuidado, festas, atividades físicas, relações, comemorações, entre outras.

A extimidade da(o) psicóloga(o) enquanto mote de divulgação ganha contornos de modelo de subjetividade, com modos de ser a serem seguidos pelos seguidores (pacientes ou não). Dentre os argumentos utilizados emerge a ideia de uma suposta quebra da imagem de perfeição e artificialidade da(o) psicóloga(o) para mostrar uma suposta “vida real”. É a subjetividade da(o) psicóloga(o) como produto de mercado, análogo a objeto que se posta, que vira um produto em exposição nas redes, o que também se manifesta nas respostas em caixinhas de perguntas, nas quais é possível perceber a pulverização de opiniões pessoais em detrimento dos conhecimentos psicológicos. A este respeito da confusão entre

aspectos pessoais e profissionais, cabe lembrar das orientações da Nota Técnica nº 01/2022 do Conselho Federal de Psicologia:

[c]aso a publicidade profissional seja feita em seu perfil pessoal, o CFP recomenda cuidado ao fazê-la para que não haja confusão quanto às informações divulgadas. A utilização das redes sociais deve ser feita com cautela, analisando as implicações e as fronteiras entre o espaço profissional e o espaço pessoal. Os dizeres ficam registrados, atingem um público mais amplo e o que é exposto pode ter alcances indeterminados. As publicações devem respeitar a ética profissional, conforme dispõe o CEPP, estando em consonância com a técnica e apresentar conteúdo coeso com a ciência psicológica. A profissional e o profissional devem analisar criticamente o conteúdo a ser publicado, haja vista a amplitude das divulgações nas redes sociais. (CFP, 2022)

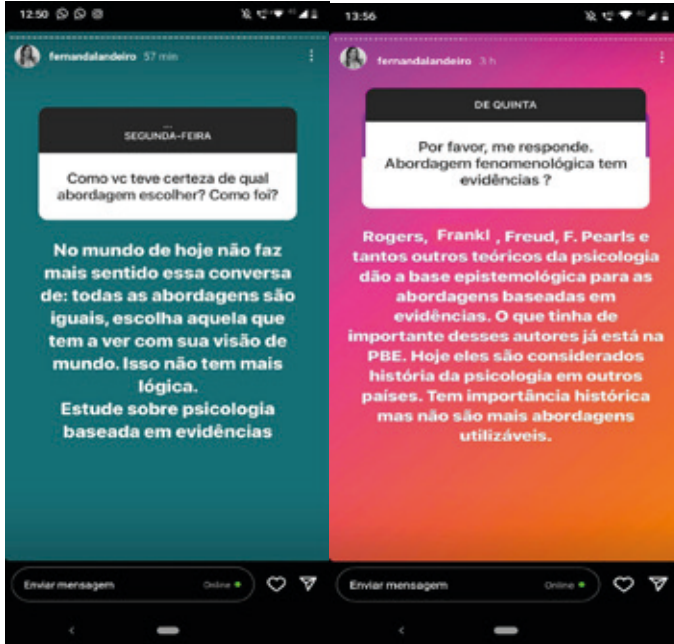
No período de um ano, a pesquisa conseguiu acompanhar as mudanças dos perfis estudados, assim como a própria visibilidade deles, de modo a compreender as lógicas e as regularidades de funcionamento e a produção de engajamento. O perfil @fernandalaneiro, por exemplo, aumentou de 158 mil para 208 mil seguidores por volta do dia 15 de julho de 2022, ou seja, um aumento de 50 mil seguidores em um período de 7 meses. Tal visibilidade se deu tanto pelas ferramentas de *marketing* como pelo saber perito que é enunciado e, aparentemente, é o principal conteúdo do perfil: a psicologia baseada em evidências. Contudo, percebemos que os referentes da Psicologia são acionados e ao mesmo tempo bastante tensionados, chegando ao limite de romper com as próprias regularidades do campo psicológico, mas mantendo traços de identidade que permitam ainda o reconhecimento perito pautado no campo.

O conteúdo veiculado no perfil @fernandalaneiro requer atenção devido a certos posicionamentos no que se refere ao entendimento de ciência. O perfil é constantemente questionado sobre qual a melhor forma de tratamento, qual a melhor abordagem psicológica e o que se caracteriza como científico. Nesse sentido, a produtora de conteúdo se refere a sua abordagem como a melhor, a mais eficaz, a sobrepondo às outras com o discurso de que as abordagens existencialistas, humanistas e de base freudiana não são baseadas em evidências, sendo estas não utilizáveis. Esse posicionamento difere do campo ético defendido no CFP, tendo em vista a autopromoção e outros aspectos que passam inclusive por informações inverídicas, como a atribuição de inefetividade de outras abordagens.

Ao mesmo tempo, tais operações empreendidas pela influenciadora digital bem exemplificam o cerne da discussão sobre os deslocamentos de saberes quando inseridos e/ou agenciados com o campo das mídias. Nesse sentido, o perfil em questão funciona baseado em estratégias de *marketing*, lógicas de produção de engajamento, estratégias de vendas de produtos etc., para os quais a Psicologia atua

simplesmente como pano de fundo para afirmar um lugar de perícia que sustente a visibilidade e o engajamento, legitimando, assim, a influenciadora a partir de sua formação profissional, mas concomitantemente, impondo significativas questões ao campo profissional de referência.

É importante observar os discursos enunciados por @fernandalandeiro, como podemos ver abaixo nos conteúdos produzidos nos dias 06 e 08 de junho de 2022:



Fonte: captura de tela do story do Instagram. [https://instagram.com/fernandalandeiro?utm\\_medium=copy\\_link](https://instagram.com/fernandalandeiro?utm_medium=copy_link)

O saber enunciado nos traz muitos questionamentos, tendo em vista a promoção dentro do campo de uma cultura comumente conhecida como “disputa de abordagens” e ter um perfil com grande visibilidade atrelado a títulos que fortalecem esses dizeres faz com que os rumos da Psicologia se tornem questionáveis, já que aparenta ter um cunho muito mais mercadológico, de rentabilidade, do que de eficácia. Com isso, torna-se necessário pensar acerca do que é compreendido como ciência e qual o objetivo que é proposto nesses perfis, uma vez que a lógica de funcionamento do dispositivo utilizado pode fazer com que o profissional perca a referência do próprio campo ético.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, observamos que a inserção da psicologia nas redes sociais e o paralelo agenciamento com saberes como o *marketing*, por exemplo, produz discursos em torno do campo psicológico pautados em características que reforçam um ideário neoliberal de forma vaga; resgata e reafirma o individualismo pautado em uma meritocracia, agora referenciada em atributos de subjetividade; promove o empreendedorismo em torno do Eu, situando as psicoterapias como investimento nesse Eu a ser formado e empreendido; e, assim, desloca a psicologia para uma aparência/figuração de prática *fast food* (Miranda, 2019) que tem na subjetividade sua matéria-prima.

Faz-se necessário, diante desse cenário, compreender que psicologia vem se constituindo e alcançando significativo engajamento em campo e extracampo, para entendermos quais os sujeitos que estão sendo produzidos e que subjetividades são agenciadas nas incidências e nos atravessamentos da midiatização e dos dispositivos tecnológicos digitais.

Indubitavelmente, a questão se põe em termos de uma moralização da presença das(os) psicólogas(os) no cenário das redes sociais, mas com o intuito de questionar os aparatos éticos em jogo nestas manifestações, pois as discussões que levantamos deixaram nítido que a questão ultrapassa a simples divulgação de serviços, na medida em que está atravessada por elementos ético-políticos que precisam ser pautadas para além dos *likes* e dos compartilhamentos.

## REFERÊNCIAS

- Carvalho, S., Rodrigues, C., Da Costa, F., Andrade, H.** (2015). Medicalização: uma crítica (im)pertinente? *Physis Revista de Saúde Coletiva*, 25(4), 1251-1269.
- Casara, R.** (2021). *Contra a miséria neoliberal*. Autonomia Literária.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP.** (2005). Resolução CFP n° 010/2005. *Código de Ética Profissional do Psicólogo*, XIII Plenário. Autor.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP.** (2021). *Comissões de Orientação e Fiscalização realizam encontro nacional*. <https://site.cfp.org.br/comissoes-de-orientacao-e-fiscalizacao-realizam-encontro-nacional/#:~:text=O%20Conselho%20Federal%20de%20Psicologia,foi%20o%20tema%20do%20encontro>
- Conselho Federal de Psicologia – CFP.** (2022). NOTA TÉCNICA N° 1/2022/SOE/PLENÁRIA. [https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/06/SEI\\_CFP-0612475-Nota-Tecnica.pdf](https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2022/06/SEI_CFP-0612475-Nota-Tecnica.pdf)
- Conselho Regional de Psicologia do Paraná.** (2021). NOTA TÉCNICA N° 2/2022/08-COF/08-GETEC. <https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/9/2022/09/Nota-Tecnica-2-2022.pdf>.
- Dardot, P. & Laval, C.** (2016) *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. Boitempo.
- Foucault, M.** (2008). *Nascimento da Biopolítica*. Martins Fontes.
- Mesquita, T. C.** (2022). *A formação em contexto de pandemia de Covid-19: Cartografia das experiências de estágio remoto no curso de Psicologia da UFDPAR* [Trabalho de Conclusão de Curso, Curso de Psicologia, Universidade Federal do Delta do Parnaíba, Parnaíba/PI].
- Miranda, D.** (2019). *Psicologia Fast Food*. Facebook. [https://m.facebook.com/story.php?story\\_fbid=pfbid02i1RkiWR-x3ERP59EYup9r13mQFqPgxzjjSmA-6j9nYXaGoyXSE2yEvP3RWwrd5euel&id=997150653637267&mibextid=qC1gEa](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid02i1RkiWR-x3ERP59EYup9r13mQFqPgxzjjSmA-6j9nYXaGoyXSE2yEvP3RWwrd5euel&id=997150653637267&mibextid=qC1gEa)
- Miranda, D.** (2020). *O marketing gourmet da Psicologia Fast Food*. Facebook. [https://m.facebook.com/story.php?story\\_fbid=pfbid02Wf7HAp-tVq7jmDFefnFpKftJCe5QK3dZzqpg-Ci39PSkTL1sZaL3R6YjMSJe3LGEvQl&id=997150653637267&mibextid=qC1gEa](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=pfbid02Wf7HAp-tVq7jmDFefnFpKftJCe5QK3dZzqpg-Ci39PSkTL1sZaL3R6YjMSJe3LGEvQl&id=997150653637267&mibextid=qC1gEa)
- Safatle, V.** (2020). A economia é a continuação da psicologia por outros meios: sofrimento psíquico e o neoliberalismo como economia moral. In V. Safatle, Da Silva, N., & C. Dunker (Orgs.), *Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico* (pp. 11-38). Autêntica.
- Sibilia, P.** (2016) *O show do eu: a intimidade como espetáculo*. Contraponto.
- Silva, B. & Bartilotti, C.** (2020). *Utilização De Redes Sociais Como Ferramenta De Publicidade Profissional: Como Os Psicólogos(As) Estão Divulgando Seus Serviços Psicológicos No Período Da Pandemia Da Covid-19 No Brasil*. Artigo apresentado como requisito parcial para a conclusão do curso de Graduação em Psicologia da Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL.
- Xavier, M. P.** (2014). *A Consulta transformada: experimentações de dispositivos interacionais “psi” na sociedade em midiatização* [Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo/RS].

# **EDUCAÇÃO, SAÚDE E TECNOLOGIAS:** **REFLEXÕES SOBRE APLICATIVOS DIGITAIS** **E CONTROLE DE RISCOS**

*Camilo Darsie*

*Vera Elenei da Costa Somavilla*

*Cristiane Pimentel Hernandez*

*Willian Fernandes Araújo*

*Rita de Cassia Quadros da Rosa*

A pandemia de covid-19 causou inúmeras transformações nas dinâmicas cotidianas de milhares de pessoas em todo o mundo. As normas de isolamento e distanciamento sociais, entendidas aqui como controle espacial, tiveram como objetivo diminuir os índices de infecções e adoecimentos a partir da limitação dos contatos físicos entre pessoas conhecidas e desconhecidas, com restrição de seus deslocamentos em locais públicos e entre lares distintos. Essa estratégia, diante de uma doença com mecanismos de disseminação, desdobramentos clínicos e formas de imunização desconhecidas, é considerada, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), uma importante ferramenta para o controle de infecções e contágios por novos vírus e bactérias (Darsie & Weber, 2020; Souza, 2014).

Ao mesmo tempo, e de forma articulada, as áreas da saúde, da educação, das tecnologias, da economia, entre outras, sofreram grandes impactos que caracterizaram a maior crise social dos últimos anos. Conforme apontado por Lima, Buss e Paes-Sousa (2022), a pandemia realçou as problemáticas sociais do presente, pois evidenciou paradoxos entre aquilo que se entende por globalização e as fragilidades socioeconômicas de diferentes regiões do mundo e, ainda, entre a ideia de digitalização e interconexão das relações e o fortalecimento da desinformação ocasionada por narrativas negacionistas.

Nesse sentido, ao mesmo tempo em que as estratégias de controle espacial salvaram vidas, até a aplicação dos imunizantes em um número adequado de pessoas, tanto potencialidades quanto problemas relacionados a diferentes dinâmicas cotidianas foram criadas ou ressaltadas, ocasionando desdobramentos que acom-

panham as sociedades até os dias atuais<sup>1</sup>. Assim, foi impulsionado, entre outros efeitos, o aumento da utilização de tecnologias digitais associadas ao campo da saúde e o fortalecimento de comportamentos relacionados ao controle de riscos sanitários, conforme tendência indicada por autores da área, há alguns anos (Castiel, Guilam, & Ferreira, 2010).

O discurso de controle de riscos que é frequentemente associado às práticas sanitárias, no sentido de promover comportamentos que garantam índices mais seguros e/ou mais positivos, tornou-se central. Esse movimento pode ser pensado e discutido como uma estratégia que educa e produz modos de ser que existe há bastante tempo, mas que foi potencializada a partir da pandemia, visto que se engendra em um conjunto de estratégias biopolíticas que produzem verdades e conduzem modos de viver pelo medo e/ou pelas ações de precaução.

A noção de risco, em comparação a outros momentos da história, educou, de forma intensa, populações em diferentes lugares do mundo, especialmente, por meio de tecnologias digitais que oferecem informações sobre comportamentos considerados preventivos. Por meio de suas interfaces e funcionalidades, dispositivos e/ou sistemas também agenciam comportamentos e modos de agir. Assim, são entendidos como mecanismos capazes de conferir sentidos e subjetividades aos seus usuários, ao mesmo tempo em que esses as moldam para incorporá-las em suas práticas cotidianas.

Diante disso, nas seções que seguem, são ensaiadas reflexões que visam problematizar os modos como a educação, a saúde e as tecnologias operam, em articulação, como estratégias biopolíticas que visam produzir sujeitos mais saudáveis por meio dos discursos associados ao risco, especialmente após a pandemia de covid-19. Como ponto central, serão abordados os aplicativos digitais que, nos últimos anos, passaram a ser amplamente utilizados por um número significativo de usuários, especialmente por meio de telefones móveis. Compreende-se que para além das informações que disponibilizam e dos dados que armazenam, esses aparelhos operam como ferramentas educativas que transformam os modos como os sujeitos têm entendido as práticas de saúde em interface com as tecnologias.

## **TECNOLOGIAS DIGITAIS, BIOPOLÍTICA E RISCO**

Conforme apontado por Foucault (1998), a biopolítica compreende o conjunto de práticas de gestão da vida — emergente no final do século XIX — que envolve mecanismos biológicos e que se articula às políticas públicas e às práticas individuais

1 Não se pretende, com isso, argumentar que as normas de isolamento e distanciamento sociais foram inapropriadas, mas, em outro sentido, destacar que a pandemia, de forma geral, causou ressonâncias significativas, dadas as alternativas de manejo da crise que se mostraram viáveis durante seu desenrolar.



e coletivas de controle da higiene, da alimentação, do sexo, entre outros. Assim, as estratégias biopolíticas são relações de poder que se baseiam em informações sobre dinâmicas sanitárias, dados e monitoramentos acerca de determinantes sociais, índices econômicos e outros elementos que envolvem as populações distribuídas por diferentes localidades. Elas estão articuladas, também, aos processos biotecnológicos e neoliberais que caracterizam as investidas científicas ocorridas atualmente, subjetivando os sujeitos em direção às “melhores” maneiras de pensar e de agir (Darsie, 2020; Gaudenzi, 2017).

Castiel, Xavier e Moraes (2016) argumentam que os processos biopolíticos contemporâneos se entrelaçam ao monitoramento digital da saúde, o qual se baseia no aumento do uso de tecnologias de rastreamento das atividades diárias. Tal manobra é realizada através de ferramentas como aplicativos digitais que permitem mensurar e controlar o consumo de comida, de álcool, o abandono do tabagismo, a exposição ao sol, a saúde mental e sexual, o sono, as variáveis fisiológicas, o peso e o ritmo respiratório, por exemplo. Para além disso, esses aplicativos são capazes de registrar e triangular informações associadas aos hábitos diários e aos deslocamentos de seus usuários em diferentes ambientes, traçando rotas de passeio e prevendo alternativas mais seguras e velozes, transformando-se em ferramentas de otimização da vida e do tempo. A produção de dados de saúde, antes reservada a entidades governamentais e profissionais do setor, agora se espalha a uma ampla gama de sujeitos (Cheney-Lippold, 2017).

Conforme apontado por Rosa e Darsie (2023), os aplicativos digitais produzem, de maneira matemática e “exata”, verdades acerca dos sujeitos, operando como ferramentas a serviço da lógica neoliberal, em razão de sua proximidade com os usuários e das metas de aprimoramento e de aceleração de ações e resultados. Para os autores, emerge, por meio deles, a cristalização de padrões de comportamentos normalizadores e excludentes, os quais mantêm em movimento as engrenagens de práticas individualizantes. Tal situação enquadra-se naquilo que Mattioni et al. (2022) classificam como atravessamentos neoliberais no campo da saúde, que preconizam maneiras de entender e de viver o mundo contemporâneo por meio da autogestão e da potencialização de aptidões individuais. Tais atravessamentos têm operado sobre a vida a partir de aparatos tecnológicos que, ao mesmo tempo em que registram e mensuram dados de saúde, impulsionam a possibilidade de maiores condições de trabalho, de produção, de desempenho e, ainda, balizam comportamentos.

Partindo desta crescente datificação da vida a partir do uso e da apropriação de sistemas digitais, especialmente no contexto das práticas de autocuidado, a gestão algorítmica está se tornando um aparato central da biopolítica contemporânea (Mbembe, 2021). Esse processo é baseado em uma racionalidade computacional que tem como objetivo antecipar comportamentos por meio de um processo político de classificação e assim estruturar possíveis comportamentos perigosos, perniciosos, anômalos ou disfuncionais (Bruno, 2013). Conforme Cheney-Li-

ppold (2017), essa classificação computacional dos dados pessoais estabelece um regime de produção de verdades algorítmico que passa a conformar novos modos de subjetivação, movendo-a em direção a um nível mais reticular e individual.

Assim, “a biopolítica não é mais apenas a política da própria vida, mas a política dos dados, que se tornaram um novo índice para a vida” (Cheney-Lippold, 2017, p. 120). Nessa dinâmica, quem somos conforma-se automaticamente por uma série de categorizações a partir de nossos dados pessoais.

Nesse contexto, muitos dos aplicativos digitais direcionados para a promoção da saúde e para a adoção de práticas de autocuidado, utilizam como sustentação a ênfase nos riscos (Castiel, Xavier & Moraes, 2016; Rose, 2019). Essas formas de (auto)monitoramento instituem maneiras de autogoverno articuladas à ampliação do controle de problemas que podem prejudicar a vida, em níveis individual e coletivo, pautadas no discurso do risco.

O discurso do risco apresenta-se nas entrelinhas, na fala de enunciadores que não abordam diretamente a temática do risco, mas que fundamentam seus posicionamentos e afirmações a partir de uma ótica riscofóbica, na busca incessante da administração do porvir a partir da mensuração cotidiana e cuidadosa de ganhos e perdas. (Amaral, Laguardia, & Cardoso, 2017, p. 14)

Assim, o uso de dispositivos digitais nos contextos da promoção da saúde e da educação em saúde representa uma mudança significativa dos métodos de controle da vida e, conforme vem sendo sinalizado, pautam-se no controle de riscos. Ambas são, tradicionalmente, áreas que se estabeleceram a partir do baixo uso de tecnologias quando comparadas à vasta gama de recursos utilizados na prática clínica, principalmente na área hospitalar. No entanto, atualmente, o uso da tecnologia nestes dois campos tende a se concentrar na potencialização dos meios de comunicação digitais utilizados para divulgar conhecimentos associados a riscos para públicos amplos (Lupton, 2013).

No Brasil, as tecnologias digitais tornaram-se centrais no que se refere à aderência popular às normas sanitárias, aos perigos relacionados às infecções e às ações de mitigação da covid-19. Por outro lado, as mesmas tecnologias se articularam ou competiram com as narrativas negacionistas que circundam a ciência e a saúde, marcando o enfrentamento da crise no país. Pode-se pensar que, para além dos aplicativos direcionados aos índices de saúde, uma vasta quantidade de publicações em redes sociais e dispositivos de mensagens também fortaleceram práticas de autocuidado preventivo e de resistência a essas práticas, a partir de informações validadas pelas instituições oficiais, ou não. Sobre isso, Silva et al. (2021) advertem que “a comunicação de risco parte da premissa de que toda emergência de saúde pública enfrenta desafios de comunicação” (p. 18).

Destaca-se, portanto, que as tecnologias constroem e configuram certos tipos de capacidades, desejos e realizações e, por isso, não são politicamente neutras, já que estão implicadas em relações de poder complexas. Nesse sentido, é importante se atentar ao fato de que para o controle e mitigação de riscos, tais questões operam como pedagogias culturais que educam um expressivo número de pessoas, de acordo com os direcionamentos que operam, pois ao serem divulgadas, comentadas, compartilhadas e compreendidas por diferentes sujeitos ressignificam modos de vida e entendimentos sobre os eventos e perigos cotidianos. Conforme apontado por Bortolazzo (2020), a noção de pedagogia não está circunscrita a um território institucionalmente balizado, como a escola ou demais ambientes tradicionais de ensino, mas se encontra em várias instâncias que operam para modificar as maneiras como os sujeitos habitam o mundo.

A produção de saberes e de modos de ser envolvem a pedagogia enquanto um elemento cultural, pois consideram as intenções que produzem os conhecimentos sobre os sujeitos e instituem os modos de ser sujeito. Partindo disso, no que se refere ao foco desse argumento, dispositivos tecnológicos, além de promoverem índices mais positivos de saúde, controlarem e prevenirem doenças, educam os indivíduos para que decidam sobre as medidas necessárias para se tornarem mais saudáveis, otimizando suas vidas e evitando determinados comportamentos.

## **EDUCAÇÃO DIGITAL EM SAÚDE**

Podem ser entendidas como práticas pedagógicas, entre outras, todas as dinâmicas que envolvem o conjunto de informações que são veiculadas por meio de diferentes mídias e artefatos. Durante muitos anos, por exemplo, jornais, revistas, programas e propagandas de rádio e televisão foram consideradas as principais ferramentas no que diz respeito aos processos de educação de massa. Contudo, a partir do surgimento dos computadores e, mais precisamente, da internet, tais recursos foram articulados de modo crescente a mecanismos digitais baseados em dados que podem ser analisados e utilizados de forma estratégica, por diferentes pessoas, mirando na escala individual, por meio de armazenamento de informações produzidas por coletivos.

Conforme abordado anteriormente, passou-se a operar por meio de uma racionalidade computacional que estabelece um regime de produção de verdades algorítmico, dando forma ao que se reconhece como biopolítica dos dados, os quais visam prever comportamentos e reorientá-los quando necessário. De acordo com Eysenbach (2000), as hibridizações decorrentes das tecnologias comunicacionais colocaram em funcionamento novos meios de atuação direcionados à educação em saúde que podem ser chamadas, aqui, de práticas de educação digital em saúde.

No que se refere ao compartilhamento de informações acerca de práticas relacionadas aos conhecimentos considerados úteis para a promoção da saúde, o

controle de riscos individuais e o monitoramento de aspectos sanitários globais, existem aspectos socioculturais que são fundamentais para que os saberes circulem e produzam subjetividades de maneira efetiva. Tais aspectos produzem as nuances que englobam os diferentes modos de consumo tecnológico e informacional em distintas dinâmicas sociais e, portanto, fazem tomar forma modos de controle em saúde, por vezes conflitantes, mas que visam regular diferentes riscos sanitários por meio da educação.

Torna-se importante lembrar, nesse contexto, que consumir tecnologias digitais permite que se tenha, especialmente em sociedades atravessadas por ideais neoliberais, a sensação de liberdade de escolha, inclusive em nome do bem-estar e da segurança individual. Porém, isso não significa que os indivíduos possam se desprender dos discursos que lhes constituem enquanto sujeitos, pois estas práticas, ao serem orientadas por aplicativos, têm o propósito de auxiliar escolhas mais informadas e individualizadas baseadas em conjuntos de saberes considerados mais corretos e seguros.

Desse modo, as tecnologias digitais, mesmo causando a sensação de que oportunizam escolhas e condutas individualizadas sobre os diferentes modos de vida, operam como estratégias biopolíticas que miram na segurança de coletivos por meio de conhecimentos considerados ideias. Certamente, não se trata de pensar que existiria um conjunto de intenções maquiavélicas que visa manipular usuários em direção a possíveis “armadilhas”, mas, em outra direção, é importante se atentar ao fato de que os conhecimentos multiplicados pelas ferramentas digitais se baseiam nos balizadores daquilo que passa a ser compreendido como verdades que visam promover a vida e evitar os riscos que possam prejudicá-la.

É neste contexto que os aplicativos se constituem como potentes ferramentas educacionais, pois subjetivam aqueles que buscam este tipo de informação e atravessam um número muito significativo de pessoas (Castiel, Varelo, & Silva, 2011). No jogo de poderes que envolve as populações, os conhecimentos científicos associados às dinâmicas humanas que podem ser quantificadas, produzem tendências a serem seguidas, mesmo que muitas vezes tais tendências possam ser efêmeras e antagônicas entre si. A característica desses dispositivos, portanto, é a produção e a difusão de informações que atravessam populações, educando com foco na promoção da saúde e na prevenção de riscos a partir de informações relacionadas aos cuidados de si e à autogestão (Rocha et al., 2017).

Em outras palavras, é importante que seja compreendido que, diante das narrativas neoliberais que priorizam a individualização da vida e a máxima produtividade, os aplicativos digitais de saúde garantem uma sensação de atenção às demandas pessoais associadas à saúde, contudo, ensinam modos de ser sujeitos saudáveis a partir da noção de risco, de modo coletivo. Os discursos que sustentam seus usos são comuns às populações, mas a ideia de utilizá-los de maneira

personalizada, de acordo com necessidades específicas, faz emergir sentimentos de exclusividade, mesmo não sendo exclusivas. Além disso, essas tecnologias entrelaçam conhecimentos científicos e comportamentos populares, a partir dos bancos de dados que armazenam informações e direcionam condutas baseadas em cálculos matemáticos, portanto, preocupam-se, ao mesmo tempo, com o engajamento de seus usuários.

Ainda, é importante destacar que as tecnologias têm sido utilizadas para o auxílio na tomada de decisões profissionais e estatais. Conforme apontado por Santos et al. (2023), foi a partir da pandemia de covid-19 que áreas tradicionalmente mais resistentes, como a medicina, incorporaram, com mais frequência, práticas de interação humana mediadas por tecnologias aos seus cotidianos de atendimentos individuais. Para além das possibilidades de contato entre profissionais e pacientes, os autores destacam a normatização e a garantia de registros de informações por meio das consultas digitais que exigem preenchimento de protocolos para serem efetivadas. Nessa direção, pode-se pensar que a intensificação do uso de tecnologias digitais, como os aplicativos, especialmente durante o período de controle espacial, capacitou muitos usuários e profissionais no que diz respeito ao uso de tecnologias e, a partir disso, validou comportamentos e entendimentos anteriormente considerados duvidosos — ou de risco —, como as consultas médicas *on-line*, denominadas telemedicina.

Sendo assim, é possível pensar que a digitalização da saúde, enquanto prática educacional, também ensina profissionais a se posicionarem em favor de condutas que, anos antes, seriam consideradas inadequadas e perigosas quando consideradas as possíveis falhas ocorridas por meio delas. Em determinados momentos, os profissionais do campo da saúde encontram, nos aplicativos, possibilidades de apoio a tratamentos que devem ser desempenhados por seus pacientes e, em outros, consomem tais tecnologias de modo a garantirem seus próprios índices positivos de saúde. Desta forma, os aplicativos digitais educam usuários e profissionais-usuários, que reorientam suas práticas.

Para o campo da educação em saúde, esta dinâmica tem sido frequentemente percebida e apresentada de forma positiva, devido à ampla variedade de ferramentas que podem apoiar a estruturação e a organização de informações, aproximando usuários e equipes de saúde. Nesse sentido, esse tipo de tecnologia é considerada um recurso que conecta serviços e usuários, podendo criar uma rede de informações que permite a colaboração com o desenvolvimento e o aprimoramento da assistência à saúde (Roberts et al., 2017). Certamente, tal argumento é fundamentado a partir dos discursos que envolvem a temática, relativos ao desenvolvimento tecnológico e ao controle de riscos, o que indica uma dada transformação cultural e pedagógica mediadas pelos conhecimentos que fundamentam os próprios discursos que se fortalecem.

No entanto, apesar de um crescente entendimento e maior número de sujeitos que utilizam e recomendam aplicativos digitais, ainda são grandes os desafios para a implementação e o aproveitamento generalizado de suas vantagens, bem como de outros recursos. Santos et al. (2023) alertam que a capacidade de acesso aos dispositivos eletrônicos em um país como Brasil ainda é marcada por iniquidades, fato que obriga profissionais, gestores e pesquisadores a refletirem, com cautela, sobre essas tecnologias no campo da saúde. É coerente se pensar que, dada a diversidade cultural, econômica e social de um país tão populoso e com graves problemas relacionados às desigualdades, tecnologias ainda representam entraves para muitas pessoas, seja pela possibilidade de acesso ou pelas habilidades necessárias para o uso.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A partir da pandemia de covid-19, as tecnologias ligadas à saúde passaram a ser popularizadas e mais intensamente discutidas enquanto ferramentas de controle e de educação necessárias, por um maior número de usuários e de profissionais da saúde. Entende-se, a partir disso, que o uso de aplicativos digitais diversos, associados a determinados contextos sociais, como o marcado pela crise sanitária, também operou no sentido de educar milhares de pessoas e profissionais sobre serviços mediados por tecnologias da informação. Fortalece-se, partindo disso, a ideia de uma dada educação digital em saúde, pois, por meio da tomada dessas tecnologias pelos sujeitos, ações relacionadas à educação e à prevenção de riscos podem ser potencializadas, tendo em vista a maior familiaridade dos usuários com os apartados tecnológicos.

Diante disso, emerge um paradoxo que ainda precisa ser tensionado e investigado com maior atenção, pois ao mesmo tempo em que determinada parcela da população tem acesso aos recursos tecnológicos, outra, bastante grande, apenas toma conhecimento da existência de ferramentas que ainda estariam muito distantes de suas realidades. Além disso, por mais que a tecnologia esteja subjetivando sujeitos e educando-os para seus usos, ainda existe um caminho longo associado à compreensão de seus reais efeitos e efetividades, especialmente no que se refere às dinâmicas coletivas.

## REFERÊNCIAS

- Amaral, V. M., Laguardia, J., & Cardoso, J. M.** (2017). O discurso do risco na controvérsia dos emagrecedores: uma análise da cobertura de imprensa nos anos de 2011 e 2014. *RECIIS - Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, 11(1), 1-19.
- Bortolazzo, S.** (2020). Os usos do conceito de pedagogias culturais para além dos oceanos: uma análise do contexto Brasil e Austrália. *Momento - Diálogos Em Educação*, 29(2), 315-336.
- Bruno, F.** (2013). *Máquinas de ver, modos de ser: vigilância, tecnologia e subjetividade*. Sulina.
- Castiel, L. D., Guilam, M. C. R., & Ferreira, M. S.** (2010). *Correndo o risco: uma introdução aos riscos em saúde*. Fiocruz.
- Castiel, L. D., Varelo, J. S., & Silva, P. R. V.** (2011). *Das loucuras da razão ao sexo dos anjos: biopolítica, hiperprevenção, produtividade científica*. Fiocruz.
- Castiel, L. D., Xavier, C., & Moraes D. R.** (2016). *A procura de um Mundo Melhor: apontamentos sobre o cinismo em saúde*. Fiocruz.
- Cheney-Lippold, J.** (2017). *We Are Data: Algorithms and the Making of Our Digital Selves*, NYU Press.
- Darsie C.** (2020). Biopolitics of Covid-19. *Journal of Infection Control*, 9(4), 1-2.
- Darsie, C. & Weber, D. L.** (2020). Disease and space control: issues about dispersion and isolation in pandemic times. *Journal of Infection Control*, 9(2), 47-48.
- Eysenbach, G.** (2000). Consumer health informatics. *BMJ*, 320(7251), 1713-1716.
- Foucault, M.** (1998). *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Graal.
- Gaudenzi, P.** (2017). Mutações biopolíticas e discursos sobre o normal: atualizações foucaultianas na era biotecnológica. *Interface - Comunicação, Saúde, Educação*, 21(60), 99-110.
- Lima, N. T., Buss, P. M., & Paes-Sousa, R.** (2020). A pandemia de Covid-19: uma crise sanitária e humanitária. *Cadernos de Saúde Pública*, 36(7), e00177020. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00177020>
- Lupton, D. L.** (2013). Risco e emoção: rumo a uma perspectiva teórica alternativa. *Health, Risk & Society*, 15(8), 634-647.
- Matravolgyi J.** (2016). Plataformas para saúde já têm 165 mil aplicativos. *Valor Econômico*. <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2016/11/21/plataformas-para-saude-ja-tem-165-mil-aplicativos.ghtml>
- Mattioni, F. C., Silveira, R. P., Darsie, C., & Rocha, C. M. F.** (2022). Práticas de promoção da saúde como resistência e contraconduta à governamentalidade neoliberal. *Ciência & Saúde Coletiva*, 27(8), 3273-3328.
- Mbembe, A.** (2021). *Out of the dark night: Essays on decolonization*. University Press.
- Roberts S., Chaboyer W., Gonzalez R., & Marshall A.** (2017). Using technology to engage hospitalised patients in their care: a realist review. *BMC Health Serv. Res*, 17(1), 650-665.
- Rocha, F. S., Santana, E. B., Silva, E. S., Carvalho, J. S. M., & Carvalho, F. L. Q.** (2017). Uso de Apps para a promoção dos cuidados à saúde. In *Anais do Seminário Tecnologias Aplicadas a Educação e Saúde*. Uneb. <https://www.revistas.uneb.br/index.php/staes/article/view/3832>

**Rosa, R. C. Q. & Darsie, C.** (2023). Educação, aplicativos *fitness* e de saúde: outras capturas biopolíticas. In L. S. Brittes, K. S. Dias, C. Darsie, A. S. C. Mutz, & M. C. F. Rocha (Orgs.), *Estratégias biopolíticas do hoje e a produção de sujeitos: interfaces entre tecnologias na educação e na saúde* (pp. 562-571). Pimenta Cultural.

**Rose, N.** (2019). *La Invención del Sí Mismo: Poder. Ética y Subjetivación*. Pólvoa.

**Santos, J. B., Lima, J. A. M., Stoeckel, E. T., Ottoni, L. B., & Paiva M. N.** (2023). Tecnologias de controle e cuidado da vida: reflexões sobre a telemedicina enquanto estratégia biopolítica. In L. S. Brittes, K. S. Dias, C. Darsie, A. S. C. Mutz, & M. C. F. Rocha (Orgs.), *Estratégias biopolíticas do hoje e a produção de sujeitos: interfaces entre tecnologias na educação e na saúde* (pp. 276-287). Pimenta Cultural.

**Silva, C. R. D. V., Bay, O. G., Martiniano, C. S., & Uchoa, S. A. C.** (2021). Risk communication in the fight against Covid-19 in Brazil: A rhetorical analysis. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, 31(2), e310204.

**Souza, C. D.** (2014). *Educação, geografia e saúde: geobiopolíticas nos discursos da organização mundial da saúde e a produção da mundialidade pelo controle e prevenção de doenças* [Tese de Doutorado em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS]. <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/95666>



# SOBRE OS(AS) AUTORES(AS)

## **CAMILO DARSIE**

Professor Permanente do Programa de Pós-graduação em Educação, na Linha de Pesquisa Educação, Cultura e Produção de Sujeitos, da Universidade de Santa Cruz do Sul. Pós-doutorado em Educação e em Saúde Coletiva. Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com Doutorado Sanduíche na Universidade de Minnesota, Estados Unidos.

*E-mail: camilodarsie@unisc.br*

## **CRISTIANE PIMENTEL HERNANDES**

Médica Infectologista e docente do curso de Medicina da Universidade de Santa Cruz do Sul. Diretora de relações institucionais da Sociedade Gaúcha de Infectologia. Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Promoção da Saúde na Universidade de Santa Cruz do Sul. Mestre em Ciências Pneumológicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

*E-mail: cristianem@unisc.br*

## **DANIELE VASCO SANTOS**

Graduada em Psicologia-UFPA. Mestre e Doutora em Educação-UFPA. Professora adjunta II de Psicologia da Educação na UFT e no Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPA.

*E-mail: vasco.daniele@mail.uft.edu.br*

## **DEIVISON MENDES FAUSTINO**

Graduado em Ciências Sociais pelo Centro Universitário Fundação Santo André e Mestre em Ciências da Saúde/ Epidemiologia pela Faculdade de Medicina do ABC, possui doutorado em Sociologia pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCAR e Pós-Doutorado em Psicologia Clínica no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica do Instituto de Psicologia da USP. Atualmente é Professor do Departamento de Saúde Educação e Sociedade e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Políticas Sociais da Universidade Federal de São Paulo - Campus Baixada Santista; integrante do Instituto Amma Pique e Negritude. É autor de inúmeros trabalhos sobre o pensamento de Frantz Fanon, racismo e subjetividade e os impactos sociais e subjetivos das tecnologias digitais, onde se desta o livro O colonialismo digital: por uma crítica hacker-fanoniana.

*E-mail: deivison.faustino@unifesp.br*

## **DEIVISON WARLLA MIRANDA**

Graduado em Psicologia (Universidade Federal do Piauí), Especialista em Filosofia Contemporânea (Universidade Estadual de Feira de Santana), Especialista em Direitos Humanos e Contemporaneidade (Universidade Federal da Bahia), Mestre em Psicologia (Universidade Federal do Delta do Parnaíba).

*E-mail: deivisonsales.psi@hotmail.com*

**DOMENICO UHNG HUR**

Professor Associado de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Goiás. Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia Social pela Universidade de São Paulo, com estágio doutoral na Universidade Autônoma de Barcelona e pós-doutorado na Universidade de Santiago de Compostela, Espanha. Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ-2) do CNPq.

*E-mail: domenicohur@hotmail.com*

**FABIO CAPRIO LEITE DE CASTRO**

Professor do Programa de Pós-Graduação em Filosofia (PUCRS). Doutor em Filosofia (Université de Liège – Bélgica). Psicólogo. Publicou os livros “A ética de Sartre” (São Paulo: Loyola, 2016) e “A fenomenologia da depressão: Aspectos constitutivos da vivência depressiva” (Rio de Janeiro/Lisboa: Nau-PUC-Rio/Documenta, 2021). Desenvolve a linha de pesquisa “Fenomenologia e Hermenêutica”.

*E-mail: fabio.castro@puccrs.br*

**FELIPE SAMPAIO DE FREITAS**

Doutor em Psicologia (UFPA), Mestre e Licenciado em Filosofia (UFPA). Professor de Filosofia (SEDUC-PA). Coordena o Grupo COGITANS-UEPA (Cnpq).

*E-mail: felipesampaiodefreitas@gmail.com*

**FERNANDA CRISTINE DOS SANTOS BENGIO**

Graduada em Psicologia/UFPA. Mestre e Doutora em Psicologia/UFPA. Professora adjunta II de Psicologia/UFPA.

*E-mail: febengio@ufpa.br*

**FLÁVIA CRISTINA SILVEIRA LEMOS**

Professora associada IV de Psicologia social na graduação e na pós-graduação da UFPA. Bolsista de Produtividade de Pesquisa CNPQ-PQ2. Coordenadora de Relações Interinstitucionais da PROE-X-UFPA. Foi da Diretoria Nacional da ABEP, nos períodos de 2017-2018 e 2019-2020. Integrou a Diretoria Nacional da ABRAPSO de 2016-2017. Foi da Comissão Nacional de Direitos Humanos do CFP de 2017-2019. Associada à ABEP, ABPP, ABRAPSO e ABRAPTEE.

*E-mail: flaviacslemos@gmail.com.*

**GUILHERME PRIMO**

Doutor em Filosofia (PUCRS). Pesquisa, atualmente, os modos de subjetivação na era dos algoritmos, segundo uma perspectiva de análise foucaultiana sobre a formação do sujeito ético ocidental. Autor de diversos artigos relacionados ao tema, como “Práticas de engajamento e a virtualização da experiência de si” e “Governamentalidade algorítmica e a rarefação dos processos de subjetivação”.

*E-mail: guiprimo@hotmail.com*

**LEANDRO PASSARINHO REIS JÚNIOR**

Doutor em Educação/UFPA. Professor adjunto III de Psicologia da Educação na UFPA. Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPA.

*E-mail: lpassarinho28@gmail.com*

**LILIAN RODRIGUES DA CRUZ**

Psicóloga, doutora em Psicologia (PU-CRS), professora e pesquisadora do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Coordenadora do Grupo de Estudos em Psicologia Social, Políticas Públicas de Produção de Subjetividades (GEPS).

*E-mail: lilian.rodrigues.cruz@gmail.com*

**LIRIDY BRUNA RODRIGUES DA SILVA**

Graduanda em Psicologia pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba - UFDPAr, membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Comunicação, Identidades e Subjetividades (NEPCIS).

*E-mail: liridybrunapsi@gmail.com*

**LUCIO FLÁVIO DE SANTANA GIMENES**

Professor Substituto vinculado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás. Professor de Graduação em Psicologia da FacMais. Mestre em Psicologia pela UFG e bacharel em Psicologia pela UFF.

*E-mail: contato@luciogimenes.com.br*

**LUTIANE DE LARA**

Psicóloga, Pós-doutora vinculada ao GEPS (Grupos de estudos em Psicologia Social, Políticas Públicas e Produção de Subjetividade) do PPGPSI/UFRGS. Doutorado em Psicologia Social e Institucional pela UFRGS e Mestrado em Psicologia pela PUCRS.

*E-mail: lutianelara@gmail.com*

**MONALISA PONTES XAVIER**

Professora associada do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr) e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Comunicação, Identidades e Subjetividades (NEPCIS/UFDPAr).

*E-mail: monalisapxe@yahoo.com.br*

**PATRÍCIA DOS PASSOS**

Graduada em Psicologia pelo IPA, atua como psicóloga clínica e está mestrando pelo Programa de Pós-Graduação de Psicologia Social e Institucional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), sendo integrante do Grupo de estudos em psicologia social, políticas públicas e produção de subjetividades (GEPS).

*E-mail: passos.patricia@hotmail.com*

**RITA DE CASSIA QUADROS DA ROSA**

Professora da rede pública do município de Lajeado - RS. Tem experiência na área de Educação, com ênfase nas articulações entre Corpo, Gênero, Sexualidade e Educação; Estudos Feministas; Educação Física escolar e Corporeidade. Doutora em Educação pela Universidade de Santa Cruz do Sul, com bolsa PROSUC/CAPES.

*E-mail: ritarosa@mx2.unisc.br*

**THAYZ COSTA MESQUITA**

Psicóloga pela Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDPAr), membro do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Comunicação, Identidades e Subjetividades (NEPCIS).

*E-mail: thayzmesquita.psi@gmail.com*

**VERA ELENEI DA COSTA  
SOMAVILLA**

Professora Permanente do Programa de Mestrado em Psicologia e docentes dos cursos de graduação em Enfermagem, Medicina, na Universidade de Santa Cruz do Sul. Coordenadora Técnica da área de Enfermagem do Serviço Integrado de Saúde - SIS. Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

*E-mail: veras@unisc.br*

**WILLIAN FERNANDES ARAÚJO**

Professor Permanente dos programas de pós-graduação em Administração e Educação. Docente e coordenador dos cursos de Comunicação Social e Fotografia da Universidade de Santa Cruz do Sul. Doutor em Comunicação e Informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Realizou estágio doutoral no Institute Interdisciplinary Internet (IN3) da Universitat Oberta de Catalunya (UOC, Barcelona).

*E-mail: waraujo@unisc.br*